

J A R U

COLONIZAÇÃO E CAMPESINATO

(Política de Colonização e Sobrevivência da
Produção Camponesa no Estado de Rondônia)

JOSÉ PINTO DA SILVA

J A R U

COLONIZAÇÃO E CAMPESINATO

(Política de Colonização e Sobrevivência da
Produção Camponesa no Estado de Rondônia)

Dissertação apresentada ao Curso
de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da
Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências para
obtenção do grau de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA RURAL

GHISLAINE DUQUÉ

Orientadora

CAMPINA GRANDE - 1984



S586c Silva, José Pinto da.
Jarú : colonização e campesinato (política de colonização e sobrevivência da produção camponesa no Estado de Rondônia) / José Pinto da Silva. - Campina Grande, 1984. 185 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1984.
"Orientação : Profa. Dra. Ghislaine Duqué".
Referências.

1. Colonização - Rondônia. 2. Camponeses - Rondônia. 3. Camponeses - Produção - Rondônia. 4. Dissertação - Sociologia. I. Duqué, Ghislaine. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 325.3(811.1)(043)

À
MARLÚCIA,

esposa e amiga.

AOS FILHOS:

Ravick, Cleyton, Kleber e Rauber.

A G R A D E C I M E N T O S

Com a máxima sinceridade queremos expressar os nos sos agradecimentos às seguintes pessoas e instituição:

- aos colegas Sandi Calistro de Sousa e José Edilson de Andrade, pelo apoio que nos prestaram no período da Pesquisa;
- aos companheiros da Unidade Operacional de Jarú, na pessoa do seu en tão Coordenador, Villegaignon Ferreira da Silva, pelo apoio e ajuda prestados quando efetuávamos pesquisa de campo;
- aos amigos Raimundo Nonato Guimarães Teixeira e Luiz Carlos Coelho de Menezes;
- aos produtores do município de Jarú, pela boa vontade com que se pres taram às entrevistas por nós realizadas;
- à Prof.^a Ghislaine Duqué, pela orientação que nos foi prestada;
- ao amigo e Prof.^o Rômulo de Araújo Lima, pela constante orientação que nos foi prestada, a partir do momento em que decidimos efetuar inscri ção neste Mestrado da UFPb.. Sem esta orientação e empenho não nos te ria sido possível a materialização do objetivo que alcançamos com o presente trabalho;
- à ASTER-RO, na pessoa do seu atual Secretário, Francisco Celmo Ferrei ra Alencar, por ter-nos possibilitado frequentar o curso de MESTRADO EM SOCIOLOGIA.

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).
Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina;
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
e de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
algum roçado da cinza.

(J. Cabral de M. Neto - Morte e Vida Severina).

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIRP	- Assessoria de Imprensa e Relações Públicas
ASTER-RO	- Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
BERON	- Banco do Estado de Rondônia
BIRD	- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BRADESCO	- Banco Brasileiro de Descontos
CEER	- Coordenadoria Especial do Estado de Rondônia
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEPA-RO	- Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Rondônia
CEPAGRO	- Comissão especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias
CEPLAC	- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CIBRAZEM	- Companhia Brasileira de Armazenamento
CODARON	- Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNRURAL	- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GCEA	- Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias
H/D	- Homem/dia
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LSPA	- Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária
MINTER	- Ministério do Interior

NIDAC	- Núcleo de Informação, Documentação, Acompanhamento e <u>Con</u> <u>trole</u>
NUAR	- Núcleo Urbano de Apoio Rural
ORTN	- Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAD	- Projeto de Assentamento Dirigido
PDRI	- Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado
Pe. AR	- Padre Adolpho Rohl
PIC	- Projeto Integrado de Colonização
PIN	- Plano de Integração Nacional
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
POLONOROESTE	- Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Bra sil
SEAGRI	- Secretaria de Agricultura
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento
SUDECO	- Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oes te
SUDHEVEA	- Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SPEVEA	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

R E S U M O

Este estudo originou-se da necessidade de uma reflexão mais bem elaborada, por parte do autor, sobre o processo de formação e reprodução física e social da produção camponesa, numa formação social capitalista. O referencial empírico utilizado é o município de Jarú, localizado no Estado de Rondônia. Isto vale dizer que a pesquisa de campo centrou-se numa área que se inscreve, com bastante ênfase, no que se denomina fronteira agrícola.

Partiu-se de uma concepção do campesinato que difere daquela do campesinato clássico, por entender-se que entre ambos as semelhanças não passam do nível formal.

Analisaram-se historicamente os diversos momentos do processo de ocupação do campo brasileiro, concebendo-os como diferentes formas de dominação da agricultura pelo capital.

Procurou-se aflorar o papel do Estado na manutenção de uma estrutura fundiária concentrada no País. A partir daí colocou-se a ocupação da Amazônia e de Rondônia, em termos da recente colonização, como produto de uma contradição política do Estado, visando à reprodução do capital, a qual inclui ações que extinguem e recriam, simultaneamente, o campesinato, embora em espaços sucessivos.

A política de colonização imposta pelo Estado, ao campesinato, em Jarú, e a reelaboração da mesma por aquele

segmento social revelou a desvinculação do plano de coloniza
ção de uma base real. Por isso, verificou-se um constante re
dimensionamento das ações do Estado, no sentido de preservar
o campesinato ali instalado. No momento, era basicamente a
través do campesinato que a política de reprodução do capital
tornava-se viável, na área.

Constatou-se que a reprodução do campesinato -
pelo menos no caso estudado - é uma conquista (e não uma dá
diva do Estado ou da classe dominante) deste segmento social,
a qual se alicerça principalmente nas atividades economicament
e inviáveis para a exploração empresarial. Ademais, viu-se
que as culturas ali exploradas, pelos riscos que envolvem o
processo produtivo, pelo nível tecnológico exigido e escassez
do fator força de trabalho, concorrem para integração (ao
contrário de excluírem-se) das produções camponesa e empres
arial, facilitando assim a reprodução do campesinato.

Verificou-se, na área estudada, uma quase so
cialização dos meios de produção. Este fato tornou necessá
ria a busca do real significado da propriedade desses meios
de produção pelo campesinato e pelo empresário. Constatou-se
que a propriedade dos meios de produção, em princípio, não de
ve servir de parâmetro à vinculação de um agente social à clas
se dominante ou à explorada, a menos que se faça referência
à propriedade real ou formal. A propriedade formal desses
meios de produção pelo campesinato é uma estratégia, encontrar
da pelo capital, de tornar a agricultura campo de sua valori
zação.

A partir do conceito de propriedade real e for

mal tornou-se possível elaborar a nível teórico o entendimento de como é possível a reprodução do capital numa formação social onde a grande maioria da população detém meios de produção. Aliás, se não se analisam cuidadosamente as diferentes formas de expressão do capital ao nível do concreto, pode negar-se a presença do capital onde ela é um fato. O caso em questão, por exemplo, pode inspirar, à primeira vista, conclusões irreais.

Chegou-se ao fim, com base nos dados empíricos, observando-se que o modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo no campo deve ser tomado como uma abstração. É ao nível do concreto que se deve buscar o entendimento das diversas formas de expressão do capital na agricultura. O campeonato aqui analisado nada mais é que uma dessas formas.

R E S U M É

Cette étude est née de la nécessité, ressentie par l'auteur, d'approfondir sa réflexion sur le processus de formation et de reproduction physique et sociale de la production paysanne dans une formation sociale capitaliste. L'étude de cas choisie comme base de référence empirique est la commune de Jarú, localisée dans l'Etat de Rondônia. Cela signifie que l'enquête de terrain s'est centrée dans une région qui correspond assez nettement à ce qu'on convient d'appeler "frontière agricole".

L'étude s'est basée sur une conception du paysan qui se démarque de la définition classique, en ce sens que les ressemblances entre ces deux paysanats ne sont que formelles.

Les différentes étapes du processus d'occupation des campagnes brésiliennes sont analysées historiquement comme diverses formes de domination de l'agriculture par le capital.

On tente de faire apparaître le rôle de l'Etat dans le maintien de la concentration foncière. A partir de là, l'occupation de l'Amazonie et de Rondônia, dans leur colonisation récente, apparaît comme un produit d'une politique contradictoire de l'Etat, visant à la reproduction du capital, ce qui suppose des actions qui, à la fois, éteignent et recréent le paysanat dans des espaces successifs.

On retrace les grands traits d'une politique de colonisation imposée par l'Etat au paysanat, à Jarú, et

on fait apparaître comment cette couche sociale lui donne une nouvelle dimension, ce qui révèle à quel point le projet de colonisation est éloigné de son support concret. On constate ainsi que les actions de l'Etat sont constamment réorientées en vue de préserver le paysanat installé dans la région. A l'époque, c'est fondamentalement par le paysanat que se matérialisait localement une politique de reproduction du capital.

On constate encore que la reproduction du paysanat - pour le moins dans le cas étudié - constitue une conquête de ce groupe social, et non un cadeau de l'Etat ou de la classe dominante. Cette conquête s'appuie principalement sur les activités économiquement non rentables pour l'exploitation des entrepreneurs. On constate d'ailleurs que les cultures produites dans la région - par les risques qui menacent le processus de production, par le niveau technologique exigé et par la rareté de la main d'oeuvre - concourent à intégrer (et non à exclure) les productions des paysans et des entrepreneurs, ce qui favorise la reproduction du paysanat.

On observe aussi, dans la région étudiée, une "quasi-socialisation" des moyens de production. Ceci nous mène à chercher la véritable signification de la propriété de ces moyens de production par le paysanat et par la catégorie des entrepreneurs. On constate que la propriété des moyens de production ne doit pas servir, en principe, de critère absolu pour identifier le caractère de classe (dominante ou exploitée) d'un groupe social, si ce n'est en faisant appel

à la notion de propriété réelle ou formelle. La propriété formelle de ces moyens de production par les paysans est une stratégie, secrétée par le capital, pour faire de l'agriculture un terrain de sa propre valorisation.

A partir du concept de propriété réelle et formelle, on arrive à comprendre théoriquement comment la reproduction du capital devient possible dans une formation sociale où une grande partie de la population détient les moyens de production. D'ailleurs, si on n'analyse pas très soigneusement les différentes formes d'expression du capital dans le concret, on peut arriver à nier la présence de celui-ci là où elle est réelle.

Finalement, on observe, à partir du cas étudié, que le modèle classique de développement du capitalisme dans les campagnes n'est qu'un modèle abstrait. C'est à partir du concret qu'il faut comprendre les diverses formes d'expression du capital dans l'agriculture. Le paysanat analysé ici n'est autre qu'une de ces formes.

S U M Á R I O

Introdução -----	01.
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO CAMPONESA -----	17
§ 1º - A Visão dos Clássicos -----	18
§ 2º - Contribuições de Autores Brasileiros -----	23
§ 3º - Balanço Crítico: Uma Opção Teórica -----	34
CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL E A RECENTE OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA -----	42
§ 1º - Gênese e Expansão da Produção Camponesa no Brasil -----	43
§ 2º - O Processo de Ocupação de Rondônia: Uma Perspectiva Histórica -----	51
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JARU E O MODELO DE COLONI ZAÇÃO -----	66
§ 1º - Caracterização do Município -----	67
§ 2º - Em Busca da Terra: Uma População de Migrantes -----	77
§ 3º - O Modelo de Colonização e o Estado -----	87
CAPÍTULO IV - O CONTRAMODELO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO -----	94
§ 1º - A Ação do Estado -----	95
§ 2º - A Ação do Campesinato -----	103
§ 3º - A Redefinição da Política de Colonização ----	109
CAPÍTULO V - ESTRUTURA SOCIAL E REPRODUÇÃO CAMPONESA-----	117
§ 1º - Posse e Uso da Terra no Município de Jarú ---	118
§ 2º - Tecnologia de Produção, Relações de Trabalho e Reprodução Camponesa -----	126
§ 3º - O Campesinato e a Organização do Espaço Soci al em Jarú -----	137
Conclusões -----	144
Anexos -----	152
Bibliografia -----	177

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a sobrevivência da produção camponesa, numa fronteira agrícola, buscando respostas para a seguinte indagação: Quais os elementos que viabilizam a reprodução física e social do campesinato, numa formação social capitalista, coexistindo com explorações empresariais num mesmo e restrito espaço geográfico?.

A escolha do tema, bem como do campo para pesquisa empírica, tem raízes na nossa própria vida profissional. Trabalhamos há mais de uma década em Extensão Rural, cujo público meta é principalmente - em termos numéricos - o denominado camponês. O Estado onde trabalhamos - Rondônia - localiza-se numa área de fronteira agrícola, que vem recebendo o maior fluxo migratório do País⁽¹⁾. Durante este período, testemunhamos um trabalho de ocupação dinâmica das terras daquele território, notadamente das margens da BR-364, rodovia que liga Porto Velho a Cuiabá e, dali, ao restante do País.

A ideologia então veiculada pelo Estado, em torno da política de colonização, originou uma crença geral, inclusive nos servidores dos órgãos ali instalados, de que aquela área seria o lócus ideal e inquestionável para promoção sócio-econômica do migrante, enquanto camponês. Embasava-se

(1) - A taxa média geométrica de crescimento anual da população, na década 70/80 foi de 16%, enquanto a da Região Norte ficou em 5,03 e a do Brasil em 2,49%. (FIBGE, 1981:3).

tal assertiva nos seguintes fatos: o migrante teria acesso à terra, que insistentemente buscava; receberia assistência nos campos agrotécnicos; assistência médica, além de uma ajuda financeira para sua manutenção, até que obtivesse os primeiros frutos do trabalho, na área recebida⁽²⁾. Estes serviços eram de responsabilidade exclusivamente do INCRA, embora posteriormente tenham sido passados para uma série de órgãos públicos específicos ali recém-instalados ou fortalecidos, para atender a uma demanda prevista e que, como veremos, foi logo ultrapassada.

O fluxo migratório intensificou-se, em razão principalmente da política de modernização agrícola do Estado, notadamente no Centro-Sul. Este fato levou a que todas as expectativas dos dirigentes da colonização fossem superadas não só no que diz respeito ao número de migrantes, mas também no que se refere a seu nível sócio-econômico.

Assim, todo o aparelho organizacional instalado para dirigir a colonização, passou a ser por ela conduzido. Ao invés de os órgãos efetuarem o trabalho de vanguarda nas áreas a serem ocupadas (medição e demarcação de lotes, estradas, pos

(2) - O módulo rural recebido era de 100 ha. Essa área, em novembro de 1981, custava ao migrante Cr\$ 42.008,30 (32,07 ORTN da época), a serem pagos em 5 anos, com um de carência e em quatro parcelas iguais e sucessivas. O valor acima exposto refere-se: 59% a terra nua; 28% a demarcação da área e 13% aos juros de 6% a.a. (cf. Cartório de Registro de Imóveis, 1982-475).

tos de saúde, etc.) iam a reboque dos migrantes, tentando desenvolver ações para mitigar os efeitos negativos de uma ocupação desordenada do espaço. (3)

O processo de colonização atingiu um nível tal de desorganização e acefalia, que a migração, inicialmente incentivada, passou a ser desaconselhada pelo Governo do então Território Federal. Todas as medidas adotadas para que o Poder Público retomasse a condução do processo tiveram efeitos nulos. As normas sobre a ocupação da terra, das quais os migrantes seriam objetos, foram na prática por eles reelaboradas, dando uma prova inicial da fragilidade daquela política.

Com uma ocupação desordenada e disputa acirrada pela apropriação da terra (entre novos e antigos ocupantes, entre pretendentes a pequenas áreas, entre pretendentes a grandes e pequenas áreas), numa região onde praticamente inexistia a propriedade jurídica da terra, o direito à propriedade fundiária, fora dos projetos de colonização, passou a ser caracterizado - quando se tratava de áreas ocupadas por pequenos proprietários - pela exploração, ou melhor, pela destruição da cobertura vegetal da terra, o que indicava a presença de um pretense dono. Isto era uma exigência do INCRA, constante, inclusive, de seus projetos de colonização. Entendia-se a derru

(3) - Falta de estradas, ocupação de áreas já apropriadas, ocupação de reservas indígenas e biológicas, entre outros, já que não respondiam à demanda real de serviços da população.

bada da mata como capacidade de trabalho do migrante, a fim de que lhe fosse fornecida a documentação da terra.

Como o migrante, na quase totalidade, vem descapitalizado, o que conseguia cultivar naquelas áreas eram culturas como arroz, milho e, às vezes, feijão. A partir do segundo ano de exploração, com a redução da fertilidade natural do solo e o aumento da demanda de mão-de-obra, em função da eclosão intensiva de ervas daninhas, a área do imóvel inicialmente derrubada era "abandonada" e uma outra desmatada. Assim, em cada imóvel e por extensão em toda a área ocupada, formavam-se espaços com capoeiras, que expressavam irracionalidade nos métodos de cultivo da terra e estagnação ou deteriorização no nível de vida dos que praticavam aquela atividade.

Era a falência da política de colonização idealizada. As justificativas apresentadas, a nível institucional, eram: a falta de estradas, de crédito, de documentação dos imóveis e ausência de uma estrutura de comercialização sólida. É claro que estes elementos contribuíram e contribuem para aquela situação. Entretanto, os migrantes assentados em áreas dotadas de parte dessa infra-estrutura e serviços não esboçavam progresso econômico. Embora adquirindo crédito bancário e produzindo mais, terminavam, ao fim de cada ciclo da cultura, endividados e até vendiam o imóvel para saldar compromissos contraídos na exploração de culturas alimentares, pois mesmo obtendo acentuada produtividade física, esta tornava-se reduzida ao ser monetarizada, dado às grandes perdas da produção colhida e aos baixos preços conseguidos, a nível de mercado.

A expansão daquela infra-estrutura e o atendimento da demanda real dos serviços criados pelo fluxo migratório, implicava o dispêndio de volumosos recursos, pretensão logo inviabilizada, principalmente pelos efeitos da crise econômico-financeira que enfrenta o País, desde 1973/74. Por tal motivo, o Estado reduziu o apoio à colonização baseada na pequena propriedade, passando a apoiar uma ocupação voltada para grandes e médios imóveis, via licitações públicas de terras, ou da documentação de parte das antigas posses (seringais), que não exigiam uma infra-estrutura nas dimensões citadas.

Desta sorte, ficavam assim os pequenos proprietários quase sempre sujeitos ao assalariamento, como condição de sobrevivência - o que preferiam fazer fora do setor agrícola - sendo que muitos vendiam o imóvel e iam residir nas cidades, enquanto outros passavam a sobreviver de atividades antes por eles desconhecidas, tais como a exploração do látex em seringueiras nativas e venda de madeira-de-lei, nos seus imóveis.

As grandes áreas, de ocupação antiga ou recente⁽⁴⁾, por uma série de motivos não se transformavam nas espe

(4) - As áreas de ocupação antiga são os seringais. As de ocupação recente são aquelas adquiridas principalmente do INCRA, via licitações públicas. Denominamos de Seringal grandes áreas (dificilmente inferiores a 10.000 ha) "ocupadas" a título de posse, com limites geralmente indefinidos e que se prestam ao extrativismo vegetal - prioritariamente o látex. Ao seu pretense proprietário importa a terra apenas enquanto suporte natural das árvores gomíferas. Com a colonização, esse tipo de "ocupação" da terra vem sendo rapidamente extinto.

radas empresas. É que, na maioria dos casos, a terra fora adquirida para reserva de valor. Ademais, parte dos proprietários não dispunha de recursos para custear o processo produtivo. Além do que, muitas áreas tinham direito de propriedade reivindicado por mais de um pretendente. As dificuldades e impossibilidades técnicas de mecanização da área aliadas a distâncias elevadas dos centros consumidores de produtos agrícolas e produtores de insumos, fato ainda, agravado pelas péssimas condições de tráfico da BR-364, que liga o Território ao restante do País, constituíam obstáculo ao surgimento de empresas agrícolas. E, o mais importante, mesmo que pareça paradoxal, é que a mão-de-obra era escassa e de elevado "valor" e, quando se dispunha à venda, preferia o trabalho em garimpos ou na zona urbana⁽⁵⁾.

Com esta "improdutividade" da terra, ficava tolhida a reprodução do capital na área, pois era reduzido o fluxo de mercadorias e estava em risco o capital financeiro ali investido. A título de exemplo, de acordo com informações de funcionários da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil, em 1975/76, cerca de 40% das operações daquele Banco em

(5) - Uma das provas da inoperância das empresas agrícolas que ali se deveriam instalar nas médias e grandes áreas adquiridas pode ser buscada nos seguintes dados: Em 1979 o Território de Rondônia importava 20% do leite consumido, 51% da carne bovina e produzia apenas 22% do frango de corte demandado (Governo do Estado de Rondônia, CEPA, (1981)).

Rondônia, no que diz respeito as aplicações na agricultura, estavam irregulares.

Diante desse quadro, o Estado tomou decisões visando mitigar os resultados desastrosos da política de colonização, viabilizando (nas áreas com acesso) a implantação de culturas de mercado garantido e de melhor rentabilidade, como o cacau, o café e a seringueira⁽⁶⁾, - economicamente viáveis, principalmente em explorações camponesas - ocasionando com isto uma certa divisão da produção na área, integração entre unidades produtivas de diferentes explorações, maior fluxo de mercadorias e certa tranquilidade para os agentes financeiros ali presentes. Essa garantia de retorno dos investimentos, tanto no que diz respeito à pretensão de novos investimentos no setor, quanto ao retorno do capital e rendimentos pendentes na agricultura, era necessária, uma vez que as lavouras temporárias não permitiam aos produtores liquidarem seus compromissos junto aos Bancos. O financiamento daquelas culturas permanentes viabilizou o retorno às agências bancárias de recursos penden

(6) - A seringueira entra em produção 6 a 8 anos após o plantio. Entretanto, como o valor para formação de 01 hectare desta cultura é elevado (297 DRTN em janeiro/83, cerca de Cr\$ 2.241.156,00 pelas DRTN de janeiro/84) e cerca de 50% deste destina-se à mão-de-obra, esses recursos são em grande parte consumidos pela família camponesa, enquanto mão-de-obra principal da unidade produtiva, o que em muito facilita a sua reprodução, até que a cultura entre em franca produção

tes há anos, em mãos de pequenos proprietários.

Com a exploração das citadas culturas permanentes, abre-se um espaço à entrada do capital industrial que, somado ao capital comercial e financeiro, promove a integração da daquela área à economia nacional⁽⁷⁾. A nível político e social, a implantação das citadas culturas representava a possibilidade concreta de fixação naqueles vazios demográficos, de uma população estruturalmente excedente noutras regiões.

Esta ação do Estado, aliada a uma série de estratégias de rejeição à expropriação elaboradas pelo campesinato e facilitadas por alguns fatores peculiares à região, permite a sobrevivência e reprodução de uma produção camponesa cada vez mais representativa. Com efeito, a relativa disponibilidade de terra, módulos rurais de dimensões satisfatórias (100 ha), elevado volume de mão-de-obra que constitui a unidade produtiva camponesa, a conveniência de parte da classe dominante em manter um campesinato, e a integração entre as unidades produtivas camponesas e as demais presentes na área, constituem a base real sobre que se ergue a produção camponesa em Rondônia.

Merece ser lembrado que a partir do fim da década de 70, a colonização de Rondônia passa a ser feita novamente com base na pequena propriedade, embora sem oferecer aos seus ocupantes nenhuma infra-estrutura, conforme proposto nos pri

(7) - Hoje o uso de algumas máquinas e insumos é obrigatório em Rondônia, nas lavouras de café, cacau e seringueiras, até sem exigência técnica nutricionais da cultura. No caso do adubo, por exemplo, quantidades iguais são usadas em solos diferentes, por exigências institucionais, até sem prévio exame do solo.

mórdios da colonização. A partir de 1981, através de programas especiais - notadamente o POLONORDESTE - o Estado vem se propondo expandir a infra-estrutura, os serviços e a formação daquelas culturas (café, cacau e seringueira) a todos os pequenos produtores ali presentes, por entender, ao que nos parece, que somente assim fixará o camponês à terra.

É sobre a reprodução econômica e social da produção camponesa, repetimos, que pretendemos oferecer a nossa contribuição, no presente trabalho. Referimo-nos não a uma produção camponesa como a descrita por Marx (1980:828-882) - quando analisa a gênese da produção capitalista — A Chamada Acumulação Primitiva — que necessariamente seria extinta com a capitalização do campo. Tratamos de uma forma de organização da produção que, ao invés de desaparecer com a capitalização da agricultura, é uma criação do Capital, um produto da sociedade burguesa. (8)

Havíamos escolhido inicialmente, para campo de

(8) - Entendemos por produção camponesa toda aquela obtida prioritariamente com mão-de-obra familiar, destinando-se o assalariamento eventual apenas a complementar a força de trabalho daquela unidade produtiva. Por outro lado, no caso estudado, é ela produção capitalista, uma vez que é integrada ativamente à reprodução do capital, quando da compra e venda de mercadorias, e por ter seu processo produtivo interferências de decisões originadas fora do setor agrícola. Essa produção, entendemos, não é praticada por um campesinato econômica e socialmente homogêneo, mas dessa diferenciação trataremos posteriormente.

pesquisa empírica, 6 (seis)⁽⁹⁾ dos 13 municípios que compõem o Estado de Rondônia: Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Jaru, Ouro Preto do Oeste e Presidente Médici (os três últimos desmembrados dos primeiros, em meados de 1981) e como método de investigação, o estudo de caso. Por questão de disponibilidade de tempo, distâncias da área de pesquisa e nesta, entre os municípios que a constituem, somando-se a isto dificuldades de recursos, reduzimos o campo ao município de Jaru. A preferência por este município, entre os demais, prende-se ao fato de ser ele representativo da organização sócio-econômica de Rondônia.

A comprovação desta afirmativa deve ser buscada em algumas constatações as quais, vistas em conjunto, indicam com clareza a predominância da exploração camponesa:

- a) - dos imóveis rurais do município, 98,85% têm área inferior a 200 ha⁽¹⁰⁾ e detêm 89,82% da área já apropriada⁽¹¹⁾;

(9) - Esses seis municípios abrigavam em 1981 05 projetos de colonização dos 07 existentes no Estado, denominados de PIC - Projetos Integrados de Colonização e de PAD - Projetos de Assentamento Dirigido (cf. Ministério da Agricultura - INCRA-CEER, 1982:4).

(10) - Entre os imóveis menores de 200 ha, a média dos constantes no menor estrato (de 0 a menor de 20 ha) é de 4 ha e a média do estrato de 100 a menor de 200 ha é 100. Assim podemos usar a expressão "até 100 ha".

(11) - Dados levantados junto ao INCRA e Pesquisa de Campo.

- b) - da mão-de-obra utilizada nos imóveis pesquisados (155), em explorações próprias, 63,19% é familiar, 23% assalariada temporária (dos quais 54% utilizados em imóveis de área inferior a 200 ha) e apenas 13,81% é assalariada permanente (cf. anexo I);
- c) - 77% da área total de café do município e 100% do financiamento concedido para aquela cultura estão em imóveis daquele estrato de área;
- d) - 76% da área de cacau e 86% do crédito para formação da aludida cultura estão, igualmente, no mesmo estrato;
- e) - dos seringais de cultivo em formação no município, 88% da área total e igual percentagem do crédito concedido para cultura localizam-se no mesmo estrato⁽¹²⁾; e
- f) - 70% do valor bruto da produção, em termos de imóveis pesquisados, são oriundos daquelas cujas áreas são inferiores a 200 ha⁽¹³⁾.

O município escolhido para pesquisa empírica, não era de todo desconhecido por nós. Na verdade, Por um pe

(12) - Dados levantados junto a ASTER-RO, SEAGRI, CEPLAC e pesquisa de campo.

(13) - Informações obtidas a partir da pesquisa de campo.

ríodo de 03 anos, trabalhamos como coordenador regional e coordenador técnico estadual da ASTER-RO, ficando aquele município na área sob nossa responsabilidade. Entretanto, esse conhecimento, ao nível do estudo a que nos propomos desenvolver, poderia ser considerado superficial.

Assim sendo, julgamos necessário dividir a pesquisa em duas etapas que, embora estejam estrategicamente ligadas, metodologicamente são distintas. A primeira etapa foi desenvolvida no mês de fevereiro de 1983, num nível informal e, por 3 motivos básicos, julgamos de caráter exploratório: sedimentar, a nível empírico, a carga teórica até então recebida no curso; oportunidade de obter informações da área a ser pesquisada, para efeito de elaboração do projeto; cumprir uma "exigência" de caráter prático em qualquer pesquisa de campo ao que nos parece, ou seja, aproximação do pesquisador/pesquisados, com a finalidade de revolver as inevitáveis inibições, comuns ao processo de pesquisa, na sua fase inicial. No nosso caso pessoal, isto era necessário, porque não conhecíamos a totalidade da área onde íamos pesquisar, nem o público com o qual deveríamos trabalhar.

A segunda etapa - de caráter sistemático - foi desenvolvida nos meses de outubro, novembro e primeiros dias de dezembro de 1983 e constituiu-se da aplicação de 155 formulários (veja modelo, anexo II) junto aos produtores rurais, sendo as informações levantadas complementadas e, qualitativamente, sedimentadas e apreendidas com mais profundidade, através de entrevistas feitas com os mesmos produtores e com represen

tantes de instituições que atuam no município, além de comerciantes e industriais.

O Universo de produtores ao qual foram aplicados os formulários e entrevistas é constituído por proprietários de imóveis de diferentes áreas, que utilizam os mais diferentes modelos de exploração agrícola presentes no município e abrange, indiscriminadamente, solos de diferentes qualidades e imóveis de localização variada. Em outras palavras, utilizamos o critério da aleatoriedade para chegar aos imóveis a serem pesquisados, partindo de um universo constituído de 6.764 proprietários com 6.806 imóveis⁽¹⁴⁾, distribuídos em diferentes linhas⁽¹⁵⁾ (que incluem imóveis que margeiam a BR-364) na quele município.

Para chegarmos àqueles imóveis e respectivos proprietários, sem fugir ao critério de seleção adotado, con

(14) - A partir do estrato de área de 500 a menos de 1.000 ha, não foi possível obedecer ao critério da aleatoriedade, tendo em vista que os proprietários dos imóveis residem geralmente noutras cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Porto Velho e Outras) e até mesmo os administradores não eram encontrados com facilidade. Desta maneira, muitas vezes fomos procurar aqueles produtores ou seus administradores, de forma induzida, fugindo ao critério pré-estabelecido.

(15) - Estradas de penetração em sentido paralelo (construídas ou planejadas) que separam os imóveis em fileiras, passando em frente dos mesmos, geralmente a cada quatro quilômetros.

tamos com a ajuda do Escritório local da ASTER-RO, naquele município, no seguinte aspecto: para efeito de atuação dos técnicos da ASTER-RO, o município é fracionado de tal modo que cada técnico é responsável por uma área de atuação constituída por um determinado número de linhas (variando de acordo com o número de proprietários), as quais contêm imóveis de diferentes dimensões, sendo as mais comuns 100 e 50 ha. Partindo deste fracionamento e com a ajuda dos técnicos, sorteamos um determinado número de imóveis na área de atuação de cada técnico, em número mais ou menos proporcional ao total existente naquele campo de atuação individual.

Com este procedimento, praticamente todo o município foi contemplado, pois os técnicos trabalham em todas as linhas, embora a totalidade de proprietários de cada uma não fosse diretamente atendida, em virtude da inexistência de estradas. Os proprietários de imóveis sem estradas foram entrevistados no Escritório da ASTER-RO, ou em reuniões realizadas a nível de campo.

Desta maneira, conseguimos preencher formulários em entrevistas com 155 proprietários (no escritório, em reuniões, cursos, excursões e principalmente nos imóveis, de forma individual), os quais representam 2,3% do universo total (6.764) e 3,1% do total de imóveis explorados (5.000)⁽¹⁶⁾, sem haver, porém, proporcionalidade das amostras em relação aos di

(16) - Informação levantada junto ao INCRA - Jarú.

versos estratos de área⁽¹⁷⁾. Mesmo parecendo uma amostra reduzida, na verdade torna-se plenamente aceitável, quando se sabe que não buscávamos obter representatividade estatística (esta seria um dos meios auxiliares), mas sim o entendimento do processo de reprodução física e social da produção camponesa, numa dada realidade.

Por outro lado, a amostragem satisfaz plenamente, do ponto de vista qualitativo, quando se percebe, já na fase inicial da pesquisa, a repetição dos fenômenos constatados. Em outras palavras: desde o início da pesquisa, quando cerca de 25% dos formulários estavam preenchidos, as informações começaram a se repetir agrupadas em grandes blocos e, assim, dados como motivos para migrar; situação de acesso à terra no local de origem; dificuldades encontradas para exploração da terra em Rondônia; perspectivas para o futuro diante do momento vivido; lugar em que ideologicamente se colocam na estrutura social; motivações (ou não) para o associativismo, entre outros começaram a ser praticamente os mesmos.

Por outro lado, as entrevistas feitas com proprietários rurais, líderes rurais, presidentes de sindicatos rurais, padre, pastor protestante e com representantes de órgãos estatais que atuam no município levaram-nos a crer que aquela amostragem (155 formulários e entrevistas) fornecia os elementos para uma razoável apreensão daquela realidade.

(17) - Nos estratos de área de 0 (zero) a menos de 200 ha, a representatividade ficou em 2,06%. Nos estratos de área de 200 a mais de 5.000 ha, a representatividade foi de 24%.

Os dados secundários foram levantados junto ao INCRA, ASTER-RO, CEPLAC, SEAGRI, CODARON, CIBRAZEM, SUDECO, CEPA-RO, FIBGE, Bancos, Cartório do Registro de Imóveis de Porto Velho, além de outras informações solicitadas da EMBRATER e CEPLAC, em Brasília. Com estes procedimentos, cremos que, apesar de não termos esgotado o campo de pesquisa, em termos de levantamento de informações, obtivemos o necessário para materialização do presente trabalho.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO
CAMPONESA

§ 1º - A Visão dos Clássicos

A penetração e desenvolvimento do Capitalismo no campo são analisados comumente, na literatura Marxista, como incompatíveis com a existência da produção camponesa. Assim, existiria uma certa relação inversamente proporcional entre a produção capitalista obtida com mão-de-obra assalariada e a organizada com base no trabalho familiar, onde a expansão de uma denunciaria a inibição da outra, tendo esse processo por resultado final a expropriação dos meios de produção dos pequenos produtores pelo capital e a predominância absoluta deste no campo.

Esta visão tem origem, certamente, na análise desenvolvida por Marx (1980: 828-882) referindo-se à gênese do modo de produção capitalista na Inglaterra, segundo a qual aquele modo de produção surgirá justamente da negação das condições objetivas de existência à produção camponesa. Igualmente Lênin (1982: 9-12) inspira essa visão teórica, ao colocar - referindo-se à Rússia - como principais vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo no campo, tendendo ambas a extinguir o campesinato, as seguintes alternativas: extinção das relações de trabalho servis naquela agricultura e da estrutura fundiária que a ela corresponde, com a conseqüente criação de um campesinato livre, que, pela capitalização do campo, deveria se polarizar em classes antagônicas (proletários e capitalistas), fruto do aburguesamento de parte dele; ou através da capitalização dos latifúndios, quando igualmente seria extinto

Uma exceção àqueles que prognosticam a extinção da produção camponesa é constituída por Kautsky que, oferecendo uma análise dentro do mesmo referencial, porém chegando a conclusões não coincidentes, percebe certa dependência entre exploração empresarial e camponesa (grande e pequena exploração): "A grande propriedade, por mais que repila todos os camponeses livres, sempre terá uma parte deles a sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários. Assim, mesmo onde prepondere, a grande exploração não consegue um império incontestável" (Kautsky, 1980:182-3).

Este autor, mesmo reconhecendo a relativa superioridade da grande sobre a pequena exploração, nega a possibilidade recíproca de uma vir a extinguir a outra - "Grande exploração e pequena exploração se condicionam reciprocamente na agricultura capitalista" (Kautsky, op. cit.:326) e constata, analisando as estatísticas alemãs, haver um movimento de expansão e recuo entre ambas, de forma cíclica e em direções contrárias, terminando por concluir que o modo de produção capitalista arruína tanto a grande como a pequena exploração. (Kautsky, op. cit.: 183).

Aquelas interpretações fundamentadas em estudos de realidades concretas do universo rural europeu e inspirados em características que apresentavam o Modo de Produção Capitalista num determinado momento histórico, foram extrapoladas historicamente às mais diversas formações sociais, por estudiosos da questão agrária, como teorias-protótipo e as quais procuram encaixar diferentes situações concretas, quando se sabe que, mesmo na Europa, não podem as mesmas ser universalizadas, em termos de tempo e espaço, sem incorrer em deslizes, pois mesmo

ali questiona-se se a expropriação imediata das terras dos camponeses foi a única fonte interna da acumulação primitiva (Preobrazhensky), 1965, apud Velho, 1979:48-49).

Diante deste fato, resta perguntar se Marx e seguidores tão próximos como Lênin erraram na projeção que fizeram quanto ao futuro que era reservado à produção camponesa, nas formações sociais capitalistas. Parece-nos que o mais prudente seria responder não, pois caso contrário correríamos o risco de estar interpretando o pensamento de um autor pela leitura apressada ou parcial das suas obras. É necessário antes entendermos, na sua plenitude, o que Marx denomina de camponês sob o feudalismo que se desintegra, à época da acumulação primitiva, assunto que retomaremos depois.

A constatação nos dias atuais de uma produção organizada com base no trabalho familiar, levou a que vários autores voltassem a rever os esquemas teóricos clássicos e a oferecer-lhes contribuições atuais, bem como outros a buscarem novas interpretações na leitura dos clássicos marxistas. Para os não Marxistas isto seria apenas a comprovação de mais um erro de Marx nas projeções que fizera dos caminhos a serem percorridos pelo modo de produção capitalista, no seu desenvolvimento. A partir daí vários quadros explicativos do fenômeno começam a ser elaborados ou enriquecidos, alguns dos quais enfocaremos a seguir.

§ 2º - Contribuições de autores brasileiros

Para os autores contemporâneos brasileiros, vários são os elementos que justificam a presença de uma produção estruturada em relações de trabalho alheias às que caracterizam o modo de produção capitalista, conforme expresso por Marx, numa formação social de economia capitalista.

Para Velho (1979:48-50), - embora o assunto não seja objeto de estudo do seu trabalho - nos países como o Brasil de "capitalismo autoritário"⁽³⁾ sobrevive a produção camponesa, porque onde ela existir não será destruída - ou só em parte será - com o desenvolvimento capitalista. Mantém-se como forma subordinada de produção e a acumulação primitiva aí prossegue às custas da mesma. Naquelas formações sociais o campesinato - como insinua o autor - tem funcionalidade na manutenção de parte da classe dominante no seu locus social, e por isso é preservado pela classe dirigente.

A despeito da contribuição dada pelo autor, notadamente pela construção teórica elaborada a respeito do capitalismo autoritário, dois pontos não se coadunam com o nosso referencial

(3) - Eis algumas características dos países de capitalismo autoritário, segundo a interpretação que fizemos de Velho: burguesia que domina, porém não dirige; certa funcionalidade do campesinato em relação à parte da classe dominante; acumulação a nível interno através de procedimentos colonialistas/imperialistas; impossibilidade de transferência a outros países dos excedentes demográficos resultantes da expropriação camponesa; investimentos concentrados no desenvolvimento capitalista nucleado, em prejuízo da expansão em toda formação social...
(cf. Velho, 1979).

teórico, além de não terem sustentação dentro dos nossos pro
pósitos de trabalho: o primeiro é a idéia de uma organização
"perfeita" imposta pelos países hegemônicos às formações so
ciais de capitalização tardia, onde cada elemento - um Est
ado forte, uma burguesia fraca, um campesinato mantendo parte
da classe dominante no seu locus social - parece desempenhar
papéis numa estrutura social sem contradições. O segundo é
o status de modo de produção que é dado à produção camponesa,
existindo este por consentimento da classe dirigente que, ao
mesmo tempo em que não o deixa desaparecer, não o permite acu
mular a nível de adquirir o status de capitalista. No nosso
entender a produção camponesa existe não por consentimento da
classe dirigente, mas por fazer parte ativa do processo de acu
mulação, notadamente pelas peculiaridades que apresenta a agri
cultura enquanto campo de valorização do capital.

Uma outra interpretação (Wanderley, 1979:32-16) ⁽⁴⁾
atribui a presença do campesinato como sendo este uma expres
são das diferentes formas de dominação da agricultura pelo ca
pital. Com o campesinato, não é necessária a expropriação for
mal dos meios de produção dos pequenos proprietários. Aí o
camponês se transforma num "trabalhador para o capital", pois
apesar de continuar "gerindo" o processo de produção, não rei
vindica para si, a fim de que possa continuar produzindo, o
lucro e a renda da terra. Essa mais-valia seria transferida
a outros setores da economia e, neste caso, é o pequeno produ

(4) - Em versão preliminar para discussão.

tor proprietário apenas formal dos meios de produção, uma vez que a autora, baseada na teoria da renda da terra de Marx considera proprietário real destes os que se apropriam daquele sobretrabalho - renda da terra e geralmente lucro - expressão econômica do capital e da propriedade fundiária, respectivamente.

A presente análise parece-nos oferecer uma das mais valiosas contribuições para explicar a presença do campesinato no seio das mais diversas formações sociais organizadas sob o modo de produção capitalista. Entretanto, apesar de citar as principais formas que o capital utiliza historicamente para dominar a agricultura, ⁽⁵⁾ a autora deixou apenas implícito o porquê dessas diferentes formas, as quais se excluem ou coexistem em espaços e épocas diferentes. Parece-nos que a expliação para isto encontra-se ao nível das situações políticas e/ou técnico-econômicas, presentes nas mais diversas expressões concretas do processo de dominação da agricultura pelo capital.

Para Graziano da Silva (1982:126-140) o campo nês é uma criação do próprio capital, que a este subordina-se como vendedor de mercadorias, comprador de meios de produção e venda, embora que eventual, de sua força de trabalho. É o resultado de uma modernização conservadora da agricultura bra

(5) - Através do arrendamento capitalista, através da junção - embora muitas vezes formal - dos dois agentes sociais (capitalista e proprietário fundiário) num mesmo indivíduo; através de um campesinato que guarda apenas formalmente a propriedade dos meios de produção, expressa na transferência do lucro e renda da terra para fora do setor agrícola.

sileira, legado histórico da capitalização tardia do país. Esse camponês recriado de acordo com interesses da acumulação capitalista nada mais é que um trabalhador para o capital, embora não seja um proletário. É despossuído da autonomia do camponês clássico, proprietário apenas formal dos meios de produção, e o processo produtivo por ele gerido deve prestar-se prioritariamente à reprodução do capital, fato que é viabilizado através de uso de "máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc".

O que podemos constatar naquele texto é que a presença do campesinato é atribuída a uma aliança do grande capital com o latifúndio, sob a égide do Estado, levando a agricultura a uma modernização lenta e conservadora, na qual encontramos velhos e novos agentes sociais, viabilizando a acumulação capitalista, muitas vezes através de relações de trabalho ou formas de extração de mais-valia não comuns ao modo de produção capitalista, pelo menos na sua concepção abstrata. Entretanto, a exemplo de Wanderley (1979), deixa de explicar o porquê desta forma de dominação da agricultura pelo capital.

Martins (1983:151-177) explica a presença da produção camponesa no Brasil, como sendo resultado da própria dominação da agricultura pelo capital. A propriedade da terra é um obstáculo à dominação da agricultura, o que pode ser removido através da compra da terra, isto é, do pagamento de uma renda, um capital que é imobilizado improdutivamente pelo seu possuidor. Mas o desembolso de capital subordina-se a uma lógica, - o lucro. Movido por essa lógica, o capital adquire a propriedade da terra somente quando esta é destinada a explo

rações de produtos que além do lucro deixa-lhe elevada renda - cana e pecuária, por exemplo - promovendo aí ao mesmo tempo a união das figuras do capitalista e proprietário fundiário num único elemento.

Nas explorações agrícolas onde a renda é baixa, como nas explorações camponesas, o capital ao invés de se apropriar da terra, cria as condições para extrair o "excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe". Desta maneira o camponês é transformado em proprietário apenas nominal dos meios de produção que opera, sem com isto ser ele um proletário, nem muito menos ter o seu trabalho formal ou realmente subordinado ao capital. Processa-se, aí sim, neste caso, a sujeição da renda da terra ao capital.

Como se pode observar, para Martins, a produção camponesa permite a valorização do capital, onde esta seria dificultada, se o capital assumisse a direção efetiva do processo produtivo. Em outras palavras, a pequena propriedade camponesa deixa de ser um obstáculo à reprodução do capital e passa a ser produto de uma estratégia de sua dominação.

A presença do capitalismo na agricultura, no momento, analisa Sorj (1980:118-144), não determina o fim da "pequena produção". Ela poderá manter-se, transformando-se numa agricultura altamente capitalizada, nível que é alcançado sobretudo por força de um "conjunto de pressões/interesses da expansão capitalista" - em especial a agro-indústria. Desta maneira, expansão capitalista e produção camponesa se adaptam,

com transformação na estrutura interna desta última, quando da sua "integração (ou marginalização) crescente com os circuitos industriais/comerciais/financeiros".

Para o mesmo autor, a transformação da agricultura brasileira pelo complexo agroindustrial, dá origem apenas parcialmente a uma estrutura agrária semelhante à dos países desenvolvidos - convivência da produção camponesa e grandes empresas agrícolas - pela impossibilidade do setor urbano industrial absorver o excedente populacional da agricultura, que por falta de opções é obrigado a permanecer no campo. Assim o campesinato extinto pela capitalização do campo, ao invés de se transformar em mão-de-obra para indústria, gera um novo campesinato pauperizado e de importância econômica cada vez menor.

Parece-nos convincente a argumentação que justifica a presença da produção camponesa na agricultura brasileira com elementos como modernização compulsória da mesma e o desequilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra (agricultura/setor urbano industrial), o que resulta num excedente de força de trabalho no campo, disposta a ser utilizada a qualquer preço, e que se incorpora à grande e média produção sob a forma de parceiros ou arrendatários.⁽⁶⁾ Talvez esteja aí a explicação do cresci

(6) - Convém ao proprietário pela possibilidade que se abre de explorar além da força de trabalho do chefe da família, a da esposa e filhos menores, não assalariáveis na ausência desta relação de trabalho. Para o chefe de família torna-se vantajoso, pois assalariando-se sozinho não manteria a família. Por outro lado julga a parceria bastante simpática, em relação ao assalariamento, por lhe proporcionar maior liberdade.

mento percentual de estabelecimentos com parceria de 6,9% para 15,9% na década de 60/70, no Estado de São Paulo, a despeito de tratar-se da agricultura mais moderna do País, e de gozar no período dos benefícios do "milagre brasileiro" (FIBGE, apud Loureiro, 1977:17).

Entretanto, tais argumentos não dão conta da totalidade dos elementos e condicionantes da reprodução da produção camponesa nas suas diversas formas de expressão concreta. A realidade por nós estudada oferece situações em que alguns elementos opostos aos enumerados anteriormente - como escassez de mão-de-obra, baixa densidade demográfica no campo, por exemplo, - são uns dos responsáveis pela reprodução da produção camponesa.

Já em Nakano (1981:3-15) a persistência da produção familiar - nós estamos denominando de produção camponesa - é explicada pelas dificuldades estruturais e técnicas da grande produção generalizar o seu domínio na agropecuária, em função de neste setor - por condições de produção e de mercado diferenciados em relação à indústria - o capital investido não se reproduzir a nível de cobrir a taxa média de lucro e renda da terra, havendo por isso a evasão de capital para atividades mais rentáveis e com isto abrindo espaço à produção camponesa, a qual passaria a concorrer com a produção empresarial, pois não tem como limite a sua existência a obtenção da taxa social de lucro e renda da terra.

Ao ocupar aquele espaço, a produção camponesa terminaria por controlar uma crescente parcela das terras agrícolas e da produção total e a ampliar o tamanho das suas u

nidades produtivas. Por fim, ajustar-se-ia compulsoriamente a uma tecnologia avançada, aumentando a sua produtividade, a fim de fazer face à redução da sua renda real, devido "à evolução desfavorável dos preços dos produtos agrícolas", dada a oligopolização da Indústria. O confronto entre essas duas formas de organização da produção obrigaria a produção empresarial, para se tornar competitiva, obter produtividade bem mais elevada que a camponesa, o que nem sempre, segundo o autor, é possível.

Trata-se de uma abordagem de cunho geral e é fundamentada principalmente em dados da Europa e Estados Unidos. Apesar de consubstanciada, para o Brasil, tal tese, na sua plenitude, não pode ser aceita.⁽⁷⁾ Na verdade, a grande maioria dos camponeses brasileiros longe de se reproduzir graças à adoção de tecnologias modernas e aumento de produtividade, reproduz-se através de estratégias tais como: aumento da jornada de trabalho, incorporação no seu processo produtivo de mão-de-obra não assalariável, deteriorização do seu nível de consumo e constantes deslocamentos para ocupação de áreas marginais à economia nacional. Em contrapartida, as empresas agrícolas, em si quase sempre inviáveis economicamente, tornam-se rentáveis graças a razões tais como: subsídios estatais e

(7) - Diríamos que a tese é válida nas seguintes condições: quando o camponês tem acesso ao cultivo de culturas denominadas nobres, relativa facilidade de acesso à terra própria, abundância de mão-de-obra familiar, incentivo estatal, expresso em infra-estrutura (estradas, armazéns, crédito, pesquisa, assistência técnica, garantia de preços, juros negativos, entre outros).

integração do grande capital e latifundiários, representada quase sempre pela junção dos dois num único agente social, viabilizando por diferentes formas a rentabilidade do empreendimento (cf. Wanderley, 1979:15-40).

Aidar e Perosa Júnior (1981:17-39) apontam duas dificuldades principais para a penetração e dominação da agricultura pelo capital, as quais seriam responsáveis pela presença da produção camponesa⁽⁸⁾ nas formações sociais capitalistas: taxa de lucro inferior à da indústria e à renda fundiária, enquanto imobilização de capital improdutivo, desembolsada para compra da terra. Para estes, os motivos para as diferentes taxas de lucro estariam no fato de que na agricultura o capitalista não tem o controle completo dos elementos que interferem no processo produtivo (clima, período de germinação de sementes, quantidade e frequência das precipitações pluviométricas e outros), bem como, ao contrário da indústria, os tempos de trabalho e de produção⁽⁹⁾ raramente coincidem, havendo portanto ociosidade do capital aí investido. (Este enfoque corresponde ao de Graziano Neto, 1982:86).⁽¹⁰⁾ Assim os

(8) - Eles não utilizam a expressão produção camponesa, mas "propriedade familiar" em oposição a grande empresa agrícola. A diferença de nomenclatura não altera os elementos em análise.

(9) - Tempo de trabalho: duração do trabalho desprendido no ciclo produtivo. Tempo de produção: total do tempo demandado pelo ciclo produtivo.

(10) - Não se refere à produção camponesa em si, porém aponta as dificuldades do capital reproduzir-se na agropecuária por não ter o domínio total dos elementos naturais e poder colocá-los a seu serviço. A tentativa de domínio exige investimentos de capital que colocam em riscos e lucratividade do empreendimento.

capitais se concentrariam na agricultura, naquelas atividades onde fosse possível estabelecer o maior grau possível de controle do processo produtivo (por exemplo - avicultura de corte) e onde a tecnologia permitisse boa aproximação entre tempo de trabalho e de produção. Na ausência dessa possibilidade, se estabeleceria, onde lhe fosse possível, o controle do processo de comercialização. Essa lógica (menor taxa de lucro na agricultura) seria quebrada, quando subsídios estatais fossem incorporados ao capital investido, transferindo à sociedade parte dos custos de produção, dando assim ao empreendimento empresarial falsa viabilidade econômica, uma vez que não teria auto-sustentação.

No que diz respeito à renda da terra, enquanto barreira à penetração do capital na agricultura, teria magnitude vinculada à estrutura fundiária, enquanto legado histórico. Nos países ou regiões onde, na gênese da colonização, se estabeleceu a pequena propriedade (Oeste dos Estados Unidos e Sul do Brasil), o capital tem dificuldades de adentrar realmente a agricultura, dado o alto preço da terra, pois, possuindo a região elevada densidade demográfica, o acesso à terra representada o pagamento de elevada renda. Nos locais onde a colonização estabeleceu a grande propriedade (maioria do Brasil e Sul dos Estados Unidos), o acesso à terra significa desembolso de menor capital e isto facilitaria o estabelecimento de empresas no setor agrícola.

Tal análise, se por um lado dá conta da possível barreira que historicamente a estrutura fundiária ofereceu, ou não, à dominação do capital na agricultura; por outro,

não contempla todas as situações concretas verificadas, especificamente no caso do Brasil. Quantas vezes grandes áreas e volumosos recursos públicos são colocados em mãos de empresários, permanecendo, porém, aquelas áreas inexploradas ou parcialmente e extensivamente exploradas através de relações de trabalho alheias às capitalistas clássicas? É possível que os latifúndios sejam uma barreira bem maior à capitalização do campo, ou pelo menos que estes exijam para tal um custo social bem mais elevado.

Para Moreira (1981:41-54) a "pequena produção familiar" (produção camponesa) ao contrário de ser extinta com a capitalização do campo, é gerada "no bojo do processo de valorização do capital". Neste processo elevam-se tanto a composição técnica e orgânica do capital na economia, como o preço das terras, aumentando assim o volume mínimo necessário de dinheiro ou mercadorias para que qualquer agente social se torne capitalista. Desta maneira, restringe-se o acesso a esse nível de exploração a cada vez menos agentes sociais. O espaço aberto em função dessa restrição seria ocupado pela "pequena produção", não só na agricultura, como noutros setores. Essa "pequena produção" passaria então a contribuir para a expansão da mais-valia social e, conseqüentemente, para a valorização do capital em geral, através do sobretrabalho por ela produzido e que lhe é açambarcado no processo de circulação.

Não restam dúvidas de que o "volume de dinheiro ou mercadoria" exigido para que um agente social possa funcionar como capitalista é cada vez maior, pelos motivos apresentados pelo autor. Entretanto, no nosso ponto de vista, e no

caso específico da agricultura, a dificuldade maior não está no volume de dinheiro ou mercadoria, mas na sua valorização.⁽¹¹⁾ Como se sabe, produção capitalista é circulação constante de capital, devendo este, ao final de cada ciclo, apresentar-se acrescido a tal nível que permita ao seu proprietário alcançar a taxa social de lucro. No capital investido diretamente no processo de produção agrícola, salvo exceções, a taxa de lucro não acompanha aquele nível, transferindo-se assim os capitais a atividades de maior rentabilidade, ou aí permanecem, sujeitando-se apenas a uma reprodução simples, o que só a produção camponesa viria a suportar.

§ 3º - Balanço Crítico: uma opção teórica

Terminada essa pequena incursão bibliográfica gostaríamos de lembrar que ao fazê-la não buscamos descobrir posicionamentos certos ou incorretos, a respeito do que denominamos produção camponesa, pois, todos os autores, como vimos, oferecem valiosas contribuições ao estudo da questão agrária. Entretanto, desde já, rejeitamos a tentativa quase que generalizada de se universalizar quadros teóricos concebi-

(11) - Até mesmo porque o que faz do dinheiro ou da mercadoria Capital não é a quantidade, mas o fato de eles produzirem valores adicionais. Assim, uma quantidade menor de dinheiro ou mercadoria pode ser capital, e uma maior não, basta que, ao contrário da primeira, a última esteja fora do processo de reprodução capitalista.

dos a partir de realidades bem localizadas e em fases históricas distintas ao atual e heterogêneo universo agrícola brasileiro, onde vivemos outro momento do capitalismo e, como é bem conhecido, o capital, embora mantendo as suas características básicas, expressa-se diferentemente nas suas formas de dominação da agricultura ao nível do concreto.

Rejeitamos, igualmente, aquelas abordagens que colocam sob o mesmo ângulo e assim os analisam tanto o camponês feudal, o qual Marx sugere incompatível com o desenvolvimento do novo modo de produção capitalista como o camponês atual. Entre ambos, se há semelhanças verificam-se apenas quanto ao acesso aos meios de produção e organização da produção baseada na mão-de-obra familiar. Cremos serem possíveis tais rejeições sem nos afastarmos do referencial teórico-metodológico marxista, pois parece-nos que a presença atual da produção camponesa explica-se através do próprio Marx e não se justifica apontar-lhe como um erro da análise por ele elaborada a respeito do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para isto devemos começar analisando elementos básicos que caracterizam o camponês por Marx referido no estudo da Acumulação Primitiva, os quais constituem a negação daquele na organização econômica presente.

A exemplo de Wanderley (1979:34-40), achamos coerente começarmos pelo entendimento do conceito de propriedade de naquela sociedade, por se encontrar aí o cerne da questão. O conceito de propriedade fundiária naquele momento histórico expressava que o trabalhador direto tinha sobre a terra que explorava direitos de uso e ocupação, sem que isto constituísse

se propriedade privada absoluta, pois aos direitos daqueles produtores se sobrepunham os de outros indivíduos em escala hierárquica (Parain-Villar, 1968. apud Topalov, 1978-48), sendo muitas vezes o produtor um simples instrumento de trabalho. A terra era considerada um bem natural, mediador quase único das relações sociais de produção, e vista unicamente como base de exploração agrícola. Assim sendo, não tinha valor de troca. Esta foi a forma de propriedade fundiária encontrada pelo capitalismo, na sua gênese, limite do sistema feudal.

Não é necessário explicar por que aquela forma de propriedade fundiária é incompatível com o modo de produção capitalista. A forma de propriedade fundiária que lhe é correspondente é por ele mesmo produzida, subordinando-lhe a agricultura "...e assim a propriedade fundiária feudal, a propriedade de clãs ou a pequena propriedade camponesa combinada com as terras de uso comum se convertem na forma econômica adequada a esse modo de produção, não importando quão diversas sejam suas formas jurídicas" (Marx s/d L 3º, vol. VI 708). Em outras palavras, pode-se afirmar que aquela forma de propriedade, sobre a qual se assentava um determinado campesinato, agora já não mais existe, e com ela também desapareceu o modo de produção correspondente.

Entretanto, se a "forma econômica" da propriedade fundiária é convertida, com o advento do modo de produção capitalista, a sua expressão econômica permanece - a renda. Só que agora é renda capitalista fundiária. Também no modo de produção capitalista, como em qualquer estágio "de desenvolvimento do processo social de produção" onde se fizer presen

te a renda fundiária, a sua apropriação expressa sempre a realização econômica da propriedade fundiária. Quer dizer que mesmo sob o domínio do capital, com a universalização da propriedade privada, o que caracteriza o real proprietário fundiário não é o título jurídico que detém da terra, mas a apropriação de sua expressão econômica, no caso, repetimos, renda capitalista fundiária. Agora com o novo modo de produção "a propriedade camponesa terá que se transformar juridicamente em propriedade privada e economicamente, em equivalente de capital". A terra agora é uma mercadoria cujo referencial para seu preço é a expectativa de sua renda capitalizada (Wanderley, 1979:40). Assim, o camponês é um agente social não dissociado dos meios de produção, porém deles proprietário apenas formal, pois o seu real proprietário é aquele que se apropria da mais-valia por ele produzida, sobre a forma de renda e lucro.

Sendo isto verdadeiro, estaria negada a forma de realização histórica do capital ?⁽¹²⁾ Não. Isto expressa apenas que na agricultura a força de trabalho não deve necessariamente ser proletarizada para que seja expropriada. Aí esta outra forma, por sinal bastante comum não só no Brasil, pois Kautsky a encontrara na Europa no fim do século passado (cf. Kautsky, 1980:105).

Do exposto, não devemos concluir apressadamente que o camponês, como aqui tratado, e proletários se identi

(13) - Relação social estabelecida no processo de produção entre possuidores e não-possuidores de meios de produção.

cam quanto ao acesso aos meios de produção, em qualquer estrutura social, notadamente na brasileira. Eis alguns aspectos que diferenciam o primeiro dos segundos: a compra de meios de produção dos quais faz uso; força de trabalho medida não em homem dia, mas em termos de família⁽¹³⁾; presença no mercado como vendedor de produtos agrícolas próprios; o fato de assumir todos os riscos inerentes aos processos de produção que "dirige", e outros. Por outro lado, não se deve esquecer que esses elementos que os diferenciam no processo material de reprodução, não impedem que, em determinadas circunstâncias e ao nível ideológico, o camponês se coloque na estrutura social ora como proletário, ora como capitalista. É no exame de casos concretos que se percebe a adesão ideológica do camponês a uma ou outra classe.

Se denominamos de camponeses ou pequenos produtores aqueles agentes sociais que, possuindo e trabalhando a terra, transferem a renda e geralmente o lucro a outros setores da sociedade, como explicar a existência de uma parte de camponeses presentes na denominada agricultura moderna nas mais diversas formações sociais ?

Para nós a história do capitalismo, em relação à agricultura, tem se caracterizado pela busca de diferentes formas de dominação daquele setor, isto é, de encontrar formas

(13) - Martins (1981:19) referindo-se ao colono do café em São Paulo (do século passado) denomina-o de trabalhador familiar, "em oposição" a "trabalhador individual" (assalariado). Esta diferença pode ser utilizada para distinção que acima procedemos.

de se valorizar naquela atividade. Esta busca é conduzida pe la sua lógica - o lucro -. Assim formas de dominação como: a través de uma classe de arrendatários capitalistas (Marx s/d, L 3º - vol. VI:705-931); através da junção num único agente - embora muitas vezes só formalmente (Kautsky, 1980:182-3) - do proprietário fundiário e do capitalista (Lênin, 1982:29-3); ou através de um campesinato como o por nós referido (Wanderley, 1979:49), são maneiras - não esquecendo as contradições aí pre sentes - de dominação que historicamente se fazem presentes na agricultura, excluindo-se ou coexistindo, fruto do movimento do capital, na busca da expropriação da mais-valia ali pro duzida.

Desta maneira, vemos a produção camponesa moderna, na agricultura brasileira, tendo duas bases de sustentação, quando vista do ponto de vista econômico, ambas expres sões de sua subordinação ao Capital: a primeira seria através de uma "integração vertical" da agro-indústria com a produção camponesa, verificada em explorações de elevados riscos no pro cesso produtivo, (o homem não controla a natureza a nível de colocá-la plenamente a seu serviço, na grande maiorias das ex plorações agropecuárias) - que demandam muita mão-de-obra e elevado nível tecnológico. Deixando essa atividade ao campo nês, o capital industrial isenta-se destes riscos, dos elevados custos, além de não ter de investir em terras para desenvol ver tais explorações. Entretanto, dirige todo o processo produtivo através da imposição de sistemas de produção, coer ção feita através da dependência do camponês em relação ao crê dito e ao estabelecimento dos preços dos produtos agrícolas,

via qualidade, no ato da compra.

A segunda refere-se geralmente a produtos de exportação (cacau, café, soja) os quais têm estreita ligação com o equilíbrio, da balança comercial brasileira. Com esses produtos, seja pela baixa produtividade, pela qualidade ou pelo não controle dos seus preços, o País obtém no mercado internacional preços nem sempre suficientes para cobrir os custos de produção. No que se refere aos produtos importados (trigo e borracha natural) o objetivo é reduzir as importações via produção interna, como forma de diminuir a evasão de divisas.

Diante da impossibilidade de remunerar satisfatoriamente, em função dos baixos preços, o capital investido na exploração daquelas culturas, resta ao Estado duas opções: subsidiar o empreendimento e tornar a produção falsamente viável e com elevados custos sociais; ou incentivar a exploração por camponeses que não exigem para tal a obtenção da taxa de lucro, além de representar esta opção um custo social infinitamente mais baixo.

Ultimamente e de forma mais acentuada com contrapartida de recurso do BIRD, vem o Estado Brasileiro optando por este empreendimento, em algumas áreas do País, embora sem renunciar à opção anterior. A presente opção oferece ainda a oportunidade de reprodução do capital industrial, via comercialização de máquinas e insumos modernos, realizando assim a nível de campo, neste estrato de produtores, a mais-valia industrial, fato impossível numa agricultura "tradicional". Ao Estado, e no caso especial das áreas de fronteiras agrícolas, abre-se a possibilidade de alocação do excedente estrutu

ral de população naquelas áreas, evitando ou mitigando tensões sociais nas áreas de ocupação antiga.

É bom lembrar que tanto para o caso da produção moderna como da "tradicional" o espaço reservado em termos de perspectivas de crescimento econômico é muito restrito, sendo o mais comum apenas a reprodução da unidade produtiva enquanto tal, pois o papel a elas reservado é de contribuir para reprodução do capital social - e é isso que as torna produção capitalista - e não a acumulação e reprodução de capitais a nível individual, no setor agrícola.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL
E A RECENTE OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA

§ 1º - Gênese e Expansão da Produção Camponesa no Brasil

Analisar a gênese e expansão da produção camponesa no Brasil é, ao mesmo tempo, fornecer exemplos concretos de alguns pontos por nós anteriormente colocados, tais como: as diferentes formas historicamente utilizadas pelo capital na busca de tornar a agricultura campo de sua valorização, e a presença entre essas formas de um campesinato, enquanto criação de uma sociedade burguesa.

Partimos do fato de que a economia brasileira nasceu sob a organização capitalista, baseada na grande propriedade fundiária, na monocultura e na mão-de-obra escrava. Esta estrutura de produção apresentava-se, no momento, como viável à valorização do capital no setor. A base material de existência e expansão de um campesinato foi dificultada, visto que sua forma de produção era incompatível com o modelo econômico e estrutura social implantados no País.

Posteriormente, a grande propriedade deixa de ser economicamente racional (em termos sociais) porém, por questões políticas, mantém-se até hoje, embora contestada, mas legitimada pelo Estado que por diversas maneiras tem subsidiado a sua realização econômica.

A incorporação relativa cada vez menor da grande propriedade ao processo produtivo e a instalação de um parque agro-industrial no País, como parte da política de modernização agrícola posta em prática nas últimas décadas, forçaram a criação de novos métodos de acumulação que se somam aos

que o capital empregava para reproduzir-se na agricultura, não eliminando, porém, a estrutura fundiária que lhe foi legada.

Para ilustrar tais afirmativas, cremos ser des necessário reprisar toda a história da formação econômica bra sileira, ou descermos a minuciosos detalhes, porém pelo menos dois aspectos básicos devem ser retomados: 1) - o fato de a e conomia colonial ter-se alicerçado, já na sua gênese, na gran de propriedade agrária; 2) - a não existência no Brasil, nem na metrópole, de mão-de-obra disponível para operá-la, o que ocasionou o uso do escravo, elemento estranho ao modo de pro dução capitalista, na sua concepção clássica, todavia necessá rio naquele momento à viabilidade do empreendimento colonial.

Estes dois fatos produziram um terceiro, ou se ja, ao mesmo tempo em que a metrópole impõe um modelo de ex ploração à sua colônia, privilegiando a grande propriedade fun diária, determina-lhe uma estrutura social baseada em duas classes fundamentais: a dos grandes proprietários e dos traba lhadores, sendo esta constituída, prioritariamente de es cra vos. Com esta estrutura econômica fica claro que qualquer ou tro tipo de exploração terá caráter marginal ou, no máximo, complementar.

Mas afora os componentes das duas classes fun damentais, existia no engenho ou à ilharga deste, uma popula ção livre, constituída por trabalhadores especializados daque la unidade produtiva, ou ainda um reduzido grupo que, não se colocando em nenhum dos casos acima, só tinha como opção a agri cultura de subsistências, que exercia uma posição de vanguar da, em termos de interiorização das explorações agrícolas. A

esse grupo cabe o início da produção camponesa no Brasil (Graziano da Silva, et alii, 1980:16-17). Este tipo de exploração marginal encontrou mais espaço lá onde a localização ou as condições edafo-climáticas não viabilizam a exploração da cana de açúcar. Em outras palavras, no Sudeste e no Sul. Entretanto, mesmo aí, sofria a concorrência da grande propriedade, quando aumentavam a demanda e os preços dos produtos alimentares. Neste caso, tinha sua área aglutinada às grandes explorações, pois ocupava a terra sem respaldo legal.

Mesmo ocupando ilegalmente a terra, praticando uma agricultura de menor importância econômica e sob as mais diversas dificuldades de cultivo, a produção camponesa sobreviveu às mais diferentes fases da economia brasileira, vindo no entanto, a ter maior campo de expansão no período que sucede a 1820, quando da extinção do regime das sesmarias, pois ficou a terra livre de qualquer legislação, o que facilitava o acesso a esse meio de produção, a título de posse, fato até então presente, porém inibido pela legislação vigente. A partir de então, a disputa pela terra entre pequenos e grandes pretendentes não diz mais respeito ao campo jurídico mas a outros meios, inclusive a própria violência, pois áreas já apropriadas, porém não demarcadas, começaram a ser invadidas por pequenos produtores.

Entretanto, esse período de livre acesso a terras devolutas durou pouco mais de 3 décadas (1820/1854 - cf. Annaes do Parlamento Brasileiro, 1843 - Tomo 1 e Coleção das Leis do Império do Brasil, 1851:307-313 e 1854, Tomo 17), pois com o novo ciclo econômico que se inicia com a cultura do ca

fê e a crise que enfrentava o mercado de escravos, tornou-se necessária uma legislação que mitigasse o problema da falta de mão-de-obra para exploração daquela cultura. Com isto surgiu a Lei de Terras, em 1850, extinguindo o acesso à terra através da posse e estabelecendo a venda da mesma a elevados preços, exigência que mais uma vez negava o acesso àquele meio de produção à fração pobre da população, ao mesmo tempo em que viabilizava a formação de uma mão-de-obra proletarizada a ser empregada naquela atividade economicamente ascendente⁽¹⁾. Por outro lado, o dinheiro levantado com a venda das terras deveria ser investido na importação de mão-de-obra livre, o que foi feito principalmente da Europa.

Isto significa que mais uma vez o Estado revela sua preferência pela grande propriedade, pois restabelece o poder econômico e político a seus detentores, reativando uma economia agro-exportadora, tendo por base material, repetimos, a grande propriedade. Entretanto, aquelas medidas não impediram que elevado número de posseiros continuassem a ocupar a terra, fora dos domínios das grandes propriedades, embora constantemente por elas deslocados nos ciclos de expansão. Assim, o comércio de terras instituído pelo Estado tinha por objeti

(1) - Na verdade, até hoje existem grandes áreas devolutas no Brasil (Amazônia) e o acesso à terra sob a forma de posse ainda continua. Queremos frisar, entretanto, dois pontos básicos: o primeiro é o significado da Lei de Terras na inibição da produção camponesa, naquele momento histórico; o segundo é que mesmo existindo até hoje o acesso à terra, via posse, ele se processa sob a ilegalidade.

vo fazer com que o camponês se incorporasse ao cultivo do café como força de trabalho, ou financiasse a aquisição desta força de trabalho, no ato da compra de uma área agrícola.

Aquele modelo econômico agro-exportador permanece praticamente inalterado até 1930, quando novamente entra em crise. Neste momento, o eixo de acumulação começa a deslocar-se da agricultura para a indústria e a classe agrária já não é mais hegemônica no poder, passando a dividi-lo, através de alianças, com o bloco industrial. Mesmo assim, sob a proteção do Estado, é mantida mais uma vez a grande propriedade, através de medidas que viabilizam sua realização econômica, pois além do aspecto político presente no fato, da agricultura dependia a instalação do parque industrial brasileiro.

A partir de então, vale ressaltar, a agricultura deveria desempenhar dois papéis fundamentais: financiar a industrialização, via exportação e suprir um mercado interno em expansão nos centros urbanos, onde se congregavam grandes aglomerados populacionais. Para tanto o caminho escolhido foi o de uma agricultura extensiva e interiorizada, que, sem grandes investimentos de capital e aproveitando a fertilidade natural do solo, poderia responder àquelas necessidades imediatas.

A interiorização da agricultura não tardou em suscitar dois problemas que o Estado viu-se obrigado a enfrentar. Por um lado, veio a ameaça de crise na produção, pois a agricultura praticada longe dos centros urbanos tornava-se inviável, em termos econômicos. A isto respondeu-se com a im

plantação de uma infra-estrutura - principalmente estradas - que viabilizava o empreendimento. Por outro lado, avançando sobre áreas já apropriadas, as grandes propriedades aglutinavam as terras ocupadas por camponeses, obrigando-os a interiorizarem-se mais uma vez. Isto além de reduzir a produção de alimentos, dispersar e distanciar ainda mais aquela produção, viabilizando a entrada cada vez mais intensa do capital comercial, ocasionava insatisfações naquele segmento social, fato expresso nos movimentos sociais presentes em diversas partes do País notadamente a partir da década de 50, terminando pelas medidas de força impostas em 1964, contra qualquer projeto de consolidação da pequena propriedade, em benefício dos grandes domínios fundiários.

A proposta sugerida pelo poder público, ainda sob a égide do governo militar, já no fim da década de 60, é a implementação de uma política centrada em 2 projetos básicos: modernização agrícola e ocupação dos grandes vazios populacionais da Amazônia. No primeiro caso, por motivos óbvios, foi privilegiada a tecnificação das culturas voltadas para o mercado externo. Isto trouxe de imediato uma crise de abastecimento interno, fruto da substituição da exploração de culturas alimentares por industriais, em função principalmente dos subsídios estatais que gozavam tal atividade. No segundo caso, foi iniciada uma colonização de cunho "social" - (cf. Carvalho et alii, apud Ianni, 1981:136-nota 10) baseada na pequena propriedade e na grande empresa, sendo a primeira logo desestimulada - a partir de 1974 - pois a produção camponesa nas condições presentes, dava poucas respostas econômicas

aos grandes investimentos feitos. Agora a prioridade de ocupação daquela região é com a grande empresa, para ali conduzida através da doação ou venda a preços simbólicos das terras e convidativos incentivos fiscais.⁽²⁾

Desta mudança na estratégia de ocupação da fronteira agrícola resultou que ao mesmo tempo em que o estado viabilizava e até acentuava a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada nos espaços de colonização remota, induzia a formação de uma mão-de-obra para as empresas presentes na fronteira agrícola. Em outras palavras, mais uma vez opta o Estado pela manutenção da grande propriedade, o que indica o poder político que ainda detêm os grandes latifundiários.

A opção pela grande propriedade, reconhecidamente improdutiva, de baixos rendimentos ou voltada para produtos industriais, até certo ponto ameaçava o processo de acumulação interna, uma vez que a escassez de gêneros alimentícios poderia influir na elevação dos tetos salariais, sobretudo na indústria, além de criar um excedente da mão-de-obra no País acima do que se denomina "exército industrial de reserva". Por outro lado, tendo em vista o pouco desempenho das grandes propriedades, ficava tolhido na sua reprodução o capital recentemente investido no País, no denominado complexo agro-industrial

(2) - Na verdade, o Estado optou pela grande propriedade na Amazônia, pois a colonização de cunho social - pequena propriedade - demandava e levados recursos, notadamente na implantação de uma infra-estrutura, que consolidasse aquele tipo de ocupação.

al. A partir dessa constatação surge a necessidade de se incentivar a produção de alimentos e algumas matérias-primas de elevado custo de produção, através de um campesinato de importância econômica até então minoritária. A partir de então, a presença do capital industrial e comercial passa a ser constatada também nas explorações de um estrato de pequenos proprietários que se integram à agro-indústria e ao capital financeiro, cujo processo produtivo tem por base o uso do crédito institucionalizado e o consumo de insumos e máquinas de origem industrial. Concretiza-se aqui uma nova estratégia de reprodução do capital no campo, embora sem eliminar as anteriores.

Não se deve deduzir, entretanto, que estamos a firmando iniciar-se aí a substituição da grande pela pequena propriedade. Ao contrário, instala-se aí, com bastante ênfase, uma nova forma de valorização do capital via pequenas explorações, sem expropriar a área onde é praticada, apenas a propriedade da expressão econômica da terra - a renda. Esta nova forma é válida também para as grandes propriedades, porém o fato dessa integração se fazer mais presente na produção campesina prende-se a sua característica de suportar maior grau de exploração - opera anos seguidos sem obter lucros - bem como pela inoperância das grandes propriedades cujos detentores via de regra, visam obter lucro não através da sua exploração, mas por intermédio da especulação imobiliária. Essa inoperância, por outro lado, não ameaça a aliança entre as frações da classe dominante, pois na grande maioria proprietário fundiário e capitalistas estão fundidos num mesmo agente social, junção iniciada, já no limiar da industrialização nacional (cf. Velho, 1979:127).

§ 2º - O Processo de Ocupação de Rondônia: Uma Perspectiva Histórica

A recente e dinâmica ocupação de Rondônia vincu-la-se à política estabelecida pelo Estado, na década passada, para o setor agrícola brasileiro, alicerçada em duas linhas básicas: a modernização agrícola e a ocupação dos espaços econômico e populacionalmente vazios da Amazônia. Aquela ocupação, como veremos, efetiva-se com base na grande e pequena propriedade rural.

O fato de Rondônia se ligar ao restante do País pela BR-364 (cf. mapa anexo) e de ser Território Federal até 1981 - o que coloca a totalidade de suas terras sob o domínio da União - viabilizou o assentamento em suas terras de um elevado número de migrantes, expandindo-se assim a propriedade camponesa na área e estabelecendo o predomínio quase absoluto dela, na produção agrícola daquela Unidade da Federação.

Esta forma de ocupação da terra redimensionou a estrutura social até então vigente no Território, modificou o modelo de exploração baseado no extrativismo vegetal e rompeu o seu isolamento econômico e social em relação às áreas de economia dinâmicas do País. Entretanto, antes da política de ocupação da Amazônia a que nos referimos, Rondônia não era totalmente desabitada.

O povoamento de Rondônia vem ocorrendo há aproximadamente três séculos - em fins do século XVII além dos indígenas encontravam-se ali algumas missões Jesuíticas - porém de forma lenta e com distribuição espacial irregular. Até o

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



LEGENDA:

----- BR - 364

Fonte: IBGE

século XVIII, salvo a passagem de bandeirantes à procura do ouro em Cuiabá, através do Vale do Rio Guaporé, permanece a área praticamente sem conhecer a presença de colonizadores (cf. Governo do Território Federal de Rondônia-AIRP,1976:9-11).

Na verdade, a ocupação de Rondônia passa a ter efetivamente expressão a partir de um fluxo migratório que recebeu a Amazônia, em fins do século XIX e prosseguiu com outros em períodos diversos e por motivações diferentes. Assim, o primeiro a que nos referimos - fins do século XIX - originou-se principalmente do Nordeste, cujos migrantes eram expulsos da Região pela ação negativa das secas, bem como da decadência da economia algodoeira, dada a concorrência da produção Norte-Americana, que teve início com o término da guerra civil. A busca daqueles migrantes pela Amazônia devia-se ao fato da ascensão da "economia da borracha", produto da crescente demanda pelo látex, a partir da Revolução Industrial, notadamente pelas indústrias automobilísticas da Inglaterra e Estados Unidos (Souza,1980:54-59; Velho,1979:118 e 1981:36-38).

Excetuando-se alguns migrantes que adentraram Rondônia no início do século, com a construção da ferrovia Porto Velho/Guajarã-Mirim e outros poucos, oriundos do Mato Grosso, somente no fim da primeira metade do corrente século, é que o então Território Federal recebe outro fluxo migratório, relativamente acentuado. Trata-se do verificado a partir de 1943 e originou-se por força da entrada do Brasil na segunda guerra mundial, em 2 de agosto de 1942. Pelos acordos de Washington, o Brasil deveria suprir matérias primas às forças

aliadas (tais como borracha natural) a serem exploradas na Amazônia. Para tal era necessário arremeter mão-de-obra, o que foi feito pelo Governo dando opção aos brasileiros de escolherem ir à guerra ou à Amazônia, conforme dispõe o Decreto-Lei nº 5.225 de 1.2.1943⁽³⁾ tendo a segunda opção sido por muitos aceita, pois além do menor risco, pensavam os migrantes, a promessa de riqueza fácil na Amazônia pesava bastante para aquela tomada de decisão.

O terceiro e maior fluxo migratório - ainda em franco andamento - teve início no final da década de 60, fruto entre outros, da política de ocupação da Amazônia, das contradições geradas no campo, com o incentivo à modernização da agricultura no Centro-Sul e o anterior estabelecimento de uma legislação que pretendia destinar-se a melhor mediar as relações entre proprietários e não-proprietários no meio rural (cf. entre outros, Estatuto da Terra, 1980)⁽⁴⁾ Este fluxo migratório é constituído por migrantes de diferentes Estados⁽⁵⁾ e tem o seu deslocamento facilitado a partir da abertura da BR-364, que liga Rondônia ao país, via Cuiabá.

(3) - "...Art. 1º - Os trabalhadores nacionais encaminhados ao Vale Amazônico para a extração e exploração da borracha e os que ali estiverem trabalhando, devidamente contratados, nessas atividades são considerados de incorporação adiada até a terminação do contrato de trabalho, ou enquanto se dedicar àquelas atividades" (cf. Associação dos Soldados da Borracha, s/d:20-21).

(4) - Encontramos na pesquisa de campo, por exemplo, muitos migrantes que foram expulsos de fazendas que trabalhavam como parceiros no Centro-Sul, a fim de que não exigissem indenizações futuras para desocuparem as terras.

(5) - Entre os principais, nos anos 1979 e 1980: PR, com 38,3%; MS e MT com 19,9% cada e SP, com 6,5%; ES com 5,5%; MG com 4,9%; GO com 3,4%; BA com 1,8%. (cf. Governo do Território Federal de Rondônia/SEPLAN, 1979-1980:3).

Para os propósitos do nosso trabalho é este flu
xo que mais de perto nos interessa e por isso nele nos deterem
os. Os anteriores pouco significaram em termos de povoamen
to da área - em 1960 o Território de Rondônia tinha apenas
67.792 habitantes, em 1970, 111.064, passando para 490.153,
em 1980 - (FIBGE,1981).

Por outro lado, salvo uma excessão⁽⁶⁾, e a des
peito do interesse do Estado em implantar colônias agrícolas
na área, não se constituíra no período (até fins da década de
60) uma produção camponesa em Rondônia, pois até o início
deste último fluxo migratório, o então Território Federal im
portava gêneros alimentícios de origem agrícola, através de
Manaus e Belém, cidades onde comercializava a borracha produ
zida (Governo de Rondônia, AIRP,1976,11-12).

Apenas para tornar a exposição melhor compreen
sível, poderíamos adiantar que a magnitude desse fluxo migra
tório, além dos motivos já citados, guarda estreita relação
com uma mudança na postura do Estado, em relação à Amazônia.
Até a primeira metade da década de 60, o Estado agia, sem su
cesso e sob diversas formas, no sentido de recuperar uma eco

(6) - A excessão é constituída pela colônia japonesa, localizada nas pro
ximidades de Porto Velho e subsidiada por seu Governo na implanta
ção. Até hoje pratica uma agricultura voltada para o mercado - hor
ticultura e avicultura. Afora a localização e a subvenção que rece
bera do Governo japonês não se diferencia das demais colônias, pois
ocupa solos de igual qualidade e lotes de idênticas dimen
sões.

nomia extrativista marcada historicamente por numerosas vicissitudes. Fazem parte das ações desse período a criação da Superintendência de Defesa da Borracha (1912) e a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) em 1952/3. A partir de então, adota novas políticas em relação à Região - expressas no que se denomina "Operação Amazônia" (1966)⁽⁷⁾ e posteriormente no PIN (1970) - visando ao seu povoamento, utilizando-se para tal, de fluxos migratórios constituídos por populações estruturalmente marginalizadas noutras regiões. Esperava-se como resultados a reorientação de fluxos migratórios no País, a ocupação dos espaços vazios da fronteira, o "aumento de renda e bem estar daquela população" e a integração da área à economia nacional (Miranda Neto, 1979:75-77, Lopes, 1983:15-16 e Velho, 1979:58-59).

Esta nova política encontrou o locus ideal em Rondônia, pois além das terras devolutas e de boa qualidade ali existentes, contava com grandes reservas de cassiterita⁽⁸⁾, (ali descoberta em fins da década de 50), matéria prima de demanda nacional e de elevado valor no mercado.⁽⁹⁾ Somam-se a isto ain

(7) - Conjunto de medidas que visavam promover o desenvolvimento da Região e integrá-la à economia Nacional. Entre essas medidas estão: Criação da SUDAM, transformação do Banco da Borracha em Banco da Amazônia, criação da Zona Franca de Manaus, entre outras.

(8) - A cassiterita era explorada manualmente até o fim da década de 60, empregando elevado número de famílias. Esta atividade talvez justifique o não surgimento de uma expressiva produção camponesa no período, no então Território Federal, porém teve a vantagem de contribuir para a integração da Região à Economia Nacional.

(9) - Hoje Rondônia é o maior produtor nacional de cassiterita, a qual é explorada por grandes empresas altamente mecanizadas.

da dois fatos: a existência da BR-364, cortando áreas geralmente de elevada fertilidade e o status político de Território de que gozava Rondônia - este aspecto tem sido esquecido por aqueles que escrevem sobre a colonização de Rondônia - o que deixava as terras praticamente na totalidade em mãos do Estado, para promover sua ocupação. Isto não impediu totalmente a ação grilagem, porém reduziu conflitos e entraves políticos em Rondônia, como os que aconteceram no Pará, por exemplo, após o Decreto Lei 1.164, de 1971. Este Decreto passava para o domínio da União-INCRA - uma faixa de até 100 Km às margens das "estradas construídas, em construção ou projetadas dentro da área da Amazônia legal" o que trouxe, em muitos casos, litígios entre Estados e União, envolvendo ainda grandes Empresas proprietárias de imensos latifúndios que os haviam adquirido, às vezes até legalmente, junto aos Estados, uma vez que eram estes até então os verdadeiros donos das terras, dentro dos seus limites políticos⁽¹⁰⁾ (Foweraker, 1982:131-144).

Assim, as terras em Rondônia eram quase sempre devolutas ou simplesmente "utilizadas" por grandes seringalistas, a título de posse, importando-lhes não a terra propriamente dita, mas as seringueiras nela existentes. Desta maneira, tornou-se bem mais fácil a implementação daquela política de ocupação, cuja efetivação iniciou-se via projetos de coloniza

[10] - A respeito do conflito entre os estados e a União "autoridade dual" na documentação de terras, envolvendo grandes proprietários e camponeses, cf. Foweraker, op. cit., p.123-146

ção notadamente às margens da Rodovia BR-364, pois a terra, embora fértil e bem localizada em relação à estrada, não havia sido titulada.

O primeiro projeto de colonização - PIC Ouro Preto - foi implantado em 1970, distando 340 Km de Porto Velho e com capacidade para abrigar 500 famílias, em lotes de 100 e 200 ha. Estes lotes deveriam ser entregues prioritariamente a 300 famílias que lutavam para ocupar uma área nas proximidades de Ji-Paraná,* terras que haviam comprado quando ainda estavam no Paraná a uma companhia particular de colonização, - CALAMA - que iniciou o rendoso comércio da venda ilegal de terras em Rondônia, enganando aos primeiros emigrantes do Sul que para ali se destinariam. (Informações do INCRA/Ji-Paraná).

Entretanto, o fluxo migratório acentou-se e a demanda superou a oferta de terras demarcadas, criando não só a necessidade de se implantar novos projetos de colonização, como a de expandir o inicialmente instalado, que alcançou em 1981 o total de 5.150 famílias assentadas, ultrapassando 930% o que fora planejado inicialmente. Além deste foram criados, até 1975, mais 6 projetos,⁽¹¹⁾ cobrindo ao todo uma área de

(11) - Gy-Paraná, Padre Adolpho Rohl, - este deu origem ao atual município de Jarú, em termos de população e sustentação econômica - Sidney Girão, Paulo Assis Ribeiro, Mal. Dutra e Burareiro.

* Não confundir: Ji-Paraná - Município integrante do Estado de Rondônia, com Gy-Paraná - Projeto de Colonização localizado no município de Cacoal - Rondônia.

2.552.325 ha, abrigando 23.451 famílias aproximadamente. Até julho de 1981, o INCRA regularizou 13.146 lotes já ocupados nas áreas dos projetos fundiários⁽¹²⁾ e assentou mais 16.561 famílias em áreas diversas, pressionado que foi pelo número de trabalhadores sem terra que se acumulava em Rondônia, perfazendo um total de 53.158 famílias que tiveram acesso à terra no período, (1970/81) sob a anuência do INCRA (cf. Ministério da Agricultura/INCRA/CEER,1982:7). Esse número de famílias, é bom lembrar, corresponde a um pouco mais da metade da população do Estado.

Paralelamente à criação e assentamento de famílias em Projetos de colonização e a regularização de áreas já ocupadas, ocorre a distribuição de novas áreas, através de licitações públicas, dando origem a um estrato de médios e grandes proprietários, tendo estes, ao que parece, a preferência do INCRA, na composição da estrutura fundiária de Rondônia, pois aquela autarquia destinara à constituição de pequenas propriedades - colonização propriamente dita - uma área de 2.724.624 ha (11,2% da área do Estado), enquanto para concorrência pública e regularização fundiária, geralmente médias e grandes propriedades, reservara 11.358.470 ha (47%).⁽¹³⁾ (A respeito da destinação das terras de Rondônia, segundo Planejamento do INCRA, cf. anexo IV-A).

(12) - Áreas localizadas fora dos Projetos de colonização. Entre as responsabilidades inerentes aos projetos fundiários cabe-lhes a regularização de áreas já ocupadas a título de posse, desde que seja esta reconhecida pelo INCRA.

(13) - Sabe-se, entretanto, que nem sempre esse planejamento é obedecido, pois constantemente áreas destinadas a outras finalidades são invadidas por interessados em pequenos imóveis (até 100 ha), obrigando o INCRA a legitimar uma forma de ocupação da área, que não havia sido planejada.

Aquele fluxo migratório, por ter superado as expectativas do poder público, levou o INCRA e demais instituições do setor a perderem o controle da ocupação daquele espaço geográfico e a atuarem a reboque dos problemas dele decorrentes. Por outro lado, fez o Território de Rondônia passar por profundas transformações nos campos econômicos, políticos e sociais. A extração da cassiterita foi proibida ao garimpeiro no início do fluxo migratório, e entregue a grandes empresas extinguindo assim uma atividade altamente rentável, liberando mão-de-obra e criando um problema social; a exploração da borracha natural, que há décadas agonizava - enquanto atividade de sustentação dos seringalistas - entra em colapso total, pois além de não suportar os baixos preços, liberou a mão-de-obra que mantinha "cativa", enquanto os seringalistas que também eram compradores do látex, passaram a sofrer a concorrência de outros compradores recém-chegados; o acesso a terra - antes campo natural onde se obtinha a produção - passou a ser reconhecido apenas a partir do estabelecimento da propriedade jurídica; o Território, antes importador de alimentos, passou a exportar produtos agrícolas e madeira-de-lei; surgiu uma gama de comerciantes oriundos de outras regiões, bem como novos e grandes proprietários de terras. O Território, que estava administrativamente dividido em dois municípios, passou para 7 em meados da década de 70, e para 13 no início da década seguinte. Rondônia antes Território Federal, adquiriu, em 1981, o status de Estado.

Entretanto, é bom frisar, essas transformações não se processaram de forma tão harmoniosa. Embora a ocupação

de Rondônia se verifique sob menores índices de conflitos que noutros Estados da Amazônia, eles não estão ausentes. A ação dos grileiros, dos grandes grupos à busca da apropriação da terra, das companhias de colonização de personalidade jurídica "fantasma" e idoneidade duvidosa, o envolvimento da polícia e até de um Juiz em conflitos de terras, beneficiando grupos ou pessoas economicamente fortes, são fatos ali lembrados. (14)

Também houve conflitos entre pequenos e grandes proprietários e os indígenas, pois suas terras por mais de uma vez foram açambarcadas por aqueles migrantes. Basta que lembremos dos choques envolvendo indígenas e migrantes em Cacoal e Ariquemes, registrando-se inclusive mortes.

À medida em que eram introduzidas aquelas transformações, a composição da classe dominante, antes integrada majoritariamente por seringalistas, começou a mudar, passando a incorporar médios e grandes proprietários de terra, industriais, etc.. (15) Este fato deu à economia do Estado uma nova dimensão e à estrutura social uma nova conformação, ao mesmo tempo em que aquela Unidade da Federação, de uma economia fundada no extrativismo e praticamente insulada, passou para uma outra baseada na exploração da terra e articulada à economia nacional.

(14) - No Governo Geisel, um Juiz foi aposentado, por força do AI-5, sob a acusação de apoiar grandes grupos nas ações de expulsar posseiros da terra. Essas ações incluíam a queima de barracos, destruição de lavouras e até assassinatos. (cf. CNBB-Pastoral da Terra, Posse e Conflitos, 1976, apud Lopes, 1979:33).

(15) - Quase sempre os agentes sociais acima citados se repetem em várias atividades.

A gênese e base de sustentação dessa economia é sem dúvida a produção camponesa⁽¹⁶⁾ que tem-se expandido em larga escala chegando os estabelecimentos de até 100 ha, em 1980, a alcançarem 95,06% do total, embora sô detivessem 47,82% da área (cf. anexo IV-B). A relativa facilidade de acesso à terra e as dificuldades de o capital reproduzir-se naquela agricultura quando diretamente investido no processo produtivo, são os principais responsáveis por essa expansão e conseqüentemente pelas transformações acima referidas. Isto fica evidente ao verificar-se que o número de estabelecimentos agrícolas subiu de 7.082 em 1970, para 25.483 em 75 e 49.517 em 1980, com aumento percentual entre os anos extremos de 599%. Em igual período a área total daqueles estabelecimentos foi acrescida de apenas 248%, havendo, portanto, redução da área média por estabelecimento, que passou de 230 ha para 115 ha. Aliás essa redução já vinha ocorrendo, pois a média passou de 1.309 ha em 1950, para 299 em 1960 (cf. FIBGE,1982:3).

Estes dados, sem dúvida, sugerem vir se processando uma melhor distribuição da terra, com a conseqüente incorporação de parte desta ao processo produtivo. Esta distribuição de terras, é bom lembrar, é fruto em parte da redução ou fracionamento de algumas áreas de grandes seringais, e em maior escala da arrecadação de terras devolutas por parte do INCRA e

(16) - Entendida em sentido amplo, pois ela viabiliza a expansão da indústria madeireira, de beneficiamento de produtos agrícolas, o comércio, a demanda de insumos, o aumento dos serviços, etc.

posterior entrega a pequenos proprietários, ou ainda de invasões daquelas áreas por parte dos migrantes excedentes nos projetos de colonização.

É interessante observar que embora se constatem significativas reduções em áreas de seringais, a FIBGE não registra redução nos imóveis de estrato de áreas superiores, no censo de 1980.⁽¹⁷⁾ Pelo contrário, registra, via de regra, aumento do número de estabelecimentos em suas áreas médias, a partir do estrato de 100 a menos de 200 ha. Isto significa que a reconcentração da terra é imediata, e agora, em forma de propriedade legal.⁽¹⁸⁾

Os estabelecimentos a partir de 200 ha permanecem praticamente inexplorados e a parte explorada é cultivada de forma altamente extensiva. A explicação para tal é encontrada seja na inviabilidade econômica do empreendimento - ao nível capitalista - seja porque já foram adquiridos com fi

(17) - No estrato de 200 a menos de 500 ha houve aumento no nº de estabelecimentos e redução na área média, entre os anos de 75/80. Nos de 1.000 a menos de 2.000 houve redução no número e na área média e nos de 2.000 ha a menos de 5.000 aumentou o nº e reduziu-se a área média.

(18) - Em Rondônia o nº de estabelecimentos agrícolas e imóveis praticamente se correspondem, pois em 1975 os estabelecimentos em parceria e arrendamento representavam 5% e detinham área de 1%. Em 1980, representavam 8,9% e a área 1,4%. Assim, a quase totalidade destes estabelecimentos, conclui-se, corresponde a um imóvel. (Ainda a esse respeito cf. Governo do Estado de Rondônia, CEPA, (1981).

nalidades especulativas, cujo capital investido na aquisição da área terá retorno garantido, pois a valorização virá, mesmo que nenhum capital ali seja incorporado, através da infraestrutura que o Estado vem implantando na região. Normalmente - embora haja pequenas exceções - a parte cultivada naqueles estabelecimentos tem muitas vezes a finalidade de garantir a posse da área, seja por força de exigências legais-INCRA, seja para evitar a entrada de invasores no citado estabelecimento. (19) Para confirmar a predominância da produção camponesa em Rondônia, basta dizer que em 1975, de acordo com o censo agropecuário de 1980 (FIBGE, 1982:4-5), 95% dos estabelecimentos com lavouras perenes e 79% da área pertenciam ao estrato de área inferior a 200 ha - média de 65 ha em 1975 e 58 ha em 1980. Em 1980 o percentual de estabelecimentos naquele estrato foi para 96% e a área para 85%, respectivamente. Em termos de lavouras temporárias, o citado estrato detinha em 1975, 96% dos estabelecimentos e 88% da área, passando estes percen

(19) - A propriedade da terra inexplorada ou de exploração extensiva é fato bastante comum em toda a Amazônia, a despeito de apresentar, ao nível social, algumas irracionalidades. Miranda Neto (1979: 153), citando dados do INCRA (1972), encontra uma capacidade de suporte das pastagens dos Projetos agropecuários da SUDAM, de 1,3 animal/ha. Para as pequenas propriedades (até 100 ha) a capacidade de suporte era de 2,9 animais/ha. Hébette e Acevede Marin (1979:141) analisando 16 projetos agropecuários daquela Superintendência, encontrou a oferta direta de um emprego para cada 788 ha. Essa área, obedecendo às dimensões dos módulos rurais vigentes hoje nos PDRI de alguns Estados da Amazônia, abrigaria de 15 a 30 famílias.

tuais em 1980, para 97% e 88% respectivamente.⁽²⁰⁾

Por possuírem a terra para fins especulativos, portanto não explorada, a maior parte dos médios e a quase totalidade dos grandes proprietários fundiários, pertencem à classe dominante, não enquanto proprietários fundiários, mas por exercerem outras atividades, sendo a terra, via de regra, um adendo dessas outras atividades. No fundo, a terra é parte de uma estrutura econômica composta de outros empreendimentos como, comércio, indústria, funções públicas, cargos eletivos, cuja "renda" nem sempre pode ser medida em termos econômicos.

Em suma, a ocupação de Rondônia verifica-se pela incorporação de seu espaço sócio-econômico ao processo geral de acumulação capitalista brasileiro, via constituição de um campesinato submetido aos desígnios do capital.

(20) - Sabemos que um grande imóvel pode ser explorado via pequenos estabelecimentos, o que não é o caso. Para os que querem defender a eficácia das grandes propriedades, e afirmar a ineficácia da propriedade camponesa, basta consultar os dados da agricultura de Rondônia e verá que, pelo menos naquele Estado, a grande propriedade, saldo raríssimas exceções, é apenas um veículo da parasitação social.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
JARU E O MODELO DE COLONIZAÇÃO

§ 1º - Caracterização do Município

Analisamos, numa perspectiva histórica, o processo de ocupação de Rondônia, enfatizando a sua colonização recente, dentro da política de ocupação da Amazônia. Nesse processo de ocupação, Rondônia apresenta semelhanças, mas também especificidades em relação à Amazônia.

No presente capítulo, analisaremos o processo de ocupação do Município de Jaru,⁽¹⁾ que praticamente não se diferencia do processo verificado no Estado. Tal semelhança, embora não faça do nosso campo de pesquisa uma realidade de características próprias, permite elevado grau de universalização das nossas conclusões, propiciando estendê-la a praticamente todo setor agrícola da aquela Unidade da Federação.

Como ocorreu praticamente com toda a Amazônia, a ocupação do atual município de Jaru, iniciou-se através dos migrantes que para ali se dirigiam com o interesse de se dedicarem ao extrativismo vegetal - principalmente o látex. Foi com esta finalidade que a firma Cense & Cia., ali se instalou em 1900, erguendo na localidade um depósito, que se destinava ao armazenamento da borracha oriunda da exploração do seringal Santos Dumont, de propriedade daquela empresa, bem co

(1) - Jaru pertencia a Porto Velho. Com a criação do Município de Ariquemes, na segunda metade da década de 70, passou a ser distrito daquele Município. Em julho de 1981 é transformado em Município.

mo a servir de sede ao empreendimento (FIBGE, 1983). São estes - seringueiros e administradores da empresa - os primeiros habitantes do local, além dos indígenas, bem como é aquela a primeira exploração econômica de que se tem notícias na localidade.

Aquele seringal com área aproximada de 354.000 ha, foi posteriormente arrendado ao Sr. Ricardo Catanhede (1912), que logo depois tornou-se seu "dono", por doação do Mal. Cândido Rondon - 1915/17. A doação foi feita por ter aquele arrendatário participado da denominada "Comissão Rondon" (cf. FIBGE, 1983), e segundo um membro da família Catanhede, foi posteriormente reconhecida pelo Governo de Mato Grosso, Estado ao qual politicamente vinculava-se a área. Com o novo proprietário, aquele depósito veio a ser abandonado e construiu-se outro a cerca de 25 quilômetros dali, o qual serviu de sede ao "Seringal 70", onde residem até hoje membros da família Catanhede. É ao Sr. Ricardo Catanhede que se atribui a fundação do atual Município de Jarú.

Em 1917, com a passagem de Rondon pelo depósito do Seringal Santos Dumont, aquela localidade ganhou um posto telegráfico, localizado às margens do Rio Jarú - denominação dada por Rondon - topônimo que pretendia homenagear os índios Jarús ali residentes e que terminou constituindo-se na denominação do atual Município. Ao lado daquele depósito e do Posto Telegráfico, começaram a se agrupar vários barracos de seringueiros, aglomerado que foi sempre marcado pela decadência, principalmente em função das vicissitudes da economia

da borracha, atividade que o mantinha.

Somente em fins da década de 60, com a construção da BR-364, parte da política de cunho interregional de ocupação e integração sócio-econômica da Amazônia ao País, aquela área, como praticamente todo o então Território Federal de Rondônia, passa a ter seu povoamento e exploração dinamizados. Iniciou-se um fluxo migratório de largas proporções e seus constituintes buscavam não mais a atividade extrativa, mas a exploração da terra.

A ocupação das terras no município em questão iniciou-se ordenada, pois os imóveis inicialmente habitados - referimo-nos à recente colonização - faziam parte da expansão do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, criado em 1970. Aquele Projeto teve de se expandir, por força da elevada demanda de terras, com a crescente chegada de migrantes e alcançou as áreas do atual município de Jarú. Assim, a administração da colonização em Jarú tornou-se onerosa, em função da distância da sede do Projeto Ouro Preto - 44 Km - o que levou a direção do INCRA a desmembrar aquela área do Projeto original e criar outro, com a denominação de "Padre Adolpho Rohl" (Pe. AR).⁽²⁾

A despeito das grandes dificuldades de adaptação do migrante à área e da sobrevivência da produção camponesa, esse fluxo migratório veio a dinamizar a economia do en

(2) - Portaria 1.620, de 20 de novembro de 1975. (cf. Ministério da Agricultura - INCRA/CEER, 1982:3).

tão distrito de Jarú. Aumentou consideravelmente a sua população e modificou o caráter até então vigente de uso da terra, passando de um meio natural de extrativismo vegetal à exploração agrícola. Modificou-se o sentido econômico da terra - a agora ela é uma mercadoria - e por isso muitas áreas passam a constituir reservas de valor. Surgem os conflitos pela apropriação da terra, extinguem-se os seringais e nascem as exploorações camponesas.

A mão-de-obra até então imobilizada no extrativismo vegetal é liberada, surgem novas relações de trabalho e com isto acentuam-se as relações de troca e consequentemente a circulação da moeda. Novas casas comerciais são inauguradas, instalando-se a concorrência pelo mercado, notadamente pela compra dos produtos de origem extrativista. A classe dominante, antes composta principalmente de seringalistas, cede lugar a uma outra constituída de comerciantes, grandes e médios proprietários de terras e alguns profissionais liberais. Agora a estrutura social é mais heterogênea e não mais composta de seringueiros e seringalistas. (3)

(3) - Seringueiro: Trabalhador que extrai o látex das seringueiras, numa área de terras - Seringal - sob o domínio de um seringalista, a quem se vincula.

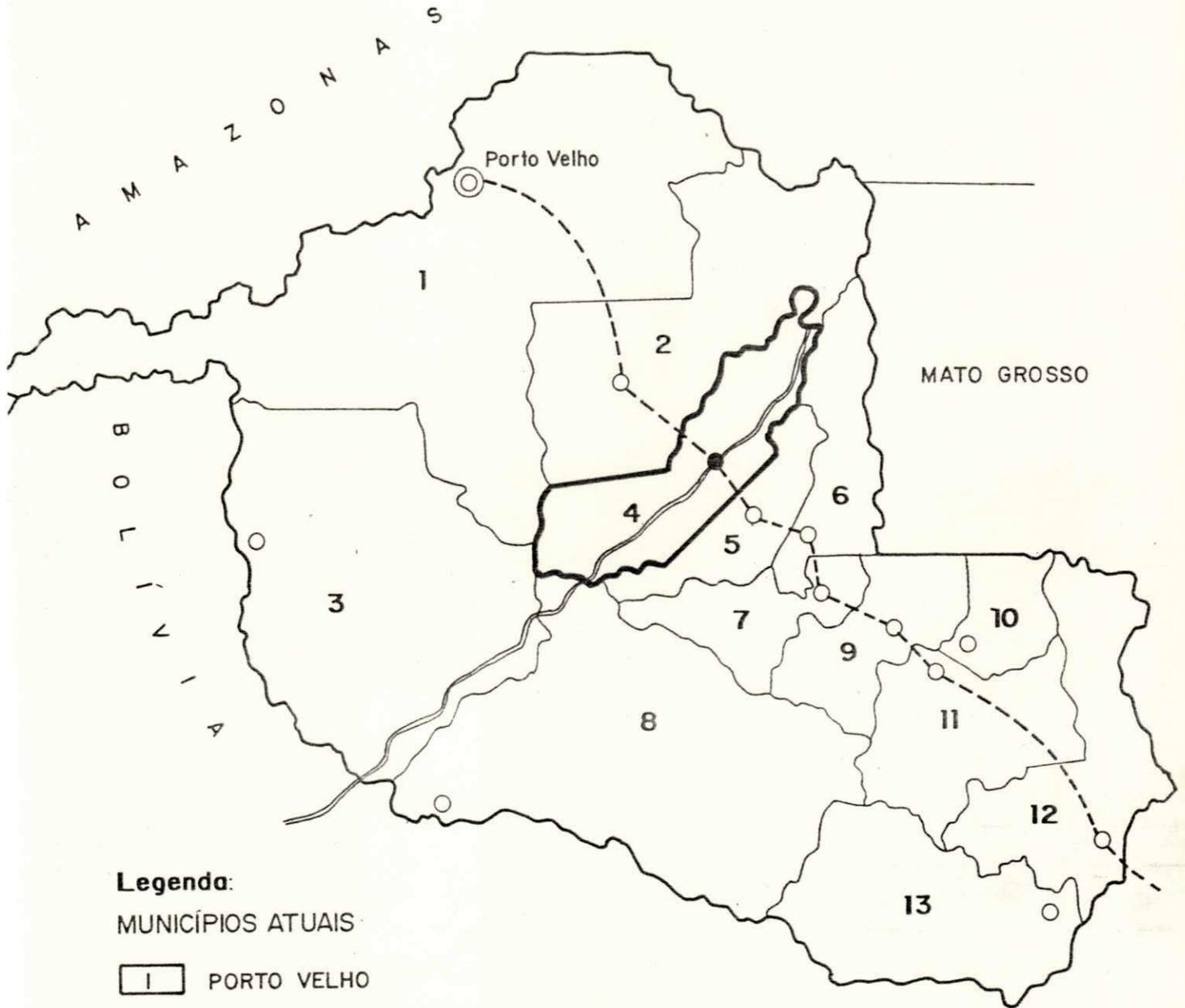
Seringalista: É um misto de latifundiário e de comerciante. Tem sob seu domínio grandes áreas de terras, onde trabalham vários seringueiros colhendo o látex, com a obrigatoriedade de vender-lhe a produção.

Essa nova realidade exigia do Estado medidas até então ausentes. Entre elas, tornou-se urgente e de caráter prioritária a instalação de uma infra-estrutura econômica e social, em condições mínimas de suportar uma demanda permanentemente crescente, sob pena de tornar falida a política de colonização. Esse conjunto de elementos, que materializava a nova realidade, terminou por criar as condições físicas, sociais e econômicas capazes de tornar o então distrito um novo município, constituído por terras pertencentes aos Municípios de Ariquemes e Ji-Paraná, o que veio a ocorrer em 16.06.1981. Esse Município é consequência de uma nova realidade e, sem dúvida, foi criado para responder a necessidades por ela reclamadas.

O município de Jaru é cortado pela BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá (na direção Noroeste/Sudeste) e em sentido transversal pelo Rio Jaru - afluente da bacia hidrográfica Ji-Paraná - (veja mapa anexo), que banha este município em toda a sua extensão.⁽⁴⁾ Possui uma área de 12.200 Km², ficando em 7º lugar entre os 13 municípios que constituem o Estado de Rondônia. Dista da capital - Porto Velho - cerca de 280 Km, 82 de Ariquemes e 88 de Ji-Paraná, cidades com as quais estabelece relações comerciais.

(4) - Esses dados foram elaborados basicamente a partir de informações constantes nos seguintes documentos: Governo do Território Federal de Rondônia, SEAGRI (1979) - Sistema Agrícola de Rondônia 1980/85; Governo do Estado de Rondônia, CEPA-1981 e Governo do Estado de Rondônia/SEPLAN, 1981 - Anuário Estatístico de Rondônia, Porto Velho.

ESTADO DE RONDÔNIA



Legenda:

MUNICÍPIOS ATUAIS

- | | | | |
|---|---------------------|--|-------------------|
| 1 | PORTO VELHO | 8 | COSTA MARQUES |
| 2 | ARIQUEMES | 9 | CACOAL |
| 3 | GUAJARA MIRIM | 10 | ESPIGÃO DO OESTE |
| 4 | JARU | 11 | PIMENTA BUENO |
| 5 | OURO PRETO do Oeste | 12 | VILHENA |
| 6 | JIPARANÁ | 13 | COLORADO DO OESTE |
| 7 | PRESIDENTE MEDICI | | |

RIO JARU

Fonte: Anuário Estatístico de Rondônia.

Apresenta clima quente e úmido, com temperatura média em torno de 25°C e umidade relativa do ar atingindo 80%, no período de acentuadas chuvas. A precipitação pluviométrica média é de 2.200 mm anuais, com maior intensidade nos meses de janeiro a março, e um período seco de 3 meses/ano, com início geralmente em junho.

A vegetação é composta de florestas altas, densas e heterogêneas, apresentando numerosas espécies de valor econômico: castanheira, seringueira, cacau, umburana, cedro, entre outras.

Os solos são na grande maioria de boa fertilidade, destacando-se os podzólicos eutróficos, cujo pH⁽⁵⁾ varia em torno de 5,5 a 5,6, com profundidade por volta de 1,5 metro⁽⁶⁾. Na verdade, trata-se de solos de elevado potencial agrícola, e podem ser considerados de ótima qualidade, notadamente se comparados aos demais do Estado ou da Região.

Uma das grandes dificuldades encontradas na caracterização sócio-econômica de Jarú foi a quase inexistência de séries históricas de dados a respeito do município que elegemos para campo de pesquisa empírica. Esta dificuldade de se obter dados específicos, de um determinado período históri

(5) - pH "anotação incluída por Sorenson para designar acidez e alcalinidade de um solo" (cf. Guerra, 1975), FIBGE.

(6) - A boa qualidade desse solo permitiu inclusive o cultivo de cacau na área, trazendo com isto a presença de um Escritório da CEPLAC ao Município.

co, explica-se pelo fato de que somente em 1981 aquele distrito foi elevado à categoria de município. Assim, antes desta data, as informações eram diluídas nas referentes aos dois municípios que cederam área a Jaru: Ariquemes e Ji-Paraná, que por sua vez foram criados em meados da década de 70, inexistindo, portanto, séries históricas referentes a eles.

Em termos de população, por exemplo, somente nos foi possível obter dados referentes ao período iniciado em 1980, quando a FIBGE (1982a :4) registra para aquele ano o número de 14.783 habitantes para o distrito e, hoje, município de Jaru (60,3% na Zona Rural) o que dava uma densidade demográfica de 1,2 hab/Km², quando a do Estado atingia 2,02 e a do País aproximadamente 14. Estima-se que essa densidade elevou-se para 3,97 hab/Km² em 1983, superando a do Estado que deveria estar em torno de 3,14.⁽⁷⁾ Esse prognóstico é plenamente aceitável, pois sabe-se que das 6.386 famílias que receberam terras do INCRA até 1983 naquele município, 4.078, representando cerca de 20.000 habitantes, foram assentadas no período 1980 / 83 (cf. anexo III).

Quanto à estrutura fundiária, a despeito de possuímos uma série histórica do número de famílias assentadas no município de 1973 a 1983, não nos foi possível obtê-la por estrato de área, o que somente os dados inerentes ao ano de 1983 podem fornecer (anexo IV). Sabe-se que o número de

(7) - Projeção do Governo do Estado de Rondônia, SEPLAN (1981:128).

imóveis do então distrito, em 1973, era de 1.134, elevando-se para 4.379 em 1980 e para 6.806 em 1983,⁽⁸⁾ com um total de 6.764 proprietários. O incremento no número de imóveis corresponde assim a 286% no período de 1973 a 1980 e a 55% no período 1980/83. Grande parte destes imóveis localiza-se em áreas de antigos seringais, que tiveram a maioria de suas terras desapropriadas pelo INCRA e transformada em projetos de colonização, ficando porém os seringalistas com a propriedade jurídica de parte daquelas terras, em quantidade dificilmente inferior a 10.000 ha. A modificação na estrutura fundiária ocorrida na última década fica mais evidente quando se sabe que ainda no início do último decênio pouco mais de 90% da área do atual município de Jarú ainda tinham direito de posse reclamado por 13 seringais.⁽⁹⁾

Chama a atenção o dinamismo presente nas transformações da estrutura fundiária da área em apreço. Elas são tão rápidas que tornam obsoletas as estatísticas públicas em curtos períodos. Basta dizer que pelos dados fornecidos pelo INCRA/Jarú, referentes a 1983, constavam 3 imóveis com áreas acima de 5.000 ha (anexo IV, dados oficiais), com área média de 14.867 ha. Na pesquisa de campo constatamos a presença de

(8) - Deste total 300 imóveis referem-se a chácaras com área média de 4 ha, localizadas no perímetro urbano, o que dá uma área de aproximadamente 1.200 ha.

(9) - Informações obtidas junto a antigos seringalistas e seringueiros. Hoje há apenas um seringal, em fase de extinção, com área de 4.000 ha.

apenas um imóvel com área acima de 5.000 (5.628), o que deixa claro ter havido fracionamento de terras nos imóveis de maiores dimensões. Em contrapartida, como sugere o anexo V, são os proprietários de imóveis com áreas inferiores a 1.000 ha e superiores a 20 ha que estão expandindo seus domínios fundiários.

No que diz respeito à distribuição da área do município - 1.220.000 ha - 590.998 ha já estão apropriados (com título definitivo ou posse autorizada - veja anexo IV, dados corrigidos), 288.150 ha correspondem à Reserva Biológica do Jarú e 185.000 ha destinam-se à reserva indígena, perfazendo um total de 1.064.148 ha.⁽¹⁰⁾ Neste caso haveria 155.852 ha disponíveis, o que não é verdade, pois aí incluem-se as áreas urbanas; além do mais, sabe-se que já existem invasores nas reservas citadas.

Da área apropriada - 590.998 ha - apenas 80.560 estavam em exploração no ano agrícola 1982/83, ou seja, 13,6% da área apropriada e 6,6% da área do município.⁽¹¹⁾ Do total explorado, 24,4% correspondiam a lavouras temporárias; 21,8% a lavouras permanentes e 53,8% a pastagens.⁽¹²⁾ Merece

(10) - Informações obtidas junto ao INCRA/Jarú.

(11) - A respeito da área apropriada e explorada referente aos imóveis pesquisados, cf. anexo XIII

(12) - Informações levantadas junto aos seguintes órgãos: a respeito do cacau, na CEPLAC; a respeito do café e seringueira, lavouras temporárias e pastagens; na ASTER-RO, SEAGRI e CODARON. O anexo VI oferece uma visão do aproveitamento da área nos imóveis pesquisados.

destaque o fato de que 57% da área de café do município, 75% da de cacau e 88% da de seringueira, encontram-se em imóveis com áreas inferiores a 200 ha (anexo VII) - na verdade até 100 ha. Trata-se de culturas nobres da região, cujo cultivo no Brasil é normalmente atribuído a grandes explorações. No caso presente, são exploradas no estrato de área característico do denominado campesinato; além do mais demandam até certo ponto elevada tecnologia e volumosos recursos para formação e manutenção. Talvez uma das explicações para tal seja a demanda bastante elevada de mão-de-obra destas culturas, em todo o seu ciclo, pois grande parte das operações inerentes ao processo produtivo não são mecanizáveis, seja por impossibilidade técnica, seja por inviabilidade econômica.

Um dos problemas enfrentados pelo produtor rural ainda é a questão das estradas vicinais. O município conta com 1.097 Km (1983) daquelas estradas, beneficiando 4.316 produtores, entretanto, além de parte destas se tornarem de difícil tráfego em determinados períodos do ano, ainda há mais de 2.000 produtores sem estradas, o que corresponde a um déficit de aproximadamente 600 Km (Informações da CODARON-Jaru).

§ 2º - Em Busca da Terra: Uma População de Migrantes

Observando-se os dados do censo demográfico de 1980, constata-se taxas médias geométricas de crescimento populacional, na década de 1970/80, de 16% para Rondônia, 5,03% para Região Norte e de 2,49% para o Brasil (FIBGE, 1982:3). Um

crescimento populacional nesse nível, superando o de todas as outras Unidades da Federação, somente deve ser aceito se atribuído ao elevado fluxo migratório que vem recebendo aquele estado, desde início da década passada. No nosso campo de pesquisa, esta suposição é plenamente confirmada, pois de uma amostra de 155 proprietários, constatamos que apenas 01 (um) é natural de Rondônia. Os demais, 8,4% procedem do Nordeste; 29,0% do Centro Oeste; 35,5% do Sul e 26,5% do Sudeste,⁽¹³⁾ destacando-se os Estados do Paraná com 35,5%, Mato Grosso com 25,8% e Minas Gerais com 18,2%, portanto, regiões de economia reconhecidamente dinâmica (cf. anexo VIII). Merece registro o fato de que, da amostra pesquisada, 130 produtores (84,7%) migraram⁽¹⁴⁾ de uma a cinco vezes e 20 (15,3%) migraram mais de 6 vezes, sendo que 1 migrou 18 vezes, 3 migraram 20 vezes, 1 migrou 25 vezes e outro 30 vezes (cf. anexo IX). Os números mais elevados de migrações correspondem, via de regra, aos agentes sociais denominados "bóias frias" e em menor escala a parceiros, arrendatários e pequenos proprietários.

(13) - Note-se que a quase totalidade (91%) procede do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sendo que as duas primeiras regiões (Sul e Sudeste) contribuem com 62%, o que nos remete para o processo de modernização agrícola implementado no Centro Sul, que provocou forte liberação de força de trabalho.

(14) - Entendemos por migrante, no presente caso, "aquele indivíduo, de qualquer classe social, que resolveu abandonar o seu município de nascimento para fixar residência noutro" (cf. Souza, 1980:35). Adiantamos porém que consideramos como residindo noutros municípios mesmo aqueles que ali permaneciam por períodos inferiores a um ano.

Sabe-se, por outro lado, que dos chefes de famílias que migraram para Rondônia, em 1981, 17,6% procediam do Norte,⁽¹⁵⁾ 21,1% do Sudeste; 23,6% do Sul; 25,6% do Centro Oeste⁽¹⁶⁾ e 3,4% do Nordeste, destacando-se, mais uma vez, o Estado do Paraná com 22,9%, Mato Grosso com 14,6%, Amazonas com 12,8%, São Paulo com 9,9% e Mato Grosso do Sul, com 7,6% (cf. Governo do Estado de Rondônia-SEPLAN, 1981:133 e Governo do Estado de Rondônia/SEPLAN e Secretaria do Trabalho e Promoção Social, 1981:7).

Diante dos dados acima expostos, resta perguntar: quais os motivos que levam aquelas pessoas a migrarem? E mais ainda, por que os migrantes originam-se na grande maioria de regiões como Sul, Sudeste e Centro-Oeste?

Já afirmamos que o Estado, em 1964, mais uma vez havia optado pela manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada que possui o País, utilizando-se para tal dos mais diversos meios para dispersar as grandes frentes populares que reivindicavam na época uma distribuição mais justa e racional da terra, bem como para evitar novos focos de contestações à manutenção do "status quo". Pretendia o Estado viabilizar uma acelerada acumulação do capital no País, porém mantendo a estrutura fundiária vigente.

(15) - Cerca de 90% destes localizam-se em Porto Velho, como comerciantes, funcionários, etc., e muitos são trazidos por pessoas influentes em Rondônia, antes residentes em Manaus.

(16) - Note que 44,7% procedem do Centro Sul e 25,6% do Centro-Oeste.

Interrompidas as grandes frentes de reivindicações e controladas as mais diversas formas de associativismo e organização sindical da massa trabalhadora, restava ao Estado adotar medidas de cunho político que solidificassem as bases para a acumulação proposta e evitar uma contra-ofensiva da grande massa de trabalhadores sem terra. Para tal, propôs-se evacuar a população estruturalmente excedente das regiões de ocupação antiga, alocando-a nos vazios demográficos da Amazônia e modernizar as explorações agropecuárias, preenchendo assim os espaços fundiários economicamente marginais; notadamente, é claro, nas grandes propriedades.

O deslocamento populacional, em termos de colonização dirigida e dentro da magnitude esperada, foi um verdadeiro fracasso, mormente na Transamazônica.

A modernização da agricultura, concentrou-se praticamente no Centro-Sul, e apenas em alguns produtos - café, soja, cana-de-açúcar, trigo.⁽¹⁷⁾ Apesar de não se ter processado a modernização a

(17) - Do total do crédito rural orientado pela Extensão Rural no Brasil, no período 1972/82, 45% dos planos elaborados e 35% dos recursos neles constantes ficaram na região Centro-Sul (exceto São Paulo) (cf. EMBRATER-1982 - Relatório de Crédito - 1972/82). Essa mesma região possuía em 1975, cerca de 86% dos tratores do País. Em 1977 apenas as culturas do café, cana e soja consumiam 46,8% do total de fertilizantes utilizados no Brasil (cf. Graziano Neto, 1982: 45-46). A distribuição do crédito, além de concentrada tem resultados desproporcionais. Em 1977, aquela região contribuiu com 70% na formação do produto agrícola, porém consumiu 78% do total do crédito agrícola do País (cf. Guedes Pinto, apud Graziano Neto, 1982:46-47). O Estado de São Paulo, por exemplo, em 1977, para cada unidade que contribuiu na formação do valor total da produção nacional, consumiu 3,2 unidades da totalidade do crédito (FGV/RJ, apud G. Neto, 82:47).

grícola nos níveis e com a abrangência esperados, onde ela o correu se tornou muitas vezes um elemento eficaz na expulsão do campesinato - pequeno proprietário, arrendatário e parceiro -, o qual migrava tanto para as áreas urbanas mais próximas, quanto para as regiões de fronteiras agrícolas. Como vimos acima, 91% dos migrantes da amostra provém de regiões com ativos programas de modernização agrícola.

É daquele excedente de mão-de-obra das áreas de agricultura em modernização que se constitui a quase totalidade do pequeno proprietário rural do Jarú. Na região de origem, os métodos utilizados para expulsar o homem do campo são os mais diversos e quase sempre sem ferir a legislação vigente, sendo o Estado, enquanto financiador da "modernização agrícola", o principal viabilizador desse processo.

Os 155 proprietários rurais⁽¹⁸⁾ que constituíram a amostra para nossa pesquisa, em termos de acesso aos meios de produção, na última residência, estão assim distribuídos: 42% (65) (cf. anexo X) eram proprietários de terra - 4 possuíam áreas médias de 131,3 ha e 01 de 320 ha - 14% (22) eram parceiros, 16% (25) eram arrendatários, 13% (20) assalariados agrícolas e 15% (23) tinham outras atividades.⁽¹⁹⁾

(18) - 154 são imigrantes.

(19) - Existem, ainda, 3 que eram proprietários e arrendatários; 11 prorietários e parceiros e 4 que, além de proprietários, tinham atividades que não as citadas, por exemplo: um industrial, um funcionário do IBRA e um estudante de Agronomia.

Os motivos alegados para migrar são os mais diversos.

Entre os que não possuíam terra, o motivo é quase sempre o mesmo: "procurar arranjar um pedaço de terra, porque trabalhar na terra dos outros não dá pra viver". Entre estes, encontramos 22 ex-parceiros que migraram pelos seguintes motivos: 3 porquê "a fazenda foi vendida e o novo dono vai criar gado"; 5 foram expulsos da fazenda porque o proprietário tinha mede de les exigirem indenizações por culturas formadas, com a vigência da "nova lei do sindicato", e 2 foram dispensados e rotulados de "comunistas", porque pediram carta de anuência ao proprietário para levantarem empréstimo de custeio agrícola, junto ao Banco do Brasil. Os 12 parceiros restantes vieram atraídos pela possibilidade de se tornarem proprietários de terras.

Para os que tinham terra, os motivos para migrar também foram vários. Uns migraram porque a terra era fraca, os adubos caros e a produção barata; outros, porque a terra era pouca (50%); 16 porque "não dava mais para viver na quele lugar, com aquela terra."⁽²⁰⁾ Há ainda os que migraram por força de desapropriação da sua área (4%); porque venderam a terra para pagar ao Banco (4%) e uns ainda por motivos puramente pessoais; morte na família, desgosto na família, acom

(20) - Fontes d'água envenenadas por agrotóxicos, caminhos bloqueados pelos grandes proprietários, exigências dos vizinhos para que eles cercassem toda a área possuída, o que era impossível, tendo em vista a falta de recursos, entre outros motivos.

panhar pessoa a quem se ligava afetivamente, etc. Merece destaque os motivos que levaram os 4 (quatro) que tinham áreas médias de 131,3 ha e 320 ha a migrar: procurar arranjar áreas maiores em Rondônia, "não porque a agricultura seja lucrativa, mas pela valorização das terras. Aqui, comparando com o Sul, a valorização da terra é rápida". De fato, todos possuem atualmente áreas de 500 e 2.000 ha e, segundo os mesmos, a pequena área que exploram o fazem apenas para dar "sinal de vida na área" e não deixá-la totalmente na inatividade. Esta afirmativa aponta para a tese da aquisição de terras na Amazônia, como reserva de valor.

Parece-nos não ser difícil estabelecer a vinculação entre os motivos que levaram aquela população a migrar para Jaru e o processo de modernização agrícola subsidiado que se verifica em partes de determinadas regiões do País. Sabe-se que os subsídios estatais tornam economicamente viáveis atividades agrícolas em si deficitárias, pois há, neste caso, transferência à sociedade de grande parte dos custos de produção, através do financiamento dos seus componentes, via juros reduzidos e até nulos, como houve. Com essa medida, algumas explorações em si pouco lucrativas passam a ser remuneradoras, levando assim os empresários do setor a expandirem suas explorações e domínios fundiários, expulsando com isto pequenos proprietários arrendatários, parceiros e até assalariados, dis

pensados que são pela mecanização⁽²¹⁾ de parte das operações do processo produtivo, ou pela impossibilidade de se reproduzirem em suas pequenas propriedades. Essa população dispensada era em grande parte induzida a vir para Rondônia.⁽²²⁾

(21) - Apesar da inviabilidade econômica ou irracionalidade da mecanização, em determinados casos, basta lembrar que de acordo com os dados da EMBRATER (1981), perde-se no Brasil, até 10% da produção de arroz - colheita mecanizada - até 15% da de milho e soja e até 19% da de trigo. Esses dados representam um prejuízo (safra 1981/82) (cf. FIBGE/CEPAGRO-LSPA, 1983) a preços de julho de 1981, de até 36,55 bilhões de cruzeiros (255 bilhões, em janeiro de 1984, se corrigido aquele valor pelas ORTN). Numa campanha desenvolvida pela EMBRATER, para redução nas perdas da colheita mecanizada, este órgão calcula ter havido economia, no valor de 7 bilhões (a preços de julho de 1981), o que correspondia, em janeiro do corrente ano, a cerca de 50 bilhões de cruzeiros. Em termos de retorno, diz a EMBRATER, "para cada cruzeiro investido na campanha houve um retorno de pelo menos Cr\$ 31,60 em termos de economia para os agricultores e o País". Para nós esta mecanização é uma irracionalidade se não econômica, pelo menos social, para um País que tem excedente de mão-de-obra no campo (notadamente na região de cultivo da soja e trigo). Admitindo que aconteçam apenas 50% daquelas perdas, o valor constante do prejuízo daria para assalarciar - à base do salário mínimo de fevereiro de 84 - cerca de 220 mil operários num ano. Essas perdas só são suportadas pelos empresários dados os subsídios que recebem do Estado, para aquisição dos fatores envolvidos no processo produtivo.

(22) - Encontramos muitos migrantes que foram aconselhados por sindicatos a migrarem para Rondônia. Além disto dizem eles, havia notícia na TV e nos jornais, dando conta do Eldorado que era Rondônia. Os sindicatos atuantes, que alertavam inclusive para os riscos e incertezas da migração, eram esvaziados, pois "os patrões não deixavam nos associar neles".

Para os pequenos proprietários essa expulsão, acentua-se, é bem verdade, porque os incentivos àquela "modernização tutorada" da agricultura são seletivos, pois os pequenos proprietários pouco têm acesso aos meios para modernizarem suas explorações, aos níveis que têm os empresários, entre vários motivos, por falta de garantias aos empréstimos, pela elevada burocratização do crédito, sem contar a preferência declarada dos agentes financeiros pelos grandes proprietários, pois representam menores custos operacionais.

Aqueles subsídios concorrem para elevação da composição orgânica do capital⁽²³⁾ no setor - via insumos, máquinas, tecnologia - bem como, por serem seletivos, elevam a concentração do Capital agrícola. Com isto eleva-se também o nível mínimo de renda abaixo do qual a reprodução camponesa torna-se economicamente inviável (cf. Graziano da Silva, 1982: 138). Sem dúvida, essa elevação levou muitos pequenos proprietários a venderem suas áreas, por impossibilidade de se reproduzirem enquanto camponeses, e migrarem para a Amazônia, especialmente para Rondônia.

Tornando-se a agricultura empresarial viável, as

(23) - Composição orgânica do Capital é a relação entre capital constante (C) capital variável (V) ou seja, $\frac{C}{V}$. A elevação de "C", na agricultura significa concentração de capital. Advém daí, por um lado, o redimensionamento do nível mínimo de condições da reprodução camponesa. De outro lado, implica geralmente a dispensa de força de trabalho do campo.

terras passam a ter seu valor elevado, e assim as pequenas propriedades passam a ser aglutinadas pelas grandes, pois mesmo quando os seus proprietários conseguem sobreviver às adversidades das políticas agrícolas, os grandes proprietários inviabilizam a sua permanência no local, negando-lhes caminhos para se deslocarem, o acesso a fontes d'água potável, soltando animais nas suas lavouras, conforme queixas de entrevistados.

Essa constatação de que a modernização ou capitalização da agricultura levou os pequenos proprietários, parceiros e arrendatários a migrarem, parece confirmar a tese da destruição do campesinato pela capitalização do campo, ou sua expulsão para áreas de fronteiras agrícola, onde seria recriado e posteriormente destruído pela frente pioneira (cf. entre outros Turchi, M, Lenita, s/d). Se isto é verdade, estaria negada a tese da inviabilidade da exploração empresarial para grande parte dos produtos agropecuários, defendida entre outros por Nakano, (1981:3-15) Aidar e Perosa Júnior (1981:17-39), com quem concordamos? Não. Afirmamos de fato a inviabilidade da exploração agrícola empresarial, para grande parte das explorações agropecuárias, por ter aquela atividade de processo produtivo sujeito a uma série de elementos-climáticos, tecnológicos, econômicos, organizacionais - não controláveis, nem sempre controláveis ou de controle economicamente inviável. As incertezas, os riscos inevitáveis e repetidos, põem em dúvida a lucratividade do empreendimento, abrindo-se assim espaços à produção camponesa.

Por outro lado, não se deve esquecer a ressalva fei

ta por aqueles autores que essa lógica - inviabilidade da exploração agrícola ao nível capitalista - seria quebrada, quando subsídios fossem postos à disposição dos empresários agrícolas, dando ao empreendimento falsa viabilidade econômica, uma vez que não tem auto-sustentação.

É exatamente isto o que aconteceu/acontece no Brasil. A modernização ou capitalização da agropecuária é feita às custas da sociedade, sob a intervenção do Estado e com exigências institucionais que quase sempre marginalizam o campesinato daqueles favores estatais. Fosse esses subsídios distribuídos equitativamente, não temos dúvidas, sobressairia em todas as explorações a produção camponesa.

§ 3º - O Modelo de Colonização e o Estado

Entendemos a colonização da Amazônia como sendo a busca de um duplo objetivo pela classe dominante, ou seja, evacuar o excedente populacional já expropriado nas áreas de economia dinâmica e readmitir aquela população marginalizada no processo de reprodução capitalista. Ademais, conduzir o migrante despossuído à Amazônia, além de retirá-lo da marginalidade econômica, seria um dos pressupostos à integração dessa Região à economia Nacional. A busca daqueles objetivos parece-nos continuar presente, como bem expressa o Superintendente da SUDECO, ao se referir à Política do Governo Federal em relação aos Projetos de Colonização de Rondônia, enquanto base da economia daquele Estado:

"A pequena exploração agrícola tem condições de subsistir e de fornecer excedentes para os mercados internos e pode a curto e médio prazo servir para a efetiva integração de Rondônia ao País e/ou, como solução para conflitos e tensões sociais de outras áreas (cf. MINTER-SUDECO, 1982:14).

O desejo de se constituir um campesinato em Rondônia, expresso nos Projetos de Colonização ali criados pelo INCRA, comprova o seu papel na produção de sobretrabalho a ser incorporado ao Capital. É esta estratégia que permite a sua reprodução na agricultura, onde é inviável o empreendimento empresarial.

Entretanto, no caso da colonização de Rondônia, especificamente do município de Jaru, o "modelo de Colonização" planejado deixou de considerar diversos aspectos, cujo resultado foi a não viabilidade do Projeto, tanto do ponto de vista do Estado, quanto do migrante.

Do ponto de vista do Estado, como já frisamos, a colonização tornou-se inviável por ter ele subestimado o número de migrantes que demandariam terra na área, o que, por exceder as expectativas, inviabilizou a instalação de uma infraestrutura física e de serviços, simultânea à ocupação das terras.

Assim, para cultivar seu imóvel não contava o camponês com insumos, crédito e nem com a assistência técnica necessária. A agência bancária mais próxima distava 280 Km e o produtor não possuía documento da terra, a fim de que pudesse pleitear crédito para investimentos. O Escritório de As

sistência Técnica ali fora inaugurado apenas em 1975 e assim mesmo, por ausência de estradas, atendia um reduzido número de produtores - cerca de 21% - (cf. ASTER-RO,1983:8).

Por outro lado, não existia uma tecnologia de produção gerada na área⁽²⁴⁾ e a sua importação de outras áreas, pelos migrantes, sempre implicou uma margem de inadaptação nem sempre aceitável.⁽²⁵⁾ Assim, a despeito do INCRA ter idealizado um modelo completo de assistência às áreas de colonização, incluindo uma estrutura econômico-social quase suficiente - distribuição de terras, organização territorial, administração do Projeto, assentamento do migrante, educação, saúde e previdência social, habitação rural, unidades agrícolas, infra-estrutura física, empresa cooperativa, crédito e comercialização - (apud Lopes,1983:29) na prática, para uma grande parte dos migrantes, a colonização se resumia na terra e na mão-de-obra da família.

As culturas de possível exploração eram milho, feijão e arroz, que tinham suas colheitas perdidas em até 50% por falta de estradas para escoamento e armazéns a nível de

(24) - A EMBRAPA e a CEPLAC já se faziam presentes em Rondônia - desenvolvendo pesquisas - porém, tecnologia agrícola não se produz de forma imediata.

(25) - Vejamos, nas palavras de um camponês, a importância de uma tecnologia local e do crédito, para produção. Ao ser informado pelo técnico que seu produto não obtinha bom preço por não ter boa qualidade assim reagiu "...Se nosso produto não prestava nem tanto é culpa nossa. Quem é que nasceu sabendo. Como que uma pessoa sem os recursos poderia produzir uma coisa boa..." (Um entrevistado, comentando um trabalho seu, denominado "Um ponto de vista em 10 anos de Rondônia").

propriedade (cf. Governo do Território Federal de Rondônia/SEAGRI,1979:2). A cultura do café foi introduzida pelo migrante na área, porém foi logo proibida pelo INCRA, alegando o risco da importação de doenças e pragas. Por ser uma cultura rentável, alguns camponeses desacataram a proibição do órgão colonizador, e foram os que primeiro se destacaram economicamente.

Do ponto de vista do migrante, a terra buscada como sinônimo de melhoria sócio-econômica, liberdade e segurança, terminava quase sempre frustrando as expectativas, ou quando muito, adiava indefinidamente aquele sonho. Não havia possibilidades de exploração da terra de forma a poder, pelo menos reproduzir a família do camponês. Por isso, o migrante era obrigado a buscar meios de sobrevivência no assalariamento urbano, na venda da madeira de lei, na extração do látex de seringueiras nativas, no emprego em garimpos de cassiterita e até mesmo na venda do imóvel.

Ao contrário da unidade produtiva que se basta a si mesma, a unidade camponesa de que tratamos é reproduzida sob mediatização do mercado, visto que a família que a compõe já enraizou culturalmente, nos locais de origem, aquela forma de reprodução, pois há muito tem sua reprodução mediatizada pelo mercado. Assim sendo, mesmo que existissem as condições para produção, não estaria sanado o problema. Seria necessário que houvesse um mercado que absorvesse a produção a preços capazes de, pelo menos, repor os componentes dos seus custos. Além de não existir este mercado a nível local, o custo de

transporte desta produção até os grandes centros consumidores já inviabilizava a sua prática. Esses detalhes foram esquecidos pelos idealizadores da colonização e por isso o INCRA insistiu alguns anos, sem obter bons resultados, na fixação da quele migrante a terra, sem-lhe oferecer as devidas condições.

Assim, fica claro que os pré-requisitos para fixação deste campesinato ao meio rural, além da terra, são a infra-estrutura necessária à produção e principalmente um mercado para esses produtos, a preços capazes de permitir a re produção da unidade produtiva, não dentro de padrões que lhes são alheios, mas nos padrões assimilados pelo migrante. Isto nem sempre é possível com qualquer cultura e em situações des favoráveis.

Na ausência daqueles pré-requisitos complemen tares, a articulação do camponês com o mercado ficou tolhida pela sua "improdutividade", o que além de inviabilizar a re produção camponesa inibe a expansão do capital na área, pelo baixo fluxo de mercadorias. Por esse motivo a colonização ba seada na pequena propriedade foi muitas vezes tida como de baixo retorno econômico.

Um fato comprova ainda a importância do merca do na reprodução do camponês em questão, como também comprova o cálculo econômico que rege as suas atividades.. Como os pre ços de mercado dos produtos alimentares eram baixíssimos, o que transformava uma possível elevada produtividade em baixos rendimentos, com a monetarização da produção, alguns campone ses deixavam de explorar aquelas culturas em seus imóveis e

iam trabalhar como parceiros na cultura de café em propriedades de outrem, por ser esta cultura, mesmo trabalhada em parceria bem mais rentável. (26)

Assim, observa-se que o fracasso da política de colonização aqui tratada tem duas razões básicas, presentes já no seu nascedouro. Por um lado o não dimensionamento do fluxo de migrantes que buscariam a terra e a conseqüente demanda de estrutura e serviços necessários. Por outro lado, a não percepção de que a produção "incentivada" na fronteira agrícola, naquele momento e nas condições dadas, jamais poderia chegar aos grandes centros consumidores aos preços praticados no mercado. Desta forma, a política de colonização não respondia inteiramente às expectativas do capital - por não ter criado as condições de incorporação daquele espaço ao seu universo - nem satisfazia ao migrante, porque inviabilizava a sua reprodução, enquanto proprietário de terra, enquanto camponês.

Na prática, acontecia que os problemas sociais representados por aquele excedente populacional apenas foram afastados do local de origem para áreas interiorizadas da Amazônia. Estas constatações levaram o Estado a reformular a sua política - a partir da segunda metade da década de 70 - que veio modificar o quadro aqui traçado.

(26) - Estas características apresentadas pelo campesinato em questão, mostram que estamos tratando de um camponês distinto daquele a que faz referência Chayanov (1981:133-163).

Neste sentido, a política de colonização imple
mentada pelo Estado entrou em evidente contradição com as ne
cessidades de reprodução do campesinato, o que levou à falên
cia do modelo inicial de ocupação das terras de Rondônia e, con
sequentemente, de Jaru.

CAPÍTULO IV

O CONTRAMODELO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

§ 1º - A Ação do Estado

Analisamos a impraticabilidade da política de colonização proposta pelo Estado para Rondônia, citando inclusive algumas causas que a inviabilizaram. Referendamos nossa crítica com dados empíricos coletados no município de Jaru. Sem muitas inconveniências, essa crítica e as causas que lhe deram origem podem ser extrapoladas a toda área do Estado onde se processa a colonização.

Neste capítulo, analisaremos o redirecionamento da política de colonização levada a efeito pelo Estado, diante da falência do seu plano inicial, bem como frente à ação de uma sociedade que sobrepõe a sua vontade ao plano de colonização do qual seria objeto. O nosso referencial empírico é o município de Jaru, entretanto é difícil distinguir as especificidades destas ações entre o município e o Estado.

O INCRA foi o primeiro órgão a sofrer os efeitos da reformulação da política de colonização. No início da colonização, esta autarquia era responsável, em seus projetos, por toda infra-estrutura e serviços ali demandados, como estradas, escolas, assistência técnica e médica, segurança, preservação do meio ambiente, etc. Era uma espécie de governo paralelo ao do Território, porém com mais recursos financeiros. Por ser o responsável por tudo, terminou fazendo relativamente pouco. Principalmente a partir de 1975, esses serviços foram entregues a órgãos específicos e especializados, já existentes no Território, ficando aquele Instituto responsável a

penas pelos serviços que lhes são inerentes - arrecadação de terras da União, entrega destas aos migrantes, inclusive jurídicamente.

A documentação jurídica da terra até meados da década de 70 praticamente não existia. O migrante recebia o imóvel mediante uma autorização de ocupação e teria que demonstrar capacidade de trabalho, a fim de que pudesse receber o título definitivo do imóvel ocupado.⁽¹⁾ A partir de 1975, esses títulos começaram a ser expedidos, pois eram necessários a fim de que o imóvel fosse hipotecado nas agências bancárias, quando do pleito do crédito para investimentos. Não só em Jaru, mas em todos os projetos de colonização de Rondônia, ainda em fins de 1980 apenas 44% dos migrantes assentados nos projetos de colonização possuíam título definitivo do seu imóvel (cf. ASTER-RO, 1982:20).

Simultaneamente, agências bancárias oficiais foram instaladas na área. De 1975 a 1976 foram inauguradas agências dos Bancos da Amazônia e do Brasil em Ji-Paraná, cidade polo de uma região de agricultura promissora, pois localizava-se de forma equidistante de vários Projetos de Colonização além de ser margeada por solos de boa qualidade. Agora Jaru não dista mais 280 quilômetros das agências bancárias, mas apenas 80 Km. Posteriormente, um grande número de outras a

(1) - Quando o lote era fora dos projetos de colonização, ocupado sob a forma de posse não contestada, era posteriormente documentado após o cumprimento de uma série de formalidades junto ao INCRA.

gências bancárias (oficiais e particulares) foram instaladas em Ji-Paraná e Ariquemes, terminando com o próprio Jaru sendo beneficiado com uma agência do Banco do Estado de Rondônia (BERON) e outra do BRADESCO.

A família camponesa já possuía suficiente mão-de-obra própria e a propriedade jurídica de uma terra onde podia cultivar a quase totalidade das culturas da região.⁽²⁾ Agora tem a possibilidade de acesso ao crédito rural. Com isto não é difícil a implantação de culturas de melhor rentabilidade (café, cacau e seringueira), embora de altos custos de formação, pois aquelas até então exploradas (milho, arroz e feijão) estavam levando o campesinato à extinção.

Para completar os pré-requisitos necessários à implementação das novas ações do Estado, foram instalados em Jaru, no período 1975/77, escritórios da ASTER-RO,⁽³⁾ da CEPLAC⁽⁴⁾ e da SEAGRI.⁽⁵⁾ Assim, no ano agrícola 1975/76 foram financiados os primeiros projetos para o plantio de cacau no

(2) - "...logo os técnicos do órgão da lavoura cacauera descobriram solos excelentes para o plantio do cacau. A rigor, 85 por cento das terras do Projeto (Jaru) são próprias a cacauicultura".(cf. CEPLAC, s/d:3).

(3) - Através de convênio operacionaliza a política da Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA) em Rondônia, em termos de elaboração de projetos e Assistência Técnica.

(4) - Já estava presente na região (Ouro Preto) desde início da década de 70, pesquisando a viabilidade da cultura na área.

(5) - Operacionaliza, por convênio, a política do IBC no Território Federal de Rondônia.

município em questão, e no ano agrícola 1977/78 foram implantados projetos de formação de café e seringal de cultivo (dados obtidos nos arquivos da ASTER-RO, CEPLAC e SEAGRI - Jarú).

Sem dúvida, - este é um dos pontos básicos na nossa explicação da reprodução camponesa no município - a implantação dessas culturas é a responsável maior pela fixação de parte dos migrantes a terra. Notadamente em Jarú, o cultivo dessas lavouras são de real importância para reprodução do campesinato. Ademais, neste município (como em quase toda a Unidade da Federação) elas são culturas de plena aceitação pelos pequenos proprietários que quase não sofrem a concorrência da procura delas por parte dos proprietários empresários. Basta dizer que 57% da área de café do município, 76% da de cacau e 88% da área de seringal de cultivo estão em imóveis apropriados por camponeses, ou seja, de áreas até 100 ha.⁽⁶⁾ (informações levantadas nos arquivos da ASTER-RO, SEAGRI e CEPLAC).

Os motivos para pouca aceitação daquelas culturas por parte dos grandes proprietários são vários, alguns dos quais aqui analisaremos:

- a) - A seringueira é cultura de longo retorno (08 anos) e isto não se coaduna com o espírito imediatista da quase totalidade do empresariado local. É uma cultu

(6) - Também neste estrato estão 100% da área de café financiada no municipício, 86% da área de cacau financiada e 88% da área de seringueira. (cf. anexo VII).

tura geralmente desconhecida para o empresário oriundo de outras regiões que ali possui terra. Tem sucesso econômico contestado - quando explorada fora da mata - pelos antigos seringalistas ali residentes, pois confundem o seringal de cultivo hoje em implantação (com variedades melhores), com o cultivo de seringueiras nativas tentado, sem sucesso, no Pará e em pequena amostra em Rondônia. Aquelas tentativas de se cultivar a seringueira nativa fora da mata, que redundou em fracasso, serve até hoje como unidades demonstrativas de efeitos negativos. É uma espécie de história que vem passando de pais a filhos, de velhos a novos migrantes. Por fim, exige a cultura bastante mão-de-obra e administração especializada, o que é incompatível numa área onde esse fator é escasso, caro e num estrato de área caracterizado pelo absenteísmo.⁽⁷⁾

- b) - Para o caso do cultivo do cacau continuam presentes o absenteísmo e a escassez e elevado preço da mão-de-obra. Soma-se a isto o fato de demandar tam

(7) - A ASTER-RD, gerência de borracha natural, informava em 29.08.83 que os projetos de seringueira com área acima de 50 ha., tinham um percentual de irregularidade de 15% superior aos que tinham área inferior a 50 ha. Para nós a única explicação para tal é a escassez de mão-de-obra o que ocasiona essa diferença, pois as outras variáveis de caráter de irregularidades estão presentes em qualquer estrato e deles independem.

bém elevada mão-de-obra, de ser cultura de muitos riscos no processo procutivo (doenças, pragas, fogo),⁽⁸⁾ de ter a quase totalidade de suas operações de cultivo não mecanizáveis, além de obter preços nem sempre compensadores, no mercado internacional. Em termos de custo de produção, basta dizer que a manutenção de uma ha. de cacau/ano demanda cerca ' de 100 H/D. O preço médio do H/D, no município de Jarú, em 1983, ficou por volta de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros)⁽⁹⁾ e a produtividade média da cultura em 600 kg/ha.⁽¹⁰⁾ Assim sendo, teríamos só com mão-de-obra o custo de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Sem computar as despesas de formação da cultura, com insumos, transporte, FUNRURAL e outros, haveria um saldo de apenas Cr\$ 26.200,00 (vinte e seis mil e duzentos cruzeiros)/ha.⁽¹¹⁾ Fato que inviabilizaria a exploração com mão-de-obra assalariada, porém permite a sua exploração pelo campesinato, por utilizar mão-de-obra familiar (crianças cuja força de trabalho não é assalariável e mulheres nas horas de folga no lar), além de cultivar nas entrelinhas

(08) - Não há seguro para perda de lavoura, quando proveniente de queima.

(09) - Informações obtidas na pesquisa de campo.

(10) - Há cacau em franca produção e em início de produção.

(11) - O preço médio pago ao produtor em 1983, segundo informações da ASTER-RO/NIDAC (1983) foi de Cr\$ 5.653,12 cruzeiros por arroba ou aproximadamente 377,00 por quilo.

da cultura permanente, nos seus primeiros anos de implantação, lavouras temporárias, para manutenção da unidade produtiva. (12)

- c) - A lavoura de café já era explorada com recursos próprios em pequena quantidade no Jarú, mesmo antes do apoio do IBC e foi através dela que se introduziu a parceria no município. Por ser cultura já conhecida pelos migrantes (mineiros, paranaenses e capixabas) e apresentar rentabilidade elevada (no início do seu cultivo naquela localidade), uma vez que encontrava fácil mercado tanto no Estado, como no Acre e Amazonas, foi implantada pelos médios proprietários em percentual maior que a seringueira e cacau, pois calcula-se que 23% da área com esta cultura tenham sido situados em estratos de área superior a 100 ha, no município em questão. Posteriormente, com a produção de um maior excedente a sua rentabilidade começou a cair, pois houve necessidade de se exportar para outros Estados e a qualidade do produto ali obtido não era bem aceita pelos compradores dos grandes centros.

(12) - A CEPLAC admite, embora não tenha ainda comprovado - palavras do responsável pelo órgão no Estado de Rondônia - que a produtividade de daquela cultura possa atingir 1.000 Kg/ha, o que ainda assim, julgamos nós, terá produção empresarial inviável, por falta de mão-de-obra em quantidade, oportunidade e qualidade e pelos riscos que apresenta o processo produtivo da cultura.

Por estes motivos, era relativamente reduzida a aceitação das citadas culturas pelos grandes proprietários (principalmente em Jarú). Entre os poucos que iniciaram a implantação de projetos de formação dessas lavouras, havia constaⁿtes desistências, pois nem sempre se dispunham a cumprir a contento o "receituário" tecnológico. Somam-se a isto o fato de os órgãos de assistência técnica constantemente reduzirem o volume de recursos destinados ao projeto, por apresentar algum tipo de irregularidade.

Diante deste fato, o Estado passa a concentrar seu apoio à implantação dessas lavouras na agricultura camponesa, onde mais do que bem aceitas elas são disputadas.⁽¹³⁾ É através do cultivo dessas lavouras permanentes que a reprodução do campesinato se processa com bem mais facilidade.

Embora sofrendo vicissitude no seu grau de rentabilidade, aquelas lavouras têm papel preponderante na manutenção do campesinato, pois por cultivar mais de uma delas suporta instabilidades em seus preços, já que a policultura possibilita que uma cultura cubra provável deficit de outra, no conjunto de atividades da unidade produtiva.

(13) - A CEPLAC, órgão encarregado da pesquisa e Assistência Técnica referentes à lavoura cacaueteira bem expressa o apoio do Estado a este estrato de produtores. Em determinados momentos, ela chegou a avalizar o empréstimo de alguns camponeses selecionados para o cultivo desta lavoura e que não tinham o título definitivo do imóvel para oferecer em hipoteca, junto ao agente financeiro.

§ 2º - A Ação do Campesinato

O redirecionamento da política de colonização expresso nas ações do Estado, como já analisado, visava salvar um plano de ocupação proposto para Rondônia e que se encontrava em franca derrocada. Salvar o plano de colonização significa, antes de tudo, manter um campesinato, sendo que a condição básica para tal seria a reprodução mediatizada pelo mercado. Para isto era necessário que ele produzisse um excedente - mercadoria - pois é através deste que ele vai ao mercado e o capital penetra a sua unidade produtiva.

Vimos que a partir de uma série de ações o Estado viabilizou a reprodução de um campesinato, criando condições jurídicas, técnicas e institucionais à produção de mercadoria, estabelecendo assim o canal que ligaria a unidade produtiva camponesa ao capital. Só deste maneira tornar-se-ia a aquela agricultura campo de sua valorização.

Entretanto, manter um campesinato no nível referido implica a oferta, por parte do Estado, de toda aquela infra-estrutura e serviços (estradas, crédito, assistência técnica, assistência médica, etc.), o que demanda elevados recursos, dificultando assim a extensão da infra-estrutura econômica e social à totalidade da população camponesa, principalmente quando se sabe das dificuldades econômico-financeiras presentes no País. Diante dessas dificuldades, foram poucos os camponeses que tiveram acesso àqueles "favores" do Estado. No

caso específico de Jarú, de 6.728 proprietários de imóveis do estrato de área de 0 (zero) a menos de 200 ha⁽¹⁴⁾ (área considerada em geral propriedade camponesa - 98,85% do município - cf. anexo IV - dados corrigidos), apenas 740 (11%) tiveram acesso ao conjunto de serviços necessários à implantação de culturas permanentes e de fácil demanda comercial.

É que nem todos os camponeses do município têm estradas. Muitos têm estradas mas não possuem o título definitivo do imóvel, a fim de que possa penhorá-lo. Outros têm estradas e documentação, mas a garantia apresentada é insuficiente para o crédito pleiteado. Há também limitação de parte dos solos a estas culturas. Muitas vezes os agentes financeiros não dispõem de recursos suficientes para atender a demanda. Há o caso de o número de técnicos ser insuficiente para atender a todos que desejam implantar as referidas culturas. A reduzida disponibilidade de material botânico (para o caso da seringueira) limitava a expansão daquele modelo de exploração.

Para os que não tinham meios de incorporar aquelas culturas (café, cacau e seringueira) nas suas explorações, os 740 camponeses beneficiados transformaram-se no camponês modelo. O imóvel deles era o "tipo ideal" que todos os outros desejavam. A partir daí todas as reivindicações do camponato giravam em torno da obtenção de condições que lhes

(14) - Apesar de se colocar no estrato de 0 (zero) a menos de 200 ha, esses imóveis chegam apenas até 100 ha.

permittedem o cultivo daquelas lavouras permanentes.

Havendo demanda acentuada por aqueles produtos e uma oferta reduzida, os órgãos passaram a selecionar os mutuários com maior rigor, levando em conta além do comportamento em relação ao banco em empréstimos passados e à capacidade de trabalho, o valor das garantias apresentadas pelo pretendente. Como cada projeto implantado aumenta o valor do imóvel, terminava por ser beneficiado com novos financiamentos a aqueles que possuíam projetos anteriores. Desta maneira, os beneficiários concentravam-se quase sempre num mesmo grupo. É por isso que se encontram em um só imóvel vários projetos de implantação de diferentes culturas permanentes.

Havia reclamações generalizadas quanto à concentração deste benefício. A esse respeito, referindo-se à preferência dos técnicos em refinanciar camponeses que já possuíam projetos em implantação, assim se expressa um camponês:

"... Então chegava o técnico no barraco de nós, que só tinha o lote, e perguntava: o seu esposo está? A resposta não está. Está trabalhando para o vizinho..Eles (os técnicos) nem perguntavam o motivo da gente trabalhar fora. Quando eles chegavam noutro que já tinha lavoura de café, cacau ou seringa formada a conversa era maior. Já ia se falando numa proposta (de crédito) por que suas condições eram bem melhor. No caso as propostas eram aprovadas. Nós tinha que esperar para o outro ano e no outro a conversa era a mesma. Os que estavam mais adiantados sempre tinha mais direito, chegando o ponto de uma pessoa ter 3 proposta aprovada".

A concentração de mais de um desses projetos num imóvel terminou por criar problemas na relação oferta/de

manda de mão-de-obra na unidade produtiva, levando a que o balanço de mão-de-obra passasse a se constituir num dos critérios (informal) para obtenção do crédito.

A introdução das lavouras permanentes em Jarú trouxe uma certa divisão da produção na área. Com isto, espera-se haver melhoria nos mecanismos que viabilizavam a reprodução camponesa, pois com a redução relativa de oferta de produtos alimentares melhorariam os seus preços no mercado. Até certo ponto, isto aconteceu. À medida que chegavam as culturas permanentes no imóvel, as temporárias deixavam de ser cultivadas (em termos de excedentes comercializáveis). Mas se essa divisão da produção veio permitir a reprodução daqueles camponeses que tiveram acesso às lavouras permanentes, não foi suficiente para reproduzir aqueles que exploravam as culturas alimentares.

Muitos abandonaram o seu imóvel e outros deixaram de cultivá-lo para nele praticarem o extrativismo vegetal. São comuns os que passaram a trabalhar em garimpos de cassiterita no município vizinho (Ariquemes) ou foram assalariar-se temporariamente em imóveis economicamente dinâmicos.⁽¹⁵⁾ Para outros a solução encontrada foi a venda da terra.

Merece destaque o fato de que muitos deixaram seus imóveis, onde cultivavam lavouras temporárias e passaram

(15) - Em 155 imóveis pesquisados encontramos 157 assalariados temporários que eram proprietários de terra e que nela não residiam por falta de estradas.

a trabalhar como parceiros na exploração do café e principalmente do cacau⁽¹⁶⁾ pois, segundo eles, mesmo pagando 50% de renda ao proprietário da terra, o trabalho ainda saía mais bem remunerado.

Entre as diversas estratégias de sobrevivência elaboradas pelo campesinato marginalizado daquele conjunto de "favores" do Estado, incluem-se ações que se contrapõem ao desejo do Estado, conforme abaixo enumeramos:

- a) - A venda do imóvel recebido do INCRA (direito de posse) era proibida pelo Estado, porém normalmente efetuada por camponeses, via procuração "em causa própria" fornecida ao comprador, a qual não caracterizava formalmente a venda do imóvel,⁽¹⁷⁾ embora houvesse a desistência do proprietário anterior de requerer para si a sua propriedade jurídica. Com o dinheiro da venda o camponês compraria outro imóvel, normalmente em Roraima, onde a terra é menos valorizada, e por isso adquiria áreas maiores.
- b) - O assalariamento (embora temporário) implicava tornar o imóvel recebido em terras inexploradas, o que contradiz o desejo do INCRA, expresso nas exigências

(16) - Em 155 imóveis 21 usavam parceria, utilizando 36 famílias. Destas, 20 eram proprietárias de imóveis com áreas de 50 a 100 ha.

(17) - Havendo comprovação da venda do lote (juridicamente) o vendedor não teria direito à documentação de outro, por parte do INCRA.

dele para entrega da terra ao migrante, que é de ver a área explorada.

- c) - O extrativismo vegetal praticado por alguns proprietários em seus imóveis, é uma forma de uso da terra em extinção, tida como economicamente inviável na área, caracterizando desperdício da área apropriada.
- d) - A parceria era igualmente rejeitada pelo órgão colonizador, por dois motivos: Por um lado, ela significa que o parceiro deixou o seu imóvel inexplorado. Por outro lado, notadamente quando ela é praticada em imóveis que não ultrapassam o módulo rural da região, ela significa a presença de mais de uma família num único módulo rural, o que é uma situação "não prevista e formalmente proibida" pelo INCRA, pois os imóveis daquele estrato de área correspondem a um módulo rural e, como tal, eram concebidos como uma área que, "diretamente e pessoalmente explorada pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força-de-trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico (...) e eventualmente trabalhando com a ajuda de terceiros". (cf. Lopes, 1983:92-93).

Na prática, o campesinato, com suas estratégias de sobrevivência, reelaborou a política do Estado, da qual seria objeto, pois longe de aceitar a diferenciação que lhe

foi imposta,⁽¹⁸⁾ em relação aos camponeses economicamente di
nâmicos, buscou outros meios de se reproduzir. Resumindo, e
utilizando as palavras do próprio Lopes (1983, op. cit., p.91)
esta contraposição do campesinato pode ser definida como "o
transbordamento da ação da sociedade em oposição aos desejos
do Estado".

§ 3º - A Redefinição da Política de Colonização

O fim da década de 70 marcou o início de uma
"nova" política do Estado, em relação à colonização de Rondô
nia. Claro deve ficar que os pressupostos dessa mudança já
vinham sendo construídos através de toda a história da coloni
zação recente daquele Território Federal. A luta entre as
políticas do Estado, que norteavam o processo de ocupação e a
contraposta por parte do migrante, objeto da ação estatal, le
vava os idealizadores da colonização a repensar os seus pla
nos.

Nesse período (fins da década de 70), há a mu

(18) - Para nós, se considerada do ponto de vista do capital, essa dife
renciação é apenas aparente. Na realidade uma unidade produtiva
camponesa tecnificada e de culturas comerciais, e outra que explo
ra culturas alimentares e com tecnologias tradicionais, são apenas
diferentes expressões de um mesmo movimento do capital. Sob o seu
domínio as unidades produtivas são estruturadas (e se necessário
reestruturadas) à maneira que lhe parecem mais rentáveis ab seu
processo de reprodução.

dança do Governo do País e em consequência disto é substituído o Governador de Rondônia.⁽¹⁹⁾ Com o novo governador ocorrem mudanças importantes no Território. Os órgãos ali presentes, que antes agiam desarticuladamente, passaram a ter um comando único, assumindo o Governo do Território uma postura de coordenador geral das instituições públicas ali instaladas. Até a indicação dos chefes de instituições federais passou a ter a interferência do Governo local.

O INCRA, que ainda manuseava recursos e detinha poderes superiores ao governo local, passa a sintonizar-se com a direção do Território, onde, a partir de então e em última instância, concentra-se o poder de mando do Estado. Todos os órgãos ligados ao setor agrícola do Território passam a ser comandados, até com elevado grau de arbitrariedade e autoritarismo, incluindo a invasão de competências, pelo Governo local, através da Secretaria da Agricultura e CODARON.

Provavelmente ecoando a voz do Governo Federal, que elegeu como sua prioridade a agricultura, estabelece-se como uma das prioridades do recém-instalado Governo local a agricultura. Como a agricultura do Território resume-se praticamente na exploração camponesa, foi em cima desta realidade que se começou a planejar.⁽²⁰⁾

(19) - Os Governadores dos Territórios Federais são nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério do Interior.

(20) - Não estamos afirmando que o Governo local tenha voltado as costas à grande propriedade. As ações postas em prática em nome do camponato (infra-estrutura, por exemplo) valorizam sobremaneira a grande propriedade, garantindo ao proprietário rentabilidade do capital empregado na aquisição da terra, sem que ela esteja em exploração.

Nesse momento, já era conhecida a "fórmula" para consolidar a ocupação de Rondônia, pois a inclusão das culturas permanentes (café, cacau e seringueira) no modelo de exploração utilizado pelo camponês trouxe à tona os pré-requisitos necessários à sua reprodução. Restava ao Estado socializar os meios de acesso àqueles pré-requisitos de modo a atingir a totalidade do campesinato. Mais uma vez o problema encontrava como barreira a falta de recursos financeiros próprios.

Para pleitear recursos junto a instituições regionais (SUDAM, por exemplo) e ao Governo Federal, a Secretaria de Agricultura elaborou um plano de ação para Rondônia (Sistema Agrícola de Rondônia) cuja vigência prevista era de 6 anos, a contar de 1980, onde o campesinato seria majoritariamente contemplado. Os objetivos gerais constantes no aludido plano eram basicamente os seguintes: evitar a perda da produção de grãos no Território, a qual chegava a 50% da produção; apoiar e promover o sistema de produção do "pequeno produtor" que vinha ali se implantando; ordenar a ocupação das terras, expandindo as áreas destinadas às pequenas propriedades; efetivar a produção nas áreas já apropriadas, com a utilização racional das terras. (cf. Governo do Território Federal de Rondônia/SEAGRI, 1979:2).

As preocupações presentes nesse plano foram posteriormente aglutinadas (1980/81) por um programa mais amplo POLONOROESTE - que cobre parte do Estado de Mato-Grosso e a totalidade de Rondônia, concebido dentro das estratégias do III PND, para a Região. Os recursos para sua implantação são

oriundos dos Governos Federal e Territorial, contando, entre tanto, a título de empréstimo com uma contrapartida de recu sos do BIRD. O período programático cobre de 1981/1986, e consta das seguintes ações:

- "I - Reconstrução e pavimentação da Rodovia Cuiabá-Por to Velho;
- II - Construção e consolidação da rede de estradas vici nais;
- III - Implantação e consolidação de Projetos integrados de colonização e assentamento dirigido;
- IV - Execução de serviços de regularização fundiária;
- V - Apoio às atividades produtivas (pesquisa e experi mentação agrícolas, Assistência Técnica e Extensão Rural, crédito, armazenamento e comercialização), bem como expansão dos serviços sociais (educação e saúde) e melhoria na infra-estrutura de pequenas co munidades rurais; e
- VI - Preservação do sistema ecológico e apoio às comuni dades indígenas". (cf. Pereira da Silva, 1978:7-8).

No que concerne a Rondônia esse programa (excluindo os custos de asfaltamento da BR-364) tem um custo orçado em 76,6 bilhões de cruzeiros (a preços de maio de 1983) a ser aplicado num período de 6 anos, a partir de 1981. (cf. MINTER/SUDECO, 1983:48). As componentes constituintes do programa

com as quais Rondônia foi contemplada praticamente se repetem: Assistência Técnica e Extensão Rural; Pesquisa Agropecuária; Armazenamento; Educação; Saúde; Organização de Agricultores; Estradas Alimentadoras; Estradas Vicinais; Construção de Núcleos Urbanos de Apoio Rural; Colonização de Novas Áreas; Preservação do Meio Ambiente e Apoio às Comunidades Indígenas.

A distribuição desses recursos em Rondônia nos chama a atenção. Jarú possui apenas (em 1980) 3% da população do Território e aproximadamente 8,9% dos estabelecimentos agrícolas. Sua área geográfica (12.200 Km²) corresponde a 5% da área do Território, o que o coloca em 7º lugar entre os 13 municípios que integram Rondônia. Da área já apropriada, ele detém apenas 10,4%. Entretanto, dos recursos a serem aplicados naquele Estado pelo POLONOROESTE, cerca de 23% destinam-se ao município objeto do nosso estudo. (21)

Esse dado parece-nos apontar para o desejo do Estado em consolidar o campesinato, notadamente naquele município. Por outro lado, a distribuição material desses recursos em execução naquele município leva-nos a pensar ter o Estado aprendido algumas lições que lhe foram ministradas pelo campesinato, ao longo do processo de ocupação de Rondônia, e

(21) - Chegamos a esse percentual dividindo o volume de recursos destinados ao Estado (76,6 bilhões) pelo número de núcleos a ser instalados (39). De posse do custo unitário de um núcleo, calculamos o valor dos 9 destinados a Jarú. Assim, admitimos uma margem de erro (que não chegará a modificar os elementos utilizados no raciocínio) na nossa estimativa.

que se expressam na sua nova postura materializada no programa em apreço, como poderemos observar.

- a) - Os imóveis rurais distribuídos ao migrante, antes com 100 ha, agora contêm apenas 50 ha, demonstrando que a área que se destinava à colonização tornou-se insuficiente para abrigar a todos que buscavam a terra. A dimensão desse fluxo não fora prevista inicialmente pelos idealizadores da colonização.
- b) - A entrega da documentação definitiva do imóvel ao seu proprietário agora se processa quase sem burocracia e é expedida poucos meses após sua ocupação.
- c) - As estradas vicinais deverão chegar a todas as propriedades camponesas: uma das condições de manutenção do migrante na terra.
- d) - A Assistência Técnica e Extensão Rural deverá estar presente em todas as unidades produtivas, inclusive com escritórios interiorizados.⁽²²⁾
- e) - Os serviços sociais (educação e saúde) serão interiorizados, tornando possível o acesso dos camponeses aos mesmos.

(22) - Jarú tinha apenas 1 escritório da ASTER. Em 1983 já contava com mais 3 sub-unidades interiorizadas e chegará a 9 até 1986.

- f) - Os armazéns oficiais, antes localizados nas zonas urbanas distanciados das unidades produtivas e de acesso altamente burocratizado, serão agora interiorizados e dispersos de forma equidistante dos imóveis rurais. (23)
- g) - Para cada conjunto de 600 a 1.200 imóveis estão sendo construídos núcleos urbanos de apoio rural (NUAR), onde os camponeses encontram os responsáveis pelos serviços demandados, além de terem a finalidade de atuar "como centro social capaz de atender necessidades religiosas, educacionais e de recreio" (cf. ASTER-RO, 1982:29).
- h) - Merece destaque o fato de que no modelo de exploração agora planejado é "obrigado" a inclusão de pelo menos uma cultura permanente (café, cacau, seringueira) dando prova da sua importância na composição econômica da unidade produtiva. (24)

(23) - O depósito da cibrazem instalado na zona urbana praticamente não era utilizado pelo produtor. Como exemplo basta dizer que na safra 1982/3, 97% da produção de arroz do município, 94% da de milho e 100% da de feijão, cacau e borracha foram comercializados com a indústria maquinista, intermediários e atacadistas. (cf. anexo XI).

(24) - Técnicos do BIRD, citando a Organização Internacional do Café, dizem ter aquela organização limitado, em 1980, as quotas de exportação do café e recomendado a expansão do cultivo desta cultura apenas se como parte de um PDRI, pois ela prevê excesso do produto no mercado mundial no fim da década, com reflexos negativos pára os preços. Quanto ao cacau lembram que a produção mundial deverá crescer e os preços manter-se-ão baixos na presente década. Paa seringueira, acreditam eles que os incentivos aos produtores poderão ser reduzidos, à medida que as importações de borracha, feitas pelo Brasil, forem diminuindo. Enfim, parece-nos que eles apontam para o perigo de se cultivar estes produtos em forma de monocultura. Talvez estas expectativas estejam levando a que aquelas culturas sejam exploradas por camponeses, evitando assim o risco da não reprodução dos capitais que seriam investidos no cultivo daquelas lavouras.

- i) - Também agora a parceria, antes não prevista, é legitimada pelos responsáveis pelo programa, prevendo inclusive a elevação da renda dos parceiros no decorrer da implantação do citado programa.

Observa-se que a política de consolidação da ocupação daquela área agora idealizada e já em execução contempla pontos importantes reivindicados pelo campesinato.⁽²⁵⁾ Alguns dos entraves presentes nas normas da colonização e que dificultavam a reprodução do campesinato começam a sair do rol de exigências do órgão colonizador. Assim, parece-nos que o sucesso da política de colonização tem um preço. O preço da viabilização da reprodução camponesa. Ele é dimensionado não dentro dos padrões do Estado, mas das exigências daquela parte da sociedade - o campesinato. Desta maneira vê-se que a "funcionalidade" do campesinato em relação ao Capital não se processa sem contradições. Ela envolve determinados recuos da classe dominante, nas suas pretensões. No caso presente estes recuos estão expressos nas reformulações que vem fazendo o Estado na sua política de colonização.

(25) - Observe no anexo XII a relação das dificuldades encontradas pelo produtor rural em Jarú e veja que há bastante coincidência entre os pontos por eles reclamados e os por nós anteriormente enumerados (de a a i) constantes da atual política de consolidação da ocupação da área em questão.

CAPÍTULO . V

ESTRUTURA SOCIAL E REPRODUÇÃO CAMPONESA

§ 1º - Posse e Uso da Terra no Município de Jarú

Sob o domínio do capital, o simples acesso a terra deixa de ser condição suficiente para reprodução dos indivíduos. Por outro lado, nem sempre é a incorporação desse meio de produção ao processo produtivo que melhor remunera o capital imobilizado na sua aquisição. Conseqüentemente, as áreas juridicamente privatizadas passam a ter uso ou destinações diversas. A utilização que é feita das áreas já apropriadas no Jarú parece respaldar essas afirmativas.

Ali a área apropriada (590.998 ha - cf. anexo IV) está sob o domínio de empresários (10,18%) e de camponeses (89,82%). Encontra-se, pois, dividida em unidades produtivas empresariais e unidades produtivas camponesas. Como estas unidades não são homogêneas internamente, propomos a seguinte divisão:⁽¹⁾

1 - Unidades Produtivas Empresariais:

- 1.1 - Imóveis de Produção empresarial agropecuária
- 1.2 - Imóveis de extração vegetal empresarial
- 1.3 - Imóveis de especulação empresarial.

2 - Unidades Produtivas Camponesas:

- 2.1 - Imóveis de exploração agro-industrial

(1) - Admitimos certa arbitrariedade nessas divisões e em alguns casos há dificuldades na distinção entre essas unidades.

2.2 - Imóveis de explorações tradicionais

2.3 - Imóveis não cultivados.

1 - Unidades Produtivas Empresariais

As unidades produtivas empresariais caracterizam-se, em geral, por ocuparem áreas acima de 100 ha - embora haja imóveis com dimensões superiores que não se colocam nesta categoria - e por pertencerem a agentes sociais que imobilizam capitais na aquisição da terra, na busca de sua valorização.

Normalmente buscam o retorno do investimento não através da incorporação da terra ao processo produtivo, dentro da lógica empresarial convencional, mas prioritariamente esperando sua valorização com a implantação do capital social que vem fazendo o Estado na região. O asfaltamento da BR-364, por exemplo, é a obra pela qual se espera a maior valorização das terras apropriadas.

Difícilmente este tipo de unidade produtiva é o único patrimônio do seu proprietário, ou sua exploração, quando é o caso, constitui atividade principal. É comum, entre estes empresários, a afirmativa de que a terra, além de valorizar-se, dá segurança.

1.1 - Imóveis de Produção Empresarial Agropecuária

Calcula-se em 28 o número de imóveis desta categ

tegoria, no Município, corresponde a 0,41% do total de imóveis do município e a 4,3% da área apropriada. Geralmente foram adquiridos de seringalistas; do próprio INCRA;⁽²⁾ ou de pequenos proprietários assentados no projeto de colonização.⁽³⁾

Nestes imóveis encontra-se, pelo menos, uma cultura permanente (normalmente duas), quase sempre pequenas criações de bovinos, sendo que em apenas três, esta atividade é a principal, embora não seja a maior fonte de renda do proprietário, pois eles são prioritariamente comerciantes, funcionários públicos, industriais, juristas, políticos, etc.

Na estrutura fundiária, esses imóveis situam-se, na maioria, na faixa de 200 a menos de 500 ha. A mão-de-obra aí utilizada é de parceiros (nas culturas permanentes), assalariados temporários e permanentes, sendo estes últimos empregados na pecuária. Destes imóveis cerca de 40% ainda não são servidos de estradas, ou o são sazonalmente.

1.2 - Imóvel de Extração Vegetal Empresarial

Esta é a denominação que estamos dando ao único e último seringal nativo ainda existente no município. Possui uma área de 4.000 ha (0,79% da área apropriada) e locali

(2) - Burlando as normas do órgão e adquirindo vários imóveis contíguos, em nome de terceiros.

(3) - A respeito das diferentes formas de ocupação que vem se processando em Rondônia, cf. Governo do Estado de Rondônia/CEPA, 1983.

za-se em área de difícil acesso. Nele trabalham 7 seringueiros que obtêm produção mensal (total) de 1.050 quilos de látex aproximadamente. O produto é vendido ao proprietário do seringal a preços 40% abaixo do de mercado. Toda mercadoria consumida pelos seringueiros é fornecida pelo patrão com preços acrescidos de 20 a 35%.⁽⁴⁾

Apesar do proprietário do seringal não proibir, os seringueiros não exploram culturas alimentares, pois preferem utilizar toda a força de trabalho na extração do látex.

1.3 - Imóveis de Especulação Empresarial

Estima-se que atingem o número de 49, correspondendo a 0,72% do total de imóveis do município e a 5,09% da área apropriada. Na quase totalidade, possuem área acima de 200 ha. Muitos possuem parte explorada, (quase exclusivamente com mão-de-obra assalariada temporária e, em menor escala, com parceiros) embora as lavouras e pastagens não sejam bem conduzidas. Determinados estratos de área (de 500 a menos de 1.000 ha, por exemplo) apesar de apresentarem elevado índice de exploração (cf. anexo XIII) caracterizam-se pela ocupação extensiva, chegando ao ponto de possuírem um animal (bovino) para cada 4,88 ha de pastagem,⁽⁵⁾ constituindo-se a

(4) - Informações levantadas junto a compradores de borracha, na zona urbana.

(5) - A média do município é aproximadamente 1,5 animal para cada ha de pastagem. (Informação obtida junto a SEAGRI/Jaru).

mais baixa relação obtida na nossa pesquisa de campo (cf. anexo XIV).

O caráter especulativo não está presente só no fato de destinar-se a área à venda. Conforme informações de capatazes (conversamos com dois, em diferentes imóveis) aquelas áreas e respectivas explorações visam justificar "prejuízos" dos seus proprietários nos investimentos feitos no processo produtivo, a fim de obterem deduções nos valores a serem recolhidos à Receita Federal (Imposto de Renda). Embora se saiba que isto não se aplica a todos os imóveis deste categoria, não deixa de o fato ser verdadeiro.

Em pelo menos dois desses imóveis, constata-se a presença de seringueiros explorando o látex de árvores nativas, sem nada pagar ao proprietário da área, porém comprometendo-se a guardá-la contra possíveis invasores.

Chama a atenção nesta categoria, naqueles imóveis com algum tipo de exploração agropecuária, a sua inexpressividade econômica, quando comparado o volume de capital "empatado" e a produção obtida. Para justificar esta "irracionalidade" econômica, outra explicação não vemos se não a esperada valorização do imóvel, ou a "válvula de escape" que ele possa representar para o seu proprietário, na fuga ao recolhimento de encargos sociais.

2 - Unidades Produtivas Camponesas

As unidades produtivas camponesas ocupam áreas

que se situam em torno de 50 a 100 ha - embora se encontrem alguns imóveis com dimensões superiores - e são ocupados por migrantes oriundos notadamente do Centro-Sul que ali chegaram buscando a terra como sinônimo de liberdade, não humilhação, melhoria sócio-econômica, etc.

As diferenças entre as diversas subunidades que caracterizam essa unidade produtiva - se são ou não exploradas, culturas em exploração, etc. - têm origem principalmente no acesso, ou não, que tiveram esses proprietários a serviços ou estruturas como assistência técnica, crédito, estradas, armazéns e outros. Observa-se com clareza que a maior facilidade de recursos financeiros e estrada corresponde um imóvel de exploração mais sólida.

2.1 - Imóveis de Exploração Agro-Industrial

Denominação que estamos dando aos imóveis onde se cultivam cacau, café e/ou seringueira, enquanto atividade principal. Somam o número de 740 (10,9% dos imóveis e 9,8% da área apropriada). Praticamente todos foram adquiridos do INCRA (via seleção para assentamento no PIC. Pe. AR). Destes 740, 709 foram contemplados com financiamentos para plantio de café (até 1983), 645 para exploração do cacau e 97 para formação de seringais de cultivo (informações obtidas na ASTER-RO, CEPLAC e SEAGRI, em Jarú).

Nestes imóveis estão situados 57% da área de café do município, 75% da de cacau e 88% da área de seringal

de cultivo (cf. anexo VII.). A implantação dessas culturas, bem como a manutenção são efetuadas com mão-de-obra familiar, em parceria (a manutenção) e sazonalmente (na colheita) utiliza-se o assalariamento temporário.

Esses imóveis, na sua maioria, possuem áreas em torno de 100 ha, e além dessas culturas exploram pequenas áreas com lavouras temporárias (para consumo) e criam alguns bovinos de aptidão mista (carne e leite).

2.2 - Imóveis de Explorações Tradicionais

Assim denominamos todos aqueles imóveis cuja atividade principal é a exploração agrícola baseada em culturas alimentares, como o arroz, milho e feijão. Calcula-se no município um número de 4.182⁽⁶⁾ (61,43% dos imóveis e 55,4% área apropriada).⁽⁷⁾ Desse total cerca de 200 ainda não possuem estradas, o que em muito dificulta a sua exploração e conseqüente fixação do proprietário à zona rural.

Na exploração das lavouras temporárias a mão-de-obra exógena, quando utilizada, é feita à base de "trocas de serviços", sendo reduzido o assalariamento temporário.

(6) - 300 são chácaras de propriedade da Prefeitura Municipal, com áreas médias de 4 ha, ocupadas a título de posse.

(7) - Entre os 4.182, 1.380 possuem algum tipo de cultura permanente, porém de pequena representatividade na formação da renda familiar. Trata-se de pequenas áreas formadas com recursos próprios e normalmente não recebem assistência técnica. Poderíamos denominar tal exploração de "cultivos de fundo de quintal".

2.3 - Imóveis não Cultivados

Denominação que estamos dando tanto aos imóveis que se encontram em estado natural, quanto àqueles que tiveram pequenas áreas derrubadas e até exploradas, porém estando atualmente (início de 1983) sem nenhum cultivo. Somam cerca de 1.806, correspondendo assim a 26,53% dos imóveis do município e a 24,62% da área apropriada.

A não exploração desses imóveis é devida principalmente à inexistência de estradas e em segundo lugar à falta de recursos financeiros necessários ao cultivo dos mesmos, em mãos dos respectivos proprietários. Não tendo possibilidades de explorar seus imóveis, aqueles proprietários passam a trabalhar em propriedades de outrem, sob diferentes relações de trabalho. Outros vêm habitar chácaras na zona urbana ou tornam-se assalariados em indústrias madeireiras e de beneficiamento de produtos agrícolas, localizadas na sede do município.

Aproximadamente 220 dos proprietários destes imóveis (estimativa dos proprietários da usina de beneficiamento de borracha) praticam atualmente a extração do látex, notadamente em seus imóveis, obtendo produção média mensal de

150 quilos, tornando-se essa atividade bem mais rentável que a exploração de lavouras temporárias, bem como trata-se de um produto mais fácil de ser transportado a longas distâncias, numa região onde não há estradas.⁽⁸⁾

§ 2º - Tecnologia de Produção, Relações
de Trabalho e Reprodução Camponesa

Numa exploração empresarial agropecuária nem sempre o uso da tecnologia mais sofisticada implica maior rentabilidade. Também o assalariamento não se constitui, sem exceção, no melhor meio de extração de sobretrabalho. Igualmente, diferentes formas de organização da produção num mesmo espaço físico não podem ser tidas a priori, como incompatíveis, pois às vezes elas se reproduzem mutuamente.

Ademais, encontram-se, em determinadas situações concretas, formas de organização do empreendimento empresarial que fogem ao modelo clássico. Na nossa concepção, tais fa

(8) - Enquanto um saco de arroz (60 Kg) alcançou o preço médio (janeiro/novembro de 1983) de Cr\$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta cruzeiros) (cf. ASTER-RO/NIDAC, 1983), 40 quilos de borracha, no mês de novembro daquele mesmo ano, alcançava o preço de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros). Um homem chega a colher até 150 quilos de látex/mes, o que equivaleria a renda anual de 1.980.000,00 (um milhão novecentos e oitenta mil cruzeiros). Este valor equivale ao alcançado na venda da produção de cerca de 17 ha de arroz, na produtividade média de Jarú (1.500 Kg/ha) e nos preços acima referidos.

tos, longe de constituírem anomalias, expressam apenas a materialização de uma diferente estratégia de reprodução do capital, impulsionado que é pela sua lógica - o lucro.

Creemos que tais afirmativas poderão ser respaldadas nos elementos empíricos que arrolaremos no decorrer da presente exposição.

Qualquer exploração agropecuária, é claro, começa efetivamente pelo preparo do solo. Para as principais explorações presentes em Jaru - lavouras temporárias (arroz, milho e feijão); lavouras permanentes (cacau, café e seringueira); e pastagem - o preparo do solo é feito, na quase totalidade, no período de abril a setembro (cf. FIBGE/GCEA, s/d) - com pique em junho - e constitui-se de broca, derrubada e queima.

No universo de imóveis que denominamos de unidades produtivas empresariais, a broca e a derrubada são efetuadas de moto-serra, geralmente sob o regime de empreitada, via de regra utilizando-se força de trabalho de parceiros existentes naquelas unidades ou força de trabalho das unidades produtivas camponesas. Já no grupo de imóveis que constituem o que denominamos de unidades produtivas camponesas, aquelas operações são efetuadas com moto-serra em apenas 30% nos imóveis de exploração tradicional e em cerca de 70% nos de exploração agroindustrial. O restante é efetuado à base do machado e da foice. Para tanto usam além da mão-de-obra familiar, o assalariamento temporário e às vezes as denominadas trocas de serviços, com os vizinhos.

O plantio das lavouras temporárias é feito de setembro a dezembro - com pique em outubro (em abril para o caso do feijão da safra da seca)- e é efetuado de forma manual, com o auxílio da máquina tico-tico, utilizando-se na quase totalidade sementes comuns.⁽⁹⁾ No que se refere às lavouras permanentes, o plantio efetua-se de setembro a fevereiro, com pique em janeiro e novembro. A seringueira e o cacau têm sementes/mudas ou material botânico produzidos pelo Estado, ou sob a orientação técnica e fiscalização deste.

As sementes híbridas de cacau são fornecidas gratuitamente aos produtores, enquanto as mudas ou borbulhas para enxertia da seringueira são vendidas. Para a cultura do café, quando financiado com recursos bancários, a produção das mudas é normalmente feita pelo produtor, porém com sementes apropriadas e sob orientação técnica.

Os tratamentos culturais, para as lavouras temporárias, resumem-se em capinas manuais - de uma a três dependendo de ser ou não, o primeiro ano de exploração da terra - e no combate às doenças e pragas. É mais comum a presença de doenças no feijão, o que torna a cultura de baixa produtividade, não só no Jaru, mas em todo o Estado de Rondônia.

As culturas permanentes, além das capinas, desbrotas, podas, enxertia, adubação, combate às doenças e pragas,⁽¹⁰⁾ exigem maiores

(9) - Já se utilizaram bastantes sementes fiscalizadas, inclusive produzidas em Rondônia. Seu elevado preço, baixa qualidade e reduzido preço da produção no mercado, levaram os agricultores a usarem, novamente, as sementes comuns.

(10)- Ferrugem (café), vassoura-de-bruxa (cacau) o míldio sul-americano (seringueira). (cf. ASTER-RO, 1982:21).

cuidados e elevado dispêndio de mão-de-obra. O combate às doenças e pragas é feito tanto com máquinas manuais como motorizadas, dependendo da altura que já atingem as árvores. A mão-de-obra para tal, é familiar, quando se trata de explorações camponesas, ou adquirida junto a parceiros ou pequenos propretários, quando se trata de explorações empresariais. É bom ressaltar que a enxertia da seringueira utiliza bastante mão-de-obra infantil, e embora temporariamente, em cada ano abre-se mercado de trabalho para essa faixa etária - acima de 10 anos.

A colheita, em termos de lavouras temporárias, realiza-se de janeiro a abril, - no caso do feijão da seca, de julho a agosto - com pique de fevereiro a março e efetua-se manualmente, sendo comum o uso de mão-de-obra complementar nesta fase.

As lavouras permanentes são colhidas nos seguintes períodos: cacau; de abril a dezembro, com pique em agosto; café; de fevereiro a julho, com pique em abril.⁽¹¹⁾ A colheita desses produtos é feita manualmente, com elevada demanda de mão-de-obra, sendo que é normal a praticamente todo tipo de imóvel explorado o uso de mão-de-obra exôgena, nesta fase. Até mesmo os que exploram lavouras em parceria, assalariam mão-de-obra em determinados momentos da colheita.

A pecuária, enquanto atividade principal da unidade produtiva é pouco difundida em Jarú. Apenas três imóveis têm como principal exploração a bovinocultura. Neles a força de trabalho utilizada é assalariada permanente, exceto

(11) - Em Jarú, não há ainda seringal de cultivo em produção.

a destinada ao preparo do solo, formação e manutenção das pastagens. Caracterizam-se pela tendência à exploração de raças de corte, por ser extensiva e pelo baixo nível tecnológico.

Toda força de trabalho comprada pelos diversos tipos de imóveis referidos é de oferta provisória e por isso a rotatividade é bastante elevada. Os operários e parceiros aguardam somente oportunidade e/ou condições de podem explorar seus próprios lotes, pois geralmente são proprietários. Os não proprietários aguardam chamados do INCRA para receberem terra, ou para se inscreverem com esta finalidade.

Na verdade, sabe-se que nem todos que estão chegando ao município se tornarão proprietários, pois o fluxo migratório permanece, enquanto se reduzem as terras disponíveis à pequena propriedade. A redução do módulo rural de 100 para 50 ha, verificada há dois anos, bem comprova essa perspectiva, pois retrata antes de tudo a iminente escassez de terras.

Chama atenção a maneira como as poucas unidades produtivas empresariais ali existentes, e que, com diferentes finalidades, exploram a terra, arregimentam mão-de-obra para os seus empreendimentos, e as relações de trabalho⁽¹²⁾ que com ela estabelecem.

(12) - Estamos denominando de Relações de Trabalho as relações estabelecidas entre os Agentes da Produção (empresários, parceiros e assalariados, etc.), no desenvolvimento do Processo de Trabalho. É bom lembrar que as relações de trabalho expressam o nível das forças produtivas.

Sabe-se que o que move a produção empresarial ou especificamente capitalista é a busca do lucro, a taxas no mínimo dentro da média social. Por muitas razões, a reprodução do capital na agropecuária é cercada de uma série de riscos incontroláveis e/ou de controle economicamente inviável, tais como: secas, precipitações pluviométricas intensas ou fora de época, inundações, granizos, geadas, tempestades, insolação exagerada, doenças, pragas de combate ou controle desconhecidos, entre outros.

As próprias características da agropecuária - dispersão no espaço, pouca elasticidade dos ciclos das culturas, por exemplo - dificultam uma melhor divisão do trabalho e encarecem os trabalhos de direção no setor. Por esses motivos, além de outros, o capital tem - em termos de tempo e espaço - buscado diferentes formas de se reproduzir na agropecuária, resguardando-se dos prejuízos que representam esses riscos ou dos elevados custos que decorrem da maneira de se organizar aludida produção. Para tanto, repassa ou divide esses custos, com os agentes sociais envolvidos no processo produtivo, ou buscando a nível do Estado subsídios aos seus

custos de produção. Em ambos os casos, repassa tais encargos, de forma direta ou mediatizada, à sociedade.⁽¹³⁾

Uma dessas formas de reprodução tem sido materializada junto ao pequeno produtor, de tal maneira que mesmo ele possuindo a propriedade jurídica da terra, tem o seu sobretrabalho açambarcado através de diferentes estratégias, entre elas através do crédito rural, da compra e venda das mercadorias (cf. Wanderley, 1979) e até mesmo com o capital imiscuindo-se no processo produtivo, com a imposição de pacotes tecnológicos, cujo sobretrabalho transfere-se através da aquisição de máquinas e insumos nelas constantes.

Outra forma, que difere das até agora aludidas, é aquela em que o capitalista - proprietário fundiário - investe diretamente no processo produtivo, porém adotando maneiras racionais - mas não clássicas - de baratear os componentes dos custos de produção, notadamente os referentes à força de trabalho, utilizando-se de relações de trabalho alheias (e até contestadas)⁽¹⁴⁾ ao modo de produção capitalista na sua concepção clássica

(13) - É certo que há determinadas explorações que têm processo produtivo praticamente controlável, ou inscrevem-se entre as explorações praticadas por grandes monopólios, com poder de determinação dos preços no mercado. Estas são viáveis mesmo ao nível empresarial. A respeito dessas explorações e sobre a intervenção do Estado a fim de que torne algumas atividades agropecuárias economicamente viáveis, cf. Nakano, 1981:3-15 e Aidar e Perosa Júnior, 1981:17-39.

(14) - Jacob Gorender (1979:45) assim define o modo de produção capitalista: "Defino o capitalismo como modo de produção em que operários assalariados despossuídos de meios de produção e juridicamente livres, produzem mais-valia...".

sica, notadamente a parceria. (15)

Essa forma, por muitos considerada anacrônica, é presenciada na área em que efetuamos nossa pesquisa empírica e tende a se expandir, conforme observações de alguns proprietários rurais. (16)

É bom lembrar que não se aplica aqui teses como a de Antônio Cândido (1977:187), notadamente quando sugere ocorrer a parceria "de preferência nas zonas chamadas velhas, e estabelecer-se nas fases de menor prosperidade ou decadência agrícola", pois trata-se de uma área de fronteira agrícola, com agricultura em franca expansão. Por outro lado, os imóveis onde se encontra a parceria são financiados para formação de culturas permanentes - geralmente cacau, café e seringueira - cuja operação envolve volumosos recursos, além de

(15) -- Marx (1980, L 3º, vol. VI:920), assim se refere à parceria: "pode ser considerado forma transitória entre a primitiva forma de renda e a capitalista, o sistema de parceria ou repartição dos frutos da exploração no qual o agricultor (arrendatário) emprega além do trabalho próprio ou alheio, parte do capital operante..."

(16) - Verifica-se também a parceria em unidades produtivas camponesas, todavia, parece-nos não se caracterizar aí uma relação de exploração pois normalmente o parceiro é um parente ou amigo do proprietário que espera receber seu imóvel do órgão colonizador. Por sinal as condições de partilha do produto, neste caso, são bem mais favoráveis ao parceiro que no caso das unidades produtivas empresariais.

ser o cacau, no momento, a cultura mais rentável entre as exploradas na área. (17)

Ao nosso ver, o que justifica a exploração empresarial, no caso aqui tratado, através daquela relação de trabalho, são os seguintes elementos: 1) - culturas que mandam elevado volume de mão-de-obra; 2) - explorações na quase totalidade não mecanizáveis; 3) - elevado preço da mão-de-obra no mercado; 4) - riscos no processo produtivo; 5) - instabilidade nos preços destes produtos no mercado.

Para socializar os prováveis prejuízos oriundos da presença de alguns elementos impeditivos à franca reprodução do capital na agricultura, os empresários conectam-se às unidades produtivas camponesas, buscando nestas a força de trabalho demandada, sob condições favoráveis. Se por um lado,

(17) - Basta dizer que o custo de formação de 01 ha. de cacau, em junho de 1981, ficava em torno de 111,52 ORTN; o de café, em 1982, por volta de 60,28 e o de seringueira, em janeiro de 1983, em torno de 297 ORTN. Isto, pela ORTN de jan./84, daria os seguintes valores/ha: Cacau, Cr\$ 841.528,00; Café, Cr\$ 454.872,00 e seringueira.... Cr\$ 2.241.156,00. A área mínima financiada dessas lavouras é de 7 ha para café (às vezes 5) e de 10 ha para cacau e seringueira. Não sabemos se estes valores aqui citados vem acompanhando totalmente a correção das ORTN. (Informações obtidas na ASTER-RO e CEPLAC, em Jarú).

como se esperava, essa conexão visa explorar a mão-de-obra camponesa, através de parceria, empreitada e às vezes o assalariamento temporário; por outro, concorre para a reprodução das unidades produtivas camponesas. Se não fosse essa parceria (embora temporária),⁽¹⁸⁾ o assalariamento eventual, as empreitadas, muitos pequenos proprietários já haviam vendido seus imóveis.

Deve ser lembrado que essa articulação entre diferentes unidades produtivas cria vínculos e obrigações não apenas unilaterais - do camponês para com o empresário - nem coloca o campesinato sob o arbítrio dos empresários, podendo estes dispensá-los da sua unidade produtiva quando bem entenderem. Embora desorganizados (enquanto classe)⁽¹⁹⁾ eles têm elevado poder de barganha, pelo fato de possuírem - grande parte - terra e, na pior das hipóteses, parte deles poder retirar dela seu sustento, seja pela venda de madeira ou pela extração do látex.

Aqui também não se coloca como limite à empresa agrícola a falta de mão-de-obra na zona rural, pura e simplesmente. O que se coloca é o seu caráter não vendável. Se se

(18) - Entendemos que a parceria, neste caso, é uma forma de produção camponesa, porém não será analisada enquanto tal, no presente trabalho.

(19) - Dos 155 proprietários pesquisados em nosso trabalho de campo, 77 eram sócios de sindicatos. Destes apenas dois citaram como motivo para serem sócio o fato de ser o indicato um órgão de representação de classe (cf. anexo XV).

torna obrigatório o assalariamento, preferem outros setores que não o agrícola. Por isso a força de trabalho torna-se o componente mais caro da estrutura dos custos de produção. Este elevado preço leva os empresários a quase sempre desistirem da sua compra. Assim, muitos passam a preferir a parceria, pois havendo perda na produção, a parte referente ao capital variável, inerente aos prejuízos, não será contabilizada à sua empresa.

Por outro lado, como se trata de culturas cuja implantação e manutenção envolvem operações que exigem certa habilidade (enxertia, desbrota, poda), esta é uma maneira de se ter mão-de-obra em quantidade, no momento oportuno e de qualidade melhorada.

O parceiro, por sua vez, prefere mil vezes a parceria ao assalariamento, pois segundo ele tem mais liberdade e a família pode ajudá-lo na condução dos trabalhos agrícolas.

O que de fato acontece, ao nosso ver, é que no assalariamento apenas o chefe da família tem a responsabilidade de mantê-la. Por isso, é obrigado a aumentar sua jornada de trabalho, intensidade e dias trabalhados por ano. No caso da parceria, praticamente toda família participa na execução dos trabalhos e assim a renda da unidade familiar é acrescida. Para o patrão é bom negócio, pois assalariando o chefe de família ele explora um indivíduo. Com a parceria ele explora uma família. Inclusive com a parceria, a força de trabalho não assalariável, se coloca sob o seu alcance.

§ 3º - O Campesinato e a Organização do Espaço Social em Jarú

Sob o Modo de Produção Capitalista, a participação dos indivíduos na distribuição dos bens produzidos tem estreita vinculação com a forma sob a qual eles se relacionam com os meios de produção - se são proprietários ou não. (cf. entre outros, Lima, 1983:55-61). Esta vinculação é igualmente tomada como básica para divisão da sociedade em classes - detentores e não detentores de meios de produção. Por conseguinte, a forma de participação dos indivíduos na distribuição da riqueza social expressa o seu engajamento em uma determinada classe social.

Ao nível teórico, esses parâmetros de análise da estrutura social das sociedades de organização capitalista são aceitos sem maiores dificuldades. Entretanto, julgamos que, apesar de aplicáveis à análise de situações concretas, podem trazer embaraços, desde que não se tenha claro o conceito de propriedade, não expresso claramente, ou no mínimo pouco difundido na literatura Marxista. Constantemente encontram-se grupos sociais que se colocam em posições intermediárias na estrutura social, dificultando assim a percepção da sua vinculação a uma determinada classe social.

Antes de analisarmos o conceito de propriedade a que nos referimos, vamos introduzir dados empíricos do nosso campo de pesquisa. Com este procedimento traremos à tona as aparentes contradições existentes entre a realidade empírica e o instrumental teórico acima referido. Expostos os refe

renciais teórico e empírico tornar-se-á a nossa análise mais clara.

A estrutura social do Jaru, grosso modo, divide-se em três segmentos básicos. Um superior - a classe dominante - constituído por um reduzido número de industriais (beneficiadores de produtos agrícolas, industriais madeireiros e beneficiadores de borracha) por grandes comerciantes e pelos dirigentes políticos. A ambigüidade neste segmento é bastante acentuada e um agente social repete-se em várias posições em seu interior.

Os médios comerciantes, funcionários públicos (técnicos ligados ao setor agrícola, bancários, professores) e médios proprietários de terras compõem um outro segmento intermediário. Este segmento tende a confundir-se no seu limite superior com a classe efetivamente dominante, e na sua base com o segmento dominado. Por fim, há um terceiro segmento de representação numérica dominante, que compõe a parte efetivamente dominada (assalariados urbanos, reduzido número de assalariados rurais e o campesinato).

Este segmento numa visão ascendente, concebe a estrutura social de que faz parte, como constituída de "arruinados ou fracos" (os que nada têm ou têm terra e não podem explorar) "pobres", "bem de vida" e "ricos". Claro deve ficar que não há homogeneidade absoluta entre os componentes de cada segmento acima referido.

Chama atenção em Jaru o fato de que das famílias residentes no município em 1983 (9.327) cerca de 72,5 por

cento⁽²⁰⁾ (6.764) eram proprietários de meios de Produção. (21) Tamanha socialização dos meios de produção é uma situação rara, numa sociedade capitalista, pois sabe-se que a reprodução do capital pressupõe que a grande maioria da população seja despossuída daqueles meios (cf. Marx, 1981:91-93).

Partindo da constatação de que aproximadamente 98% destes meios de produção são imóveis rurais apropriados por camponeses, (com cerca de 90% da área), alguns seriam tentados a concluir ser esta uma situação característica das fases iniciais do desenvolvimento do capitalismo e que este ao predominar inverteria tal situação. Desde já adiantamos que, dentro do raciocínio por nós desenvolvido, esta tese é rejeitada, pois já afirmamos ser o Brasil uma formação social onde não existia originalmente um campesinato, e o hoje existente é uma criação do capital. Assim, aquela tese transposta da realidade Européia não se aplica ao caso Brasileiro, ou, mais especificamente, à realidade por nós estudada.

Agora, voltando ao nosso referencial teórico, co

(20) - Encontramos o número de famílias dividindo o total de habitantes (48.501 - cf. Governo do Estado de Rondônia/SEPLAN, 1981:128) pelo número médio de pessoas/família, obtido na nossa pesquisa de campo (5,2). Ressaltamos que o BIRD (cf. ASTER-RD, 1982:18) encontrou áreas de colonização do INCRA, em Rondônia, o número médio de 4,8 pessoas/família.

(21) - O número de proprietários rurais, sem dúvida, quase coincide com o número total de famílias que detêm qualquer meio de produção no município. Constitui-se exceção rara um industrial ou comerciante que não seja proprietário de terras.

locamo-nos frente a duas questões: 1) - como se processa a reprodução capitalista numa situação onde os detentores dos meios de produção são maioria, quando já afirmamos vincular-se a distribuição dos bens produzidos à relação dos agentes sociais, com aqueles meios; 2) - onde se coloca o camponato, enquanto proprietário de meios de produção, na estrutura social.

Para resolver a primeira questão, torna-se necessário retornarmos ao conceito de propriedade formal (jurídica ou nominal) e propriedade real (ou posse efetiva). Já vimos que sob o Modo de Produção Capitalista a propriedade camponesa tipo clássico transforma-se juridicamente em propriedade privada e economicamente em equivalente de capital - portanto desaparece na sua essência -. A terra agora tem um preço, cujo referencial é a sua renda (renda fundiária capitalista). A apropriação desta renda caracteriza o real proprietário daquele "capital" - a terra. Aliás, como expressa Marx, não só no Modo de Produção Capitalista, mas em qualquer sociedade onde tenha existido a renda fundiária ela apresenta algo em comum: "o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária..." (cf. Marx, s/d, L. 3º Vol.VI:727).

Assim, o indivíduo é um proprietário capitalista não por possuir a propriedade jurídica de um "capital" - a terra, mas por se apropriar da expressão econômica desse "capital" - a renda fundiária capitalista. Desta maneira, ser camponês (numa definição simplista) é não se apropriar da ren

da que produz na sua propriedade fundiária. Neste caso, ele é um proprietário apenas formal de meios de produção, cuja expressão econômica é apropriada pelo capital. Isto posto, entende-se como o capital pode-se reproduzir em circunstâncias onde os meios de produção estão dispersos (embora de forma i lusória) em mãos da maior parte de uma população. (22)

A segunda questão - onde se coloca o campesinato na estrutura social - praticamente deriva da primeira. Entretanto, por não incluírem nas suas análises os conceitos de "propriedade formal e real", alguns estudiosos da questão a grária são tentados a analisar o campesinato como proletários ou capitalistas agrários. Na verdade, parece-nos não se colocar o campesinato em nenhuma destas categorias, especificamente, pelos seguintes motivos:

- 1) - difere do proletariado, por exemplo, por ser o com prador dos meios de produção que utiliza (terra e instrumentos de trabalho) e por vender no mercado não a sua força de trabalho enquanto energia mate rializável, mas já materializada em produtos agrí colas. Por outro lado, vai nestes produtos a força de trabalho familiar e não a de um indivíduo, como

(22) - Harnecker (1983:157-158) usa a expressão propriedade como apropria ção jurídica, e posse efetiva, como propriedade real. Segundo esta autora, faz-se confusão com estas expressões, baseando-se no pró prio Capital, pois Marx analisa o Modo de Produção Capitalista ' ainda quando pré-monopolista, período em que havia coincidência en tre propriedade e posse efetiva dos meios de produção.

no caso do proletário;

- 2) - diferencia-se do capitalista agrário porque, ao contrário deste a sua exploração não tem como limite uma determinada taxa de lucro e nem se utiliza da propriedade dos meios de produção com a finalidade de extorquir sobretrabalho;
- 3) - dentro do modelo da moderna sociedade, construído por Marx, resta outra classe (parte da classe dominante) onde supostamente se poderia colocar o cam_{pe}sinato, enquanto proprietário, numa dada estrutura social - a de proprietário fundiário. Isto seria falso, pois não se trata de uma classe ociosa que vive de renda fundiária, mas sim do seu trabalho, do trabalho familiar.

Assim, caminhamos em busca da afirmativa de que não é por ter a posse formal de meios de produção que um indivíduo pertence à classe dominante. Igualmente, a ausência dessa propriedade formal não nega que determinado agente social deixe de pertencer a esta classe.

Parece-nos que a oposição classe dominante/classe dominada; exploradores/explorados é mais completa, tendo, portanto, mais conteúdo que a oposição capitalista/proletário. As denominações anteriores abrangem as diferenças existentes no interior das duas classes antagônicas, pois sabe-se que nem a classe dominante, nem a dominada são homogêneas internamente.

A partir daí, entendemos a composição da estrutu
ra social em apreço como constituída pela classe dominante e
dominada e nesta última colocamos o campesinato.

Agora há que se entender que quando falamos que
a distribuição dos bens produzidos pela sociedade vincula-se
à relação dos indivíduos com os meios de produção - se pro
prietários, ou não - estamos nos referindo à propriedade real.
Melhor será entender a classe como definida não pela proprie
dade, ou não, de meios de produção, mas (embora não exclusiva
mente) "pela forma como os indivíduos participam da distribui
ção da riqueza social produzida" (cf. Lima, op. cit.,66). Cl
aro deve ficar que, em última instância, a distribuição diz res
peito à relação dos indivíduos com a propriedade.

C O N C L U S Õ E S

Procuramos, no presente trabalho, analisar alguns elementos que articulados viabilizam a reprodução da produção camponesa nas formações sociais de organização capitalista. Como base empírica utilizamos dados coletados no município de Jarú, o qual constitui a área onde realizamos o nosso "estudo de caso". Ali a história da reprodução camponesa confunde-se com o processo de ocupação da área e sua integração à economia nacional. Este processo move-se sob a égide do Estado e resistência da sociedade, que levou o Poder Público algumas vezes a refazer sua política de intervenção naquela realidade.

Temos certeza de que se, com tal método de pesquisa, perdemos em abrangência - o que não está comprovado, em virtude da acentuada homogeneidade da região onde se localiza o município - certamente ganhamos em profundidade.

A pesquisa realizada respondeu satisfatoriamente às nossas expectativas. Como se pode constatar, trabalhamos uma realidade empírica inscrita, somente em parte, no âmbito da produção teórica, sobre o tema. Esta realidade contém elementos específicos, de generalizações possíveis, que nos permitem chegar a conclusões sólidas.

Ao nível da discussão teórica, procuramos - no que diz respeito ao entendimento do campesinato estudado - a dotar um raciocínio que afastasse da nossa análise a concepção que enfoca o campesinato como categoria a-histórica, atribu

indo conteúdos idênticos ao camponês clássico - feudal ou da fase de transição - e ao contemporâneo. Assim agimos por entender que aquela concepção deixa de levar em conta elementos qualitativamente essenciais para o entendimento das diferenças existentes entre ambos, como formas de propriedade presentes num e noutro momento - co-propriedade e propriedade privada da terra; o significado da terra - bem natural e mercadoria; e sua expressão econômica - renda não capitalista e renda capitalista da terra.

A partir daí, foi-nos possível conceber as semelhanças (embora formais) entre o camponês clássico e o atual - por exemplo a posse dos meios de produção e formas de organização do processo produtivo - mas, sobretudo, as diferenças, sendo a principal a não autonomia do campesinato atual em relação ao mundo das mercadorias, ou melhor, a dependência da sua reprodução em relação ao capital. Desta maneira, torna-se plenamente aceitável a insinuação marxista de que o campesinato - como descrito na gênese do Modo de Produção Capitalista - é incompatível com a sociedade burguesa.

Entretanto, se é verdade que o campesinato clássico extingue-se com a presença da sociedade burguesa, igualmente o é que esta, em determinados momentos e locais, cria o seu próprio campesinato, e o faz não como um elemento estranho ao modo capitalista de produção, mas como parte dele, produto do movimento de reprodução do capital. O exemplo brasileiro parece-nos bem respaldar esta afirmativa.

Entendemos que a economia do Brasil nasceu sob

a égide do modo de produção capitalista e sobre um espaço onde não existia, como na Europa, um campesinato. O campesinato brasileiro nasceu do modo de produção capitalista, das suas contradições, das peculiaridades que lhe apresenta a agricultura enquanto campo de sua valorização. Entendemos que a estrutura produtiva presente, por exemplo, no início da colonização brasileira (a grande propriedade, a monocultura e mão-de-obra escrava) e a atual (grandes e pequenas propriedades, capitalistas que são proprietários fundiários e vice-versa, a policultura, o proletário, parceiros e arrendatários), são ao nosso ver diferentes estratégias presentes no tempo e no espaço, e até coesas, do capital se imiscuir na agricultura, tornando-a espaço de sua reprodução.

Vimos como o Estado brasileiro (histórica e espacialmente) tem patrocinado essas diferentes formas de reprodução do capital na agricultura. Num primeiro momento, instituindo ou legitimando, a grande propriedade rural, bem como viabilizando a sua realização econômica. Depois, sem renunciar à postura anterior, tentando através de subsídios, transformar os latifúndios em empresas modernas, e de aptidão voltada principalmente à produção de bens exportáveis. Essas "duas" linhas de ação, que nas últimas décadas têm coexistido são responsáveis por uma constante expropriação do campesinato, o qual se interioriza nas áreas de terras devolutas, recriando-se enquanto tal, em regiões econômica e populacionalmente rarefeitas. A existência de grandes áreas devolutas, notadamente no Norte e Centro-Oeste do País, tem permiti

do essa recriação.

Nas duas últimas décadas, o próprio Estado vem tentando disciplinar a redistribuição dessa população estruturalmente excedentes nas áreas economicamente saturadas, assentando-a em espaços vazios, notadamente na Amazônia, tentando assim soluções interregionais para os problemas que a floram em cada uma.

No caso específico da colonização de Rondônia, vimos que o Estado pretende, com objetivos políticos e econômicos, redistribuir uma população expropriada por força do seu próprio apoio à grande empresa rural no Centro-Sul, como bem prova a procedência dos migrantes ali assentados. Observamos, por outro lado, que essa colonização constitui-se uma forma de ocupação "planejada" da área, a qual cria os pré-requisitos à atuação do capital comercial, financeiro e industrial, integrando a região à economia do País via produção camponesa, objetivo inviável com a exploração comercial.

É bom lembrar que não condicionamos a reprodução camponesa à existência de terras devolutas, embora estas possa facilitar. Rejeitamos tal hipótese, tendo como base tanto constatações empíricas presentes no nosso campo de pesquisa, quanto exemplos já historicamente consolidados noutras regiões ou países. Basta que lembremos da representatividade do campesinato na produção agrícola de Países Europeus - França, por exemplo - ou do caso Norte Americano. Mesmo no Brasil, há presença do campesinato em áreas já densamente ocupadas. Ali (Centro-Sul, por exemplo), encontra-se em expan

são uma forma de produção camponesa articulada horizontalmente à agro-indústria.

Há, com certeza, elementos explicativos da reprodução camponesa que podem ser universalizados, porém em cada formação social e em cada momento histórico, os elementos de reprodução daquela forma de produção normalmente diferem, sendo portanto precipitadas as universalizações de teorias constituídas a partir de realidades bem localizadas, histórica e espacialmente.

Em tese, vimos que a reprodução camponesa pode ser explicada pelo espaço que obrigatoriamente lhe é aberto pela produção empresarial, em determinados locais, na exploração de alguns produtos e em certas circunstâncias. As razões para isto encontram-se na menor taxa de lucro que obtém o capital, quando aplicado em determinadas atividades do setor agrícola. Explica-se este fato, entre outras razões, pelo não controle dos elementos naturais presentes no processo produtivo; dificuldades para uma ideal divisão do trabalho, a exemplo da indústria, no setor agrícola; dificuldades de modernização do processo produtivo; e o não controle político sobre o estabelecimento dos preços de mercado para as mercadorias produzidas.

No caso particular estudado, como enfocamos, vários elementos podem ser acrescidos aos acima enumerados e que quase sempre guardam interdependência. Entre eles poderíamos citar:

- 1) - dimensão dos imóveis rurais apropriados pelo campesinato (50 a 100 ha) que permite geralmente o aproveitamento da totalidade da mão-de-obra familiar ' na unidade produtiva;
- 2) - a relativa facilidade de acesso à terra, o que escaseia e encarece este fator (mão-de-obra) no mercado, dificultando a rentabilidade do empreendimento empresarial. Como se sabe, tendo o camponês facilidade de acesso a terra não coloca facilmente sua força de trabalho à venda;⁽¹⁾
- 3) - as culturas comerciais ali em exploração (café, cacau e seringueira) têm elevados custos de produção e grandes riscos no processo produtivo (doenças, pragas, fogo) ocasionando a evasão do produtor empresário;
- 4) - Há dificuldades técnicas de mecanização da área e inviabilidade técnica e econômica de mecanização da maioria das operações que envolvem o cultivo daquelas lavouras, impossibililitando ao empresário a substituição ou redução do emprego do capital variável em favor do capital constante;

(1) - Há bastante relação entre a existência de terras devolutas e escasez ou encarecimento da mão-de-obra. Esta tese é confirmada por alguns autores, em análise de realidades bem distanciadas da presente. (cf. por exemplo, Marx, 1980:883-894; Mandel, 1978:36-38 e Graziano da Silva, 1981:59).

- 5) - a ausência de incentivos fiscais a grandes empresas rurais (ao contrário do Pará, por exemplo) pelo fato da não privatização da propriedade da terra, até pouco tempo, pelo fato de se tratar de um Território Federal cujas terras pertencem à União e como tal não alienáveis a grupos empresariais pelo governo local;
- 6) - a conveniência por parte de uma fração da classe ' dominante de manter a produção camponesa, por representar este tipo de exploração, naquela localidade e nas condições dadas, papel importante na reprodução dos capitais que se reproduzem via articulação com aquelas explorações.

Observamos, por outro lado, que a reprodução da produção camponesa não se vincula apenas à propriedade da terra, mas também a outros elementos tais como: o interrelacionamento entre diferentes agentes sociais, políticos e econômicos, que, como vimos, tem relevante papel na reprodução daquela forma de produção.

Por outro lado, é bom insistir, a reprodução camponesa, o espaço ocupado pelo campesinato, não é algo estranho ao capital, não se trata de uma atividade que lhe é alheia ou de existência estanque. Produção empresarial e camponesa constituem num mesmo universo, são diferentes expressões de uma mesma e única realidade.

Por fim, não devemos entender que ao sustentarmos a reprodução da produção camponesa estamos afirmando o fim da proletarização no campo. Negamos sim a necessidade de proletarização da totalidade da força de trabalho, como expresso no modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo, a fim de que seja viável a reprodução capitalista. Estamos negando, quando assim nos referimos, a falsa idéia da incompatibilidade do camponês contemporâneo com a capitalização da agropecuária.

A N E X O S

MÃO-DE-OBRA UTILIZADA EM EXPLORAÇÕES PRÓPRIAS

Ano Agrícola 1982/3

Imóveis Pesquisados

MÃO-DE-OBRA - %

ESTRATO DE ÁREA	Nº INF.	FAMILIAR	A S S A L A R I A D A		T O T A L
			TEMPORÁRIA	PERMANENTE	
- de 20	02	100,00	-	-	100,0
20 50	01	100,00	-	-	100,0
50 100	36	80,56	12,67	6,77	100,0
100 200	99	76,73	18,66	4,61	100,0
200 500	08	81,62	16,12	2,26	100,0
500 1.000	02	-	68,18	31,82	100,0
1.000 2.000	03	34,43	23,15	42,42	100,0
2.000 5.000	03	-	63,26	36,74	100,0
+ 5.000	01	-	27,77	72,23	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

F O R M U L Á R I O

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL E RESPECTIVO PROPRIETÁRIO

01. Município: _____
02. Nome do Proprietário: _____
Naturalidade: _____
03. Estado Civil: _____ Nº de Dependentes: ___ M ___ F ___
04. Localização do Imóvel: _____
05. Área do primeiro imóvel que possuiu em Rondônia: _____ ha
06. Área que possui atualmente em Rondônia: _____ ha.
Em quantos lotes ? _____ Quantos são contíguos ? _____

07. Aproveitamento do Imóvel: (se possuir mais de 01 (um) citar o somatório das áreas exploradas).

Ocupação/Área	REND.	PRÓPRIA		PARCERIA		ARRENDAMENTO		T O T A L
	Kg/ha	PROD(T)	A VP	PROD(T)	B VP	PROD(T)	C VP	A+B+C VP
7.1.Seringueira	___ ha							
7.2.Café	___ ha							
7.3.Cacau	___ ha							
7.4.Arroz	___ ha							
7.5.Milho	___ ha							
7.6.Feijão	___ ha							
7.7.Mandioca	___ ha							
7.8.Pastagens	___ ha							
7.9.Outros	___ ha							
7.10.Sub-total	___ ha							a
7.11.Capoeira	___ ha							
7.12.Mata	___ ha							
7.13.Inaproveitável	___ ha							
7.14.Sub-total	___ ha							b
7.15.TOTAL			a		b		c	d=(a+b)

VP = Valor da Produção

08. Rebanho: L (); C (); M (). Bovino Nº _____ Suínos Nº _____
 Caprino Nº _____ Ovino Nº _____

09. Taxa de descarte: Bovino _____ % Suíno _____ % Caprino _____ % e
 Ovino _____ %.

10. Valor dos descartes: Bovino Cr\$ _____
 Suíno Cr\$ _____
 Caprino Cr\$ _____
 Ovino Cr\$ _____

10.1 - Valor total dos descartes Cr\$ _____

10.2 - Total de 10.1 + 7.15(d) = Cr\$ _____

11. Usa mão-de-obra assalariada permanente ?

Sim () Não (). Quantos H/D ano ? _____

12. Usa mão-de-obra assalariada temporária ?

Sim () Não (). Quantos H/D ano ? _____

13. Qual o período que usa mais trabalho assalariado Temporário ?

De _____ a _____, num total de _____ H/D.

14. Qual o período que usa menos trabalho assalariado temporário ?

De _____ a _____, num total de _____ H/D.

15. Quais as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores assalariados ?

Tarefas	Total H/D	Assal. Perm.	Assal. Temp.	% AP.	% AT.
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____

16. Há membros da família que se assalariam em outras propriedades ?

Sim () Não ()

na cidade (s) (n); noutros locais (s) (n).

17. Quantos H/D de trabalho a família presta no ano sob a forma de assala-
riamento ? _____ H/D. Valor Unitário H/D.

Cr\$ _____ valor total Cr\$ _____.

18. Qual o motivo do assalariamento de membros da família ?

19. Uso de mão-de-obra familiar: 19.1 - menores H/D ano _____

19.2 - F.adulto H/D ano _____

19.3 - M.adulto H/D ano _____

Total _____

20. A mão-de-obra assalariada reside: Permanente Temporária

	(s) % (n) %	(s) % (n) %
na cidade	() _____ () _____	() _____ () _____
no imóvel	() _____ () _____	() _____ () _____
Noutros Imóveis:	() _____ () _____	() _____ () _____
a. próprio	() _____ () _____	() _____ () _____
d. de outrem	() _____ () _____	() _____ () _____

25. Trabalho desenvolvido anteriormente (na residência de origem): se na agricultura era: Proprietário de terra ?

Área _____, parceiro _____ arrendatário _____ assalariado agrícola _____
outros trabalhos : _____.

26. O imóvel que possuía antes de migrar foi vendido ?

Sim () Não (), por que ? _____

Valor da venda Cr\$ _____ ano _____.

27. Era sócio de cooperativa, antes de vir para Rondônia ?

Sim () Não (), por que ? _____

De sindicatos ? Sim () Não (), por que ? _____

28. Em Rondônia é sócio de cooperativa ? Sim () Não (), por que ?

De sindicatos ? Sim () Não (), por que ? _____

29. Pertence a algum grupo de produtores ?

Sim () Não (), por que ? _____

30. Máquinas e implementos agrícolas existentes no imóvel (de propriedade do dono da terra).

Máquinas e implementos

Valor atual Cr\$

TOTAL Cr\$

31. Recebe Assistência Técnica ?

Sim () Não (), por que ? _____

Em caso positivo de que órgão ? _____

32. Insumos utilizados:

Insumos	Culturas	Quantidade Kg.	Valor Cr\$
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
Total			

33. Como soube da existência de Rondônia, como local para morar ?

34. Como pagou suas despesas de mudança para Rondônia ?

35. Depois de casado (ou chefe de família) já se mudou quantas vezes ? ____

Destas, quantas em Rondônia ? _____ Locais onde já residiu (de
pois que é chefe de família ?) _____

36. Está satisfeito em Rondônia ?

Sim () Não (), por que ? _____

37. Gostaria de voltar para sua terra ?

Sim () Não (). Tem vontade de migrar para outro Estado ?

Sim () Não (), por que ? _____

38. Recebe orientação de alguém quando tem problemas tais como: doença, negócios em bancos, venda da produção, invasões de terras ?

Sim () Não (), de quem ? _____

39. Teve informações suficientes para bem escolher seus candidatos nas últimas eleições ?

Sim () Não (). Está satisfeito com a escolha que fez ?

Sim () Não ().

40. Para uso do técnico: Qual o total da renda bruta do imóvel no ano a grícola 1982/83 ? Cr\$ _____.

J A R U

FAMÍLIAS ASSENTADAS PELO INCRA *

A N O	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	%
1973	1.134	17,80
1974	06	0,09
1975	07	0,11
1976	10	0,16
1977	26	0,40
1978	1.064	16,71
1979	43	0,67
1980	2.099	33,00
1981	700	10,99
1982	1.169	18,35
1983	110	1,72
T O T A L	6.368	100,00

FONTE: INCRA

* A denominação "famílias assentadas" é usada pelo INCRA, porém o termo correto seria "lotes distribuídos", pois nem todas as famílias residem no imóvel.

J A R U
ESTRUTURA FUNDIÁRIA

1 9 8 3

DADOS OFICIAIS						DADOS CORRIGIDOS				
ESTRATO DE ÁREA	Nº IMÓVEIS	ÁREA ha	% IMÓVEIS	% ÁREA	Nº PROPRIET.	Nº IMÓVEIS	ÁREA ha	% IMÓVEIS	% ÁREA	Nº PROPRIET.
- de 20	02	20	0,03	-	02	302	1.220	4,43	0,20	272
20 50	10	200	0,16	0,30	10	10	200	0,15	0,03	10
50 100	2.245	112.250	35,19	19,30	2.245	2.245	112.250	33,00	19,00	2.245
100 200	4.095	409.500	64,20	70,12	4.095	4.171	417.100	61,28	70,59	4.167
200 500	14	2.800	0,21	0,48	14	34	8.000	0,50	1,35	26
500 1.000	05	2.500	0,08	0,43	05	23	12.600	0,33	2,13	23
1.000 2.000	-	-	-	-	-	10	10.000	0,15	1,69	10
2.000 5.000	05	10.000	0,08	1,71	05	10	24.000	0,15	4,06	10
+ 5.000	03	44.600	0,05	7,66	03	01	5.628	0,01	0,95	01
T O T A L	6.379	581.870	100,00	100,00	6.379	6.806	590.998	100,00	100,00	6.764

FONTE: INCRA e Pesquisa de Campo

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

JULHO / 1 9 8 2

DESTINAÇÃO DAS ÁREAS	ÁREA DESTINADA (ha)	% DA ÁREA DO ESTADO
. Colonização	2.724.624,3097	11,22
. Reserva Indígena	2.019.041,3444	8,31
. Reserva Florestal	2.164.650,0000	8,91
. Concorrência Pública	1.741.163,9399	7,17
. Regularização Fundiária	9.617.305,7263	39,54
. Áreas Urbanas e de Pretensões Públicas	95.696,5977	0,40
. Em Estudo e a Discriminar	5.941.918,0820	24,45
T O T A L	24.304.400,0000	100,00

FONTE: Ministério da Agricultura/INCRA-CEER

RONDÔNIA
ESTRUTURA FUNDIÁRIA
1 9 8 0

ESTRATO DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS (Nº)	ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (%)
- de 20	15.425	92.531	31,16	1,62
20 — 50	4.490	145.070	9,06	2,56
50 — 100	12.787	977.366	25,82	17,18
100 — 200 *	14.374	1.505.105	29,02	26,46
200 — 500	1.592	420.414	3,22	7,39
500 — 1.000	276	173.712	0,55	3,06
1.000 — 2.000	154	216.131	0,32	3,80
2.000 — 5.000	364	790.033	0,73	13,88
+ 5.000	55	1.367.907	0,12	24,05
T O T A L	49.517	5.688.269	100,00	100,00

FONTE: FIBGE: 1982

* Na quase totalidade a área chega até 100 ha.

VARIAÇÃO DA ÁREA APROPRIADA
PROPRIETÁRIOS PESQUISADOS

ESTRATO DE ÁREA	INF. Nº	ÁREA INICIAL ⁽¹⁾ (ha)	ÁREA ATUAL ⁽²⁾ (ha)	VARIAÇÃO (⁺ / ₋) ha	VARIAÇÃO %
- de 20	01	12	12	0	0
20 50	02	70	145	75	107
50 100	43	3.159	3.858	699	22
100 200	98	10.066	10.760	694	07
200 500	03	600	8.336	7.736	1.289
500 1.000	04	2.054	5.201	3.147	153
1.000 2.000	01	1.017	1.017	0	0
2.000 5.000	02	4.750	4.000	- 750	- 16
+ 5.000	01	354.000 *	4.500	- 349.500	- 98,8
T O T A L	155	375.728	37.829	- 337.899	- 90,0

FONTE: Pesquisa de Campo

* Posse antiga da família Catanhede.

(1) A primeira área possuída em Rondônia (os anos de aquisição da 1.^a área são vários).

(2) A área que os mesmos informantes - veja nota 1 acima - possuíam em 1983.

UTILIZAÇÃO DA ÁREA
IMÓVEIS PESQUISADOS

ESTRATO ÁREA	INF. Nº	CAPOEIRA	CULTURAS EXPLORADAS								T O T A
			SERINGUEIRA	CAFÉ	CACAU	ARROZ	MILHO	FELJÃO	MANDIOCA	PASTAGEM	
ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha
- de 20	02	07	-	-	-	04	01	01	-	-	06
20 — 50	01	05	-	-	-	08	01	-	-	02	11
50 — 100	36	123	55	93	72	110	97	48	10	288	773
100 — 200	99	459	200	324	420	290	234	116	16	1.524	3.124
200 — 500	08	39	16	12	70	44	31	35	-	305	513
500 — 1.000	02	-	38	-	115	-	-	03	-	215	371
1.000 — 2.000	03	40	38	-	175	03	05	03	06	595	825
2.000 — 5.000	03	40	-	12	140	-	-	-	-	1.826	1.978
+ 5.000	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	484
TOTAL	155	713	347	441	992	459	369	206	32	5.239	8.798
% área derrubada/ área ocupada com:		8,0	3,9	5,0	11,2	5,2	4,2	2,3	0,2	60,0	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo.

J A R U
CULTURAS PERMANENTES
 ÁREA FINANCIADA, ÁREA TOTAL E Nº DE MUTUÁRIOS

ESTRATO DE ÁREA	CULTURAS FINANCIADAS/Nº DE BENEFICIÁRIOS					
	Café BENEFICIÁRIOS		Cacau BENEFICIÁRIOS		Seringueira BENEFICIÁRIOS	
		ha		ha		ha
- de 20						
20 50						
50 100						
100 200	709	4.302	645	6.664	97	970
200 500					01	10
500 1.000			13	650	03	126
1.000 2.000						
2.000 5.000			02	290		
+ 5.000						
TOTAL FINANCIADO	709	4.302	660	7.604	101	1.106
TOTAL DO MUNICÍPIO	-	7.600	-	8.842	-	1.106

FONTE: CEPLAC/ASTER-RO/SEAGRI

PÚBLICO PESQUISADO - NATURALIDADE E PROCEDÊNCIA

R E G I Õ E S	NATURALIDADE			PROCEDÊNCIA							
	Nº	%	ESTADOS	Nº	%	REGIÕES	Nº	%	ESTADOS	Nº	%
- Norte	-	-	-	-	-	N	01	0,6	RR	01	0,6
- Nordeste	34	21,7	AL	03	2,0	NE	13	8,4	-	-	-
			BA	12	7,7				BA	07	4,5
			PE	05	3,2				PE	01	0,6
			CE	08	5,0				CE	04	2,6
			PB	01	0,6				-	-	-
			MA	01	0,6				MA	01	0,6
			RN	01	0,6				-	-	-
			SE	03	2,0				-	-	-
- Centro-Oeste	06	3,8	MT	01	0,6	C.OESTE	45	29,0	MT	40*	25,8
			MS	-	-				MS	01	0,6
			GO	05	3,2				GO	04	2,6
- Sul	26	17,2	PR	18	12,0	SUL	55	35,5	PR	55	35,5
			SC	05	3,2				SC	-	-
			RS	03	2,0				RS	-	-
- Sudeste	89	57,3	MG	58	37,4	SUDESTE	41	26,5	MG	28	18,2
			ES	13	8,3				ES	08	5,2
			SP	17	11,0				SP	04	2,6
			RJ	01	0,6				RJ	01	0,6
T O T A L	155	100,0	-	155	100,0	-	155	100,0	-	155	100,0

* Um é natural de RO, então MT

FONTE: Pesquisa de Campo.

PÚBLICO PESQUISADO
DADOS SOBRE O Nº DE MIGRAÇÕES

Nº DE MIGRANTES	%	Nº DE MIGRAÇÕES
41	26,7	01
38	24,7	02
31	20,1	03
10	6,6	04
10	6,6	05
06	3,9	06
03	2,0	07
05	3,2	08
01	0,6	10
01	0,6	11
01	0,6	12
01	0,6	16
01	0,6	18
03	2,0	20
01	0,6	25
01	0,6	30
154 ⁽¹⁾	100,0	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

(1) Deixamos de incluir um, por ser natural de RO, então MT.

PESQUISADOS QUE POSSUÍAM TERRA NA REGIÃO DE ORIGEM

ESTRATO DE ÁREA (ha)	Nº DE PROPRIETÁRIOS	%	ÁREA MÉDIA	FORMAS DE ACESSO À TERRA			
				EXCLUSIVAMENTE PROPRIETÁRIOS	PROPRIETÁRIOS e ARRENDATÁRIOS	PROPRIETÁRIOS e PARCEIROS	PROPRIETÁRIOS E OUTROS
- de 20	42	64,6	8,0	25	03	11	03
20 50	17	26,1	29,0	16	-	-	01
50 100	-	-	-	-	-	-	-
100 200	04	6,1	131,3	04	-	-	-
200 500	01	1,6	320	01	-	-	-
500 1.000	-	-	-	-	-	-	-
1.000 2.000	-	-	-	-	-	-	-
2.000 5.000	-	-	-	-	-	-	-
+ 5.000	01*	1,6	354.000	01	-	-	-
T O T A L	65	100,0	-	47	03	11	04

* É natural de Rondônia

FONTE: Pesquisa de Campo.

J A R U

AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Safrá 1982/83

PRODUTOS	PRODUÇÃO (T)	IND. MAQ.	INTERMEDIÁRIOS	ATACADISTAS	COOPERATIVAS	C.F.P.	T O T A L
Arroz	13.500	49%	30%	18%	-	3%	100
Milho	11.250	-	64%	30%	-	6%	100
Feijão	1.026	-	70%	30%	-	-	100
Café	9.120	55%	20%	25%	-	-	100
Cacau	5.200	-	40%	60%	-	-	100
Borracha	1.252	50%	50%	-	-	-	100

FONTE: IBGE, SEAGRI/JARU e Pesquisa de Campo.

DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS

PÚBLICO PESQUISADO

DIFICULDADES	Nº DE INFORMANTES	%
. Baixos preços dos produtos agrícolas	79	51
. Falta de recursos financeiros	33	21
. Altos preços dos produtos não agrícolas	26	17
. Juros bancários elevados	12	08
. Atrazo na liberação dos juros bancários	11	07
. Elevado preço da mão-de-obra	11	07
. Estradas com trânsito prejudicado	23	15
. Falta de estradas vicinais	12	08
. Distâncias das agências bancárias	03	02
. Doenças na família	19	12
. Doenças na lavoura	08	05
. Clima desagrável - chuva, calor, etc.	08	05
. Árvores difíceis de corte	03	02
. Terras não mecanizáveis	03	02
. Adotar a tecnologia recomendada	03	02
. Falta de documentação da terra	08	05

FONTE: Pesquisa de Campo.

173.

ÁREA APROPRIADA/ÁREA EXPLORADA

1 9 8 3

IMÓVEIS PESQUISADOS

ESTRATO DE ÁREA (ha)	INF. Nº	ÁREA APROPRIADA (ha)	ÁREA EXPLORADA (ha)	RELAÇÃO ÁREA EXPLORADA/ ÁREA APROPRIADA
- de 20	02	20	06	30,0
20 50	01	45	11	24,0
50 100	36	2.670	773	28,9
100 200	99	10.584	3.124	29,5
200 500	08	1.764	513	29,0
500 1.000	02	1.001	371	37,0
1.000 2.000	03	4.217	825	19,5
2.000 5.000	03	9,500	1.978	20,8
+ 5.000	01	8.028	484	6,0
T O T A L	155	37.829	8.085	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

RELAÇÃO ÁREA EXPLORADA/ÁREA DE PASTAGEM E ANIMAL/ha DE PASTAGEM

IMÓVEIS PESQUISADOS

1 9 8 3

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ESTRATO DE ÁREA (ha)	Nº INF.	ÁREA EXPLORADA (ha)	ÁREA PASTAGEM(ha)	(4):(3).100 % de PASTAGEM	ÁREA C/PASTAGEM S/Gado (ha)	REBANHO/ Cab.	ÁREA DE PASTAGEM C/Gado	RELAÇÃO Cab./ha $\frac{7}{8}$
- de 20	02	06	-	-	-	-	-	-
00 50	01	11	02	18	02	-	-	-
00 100	36	773	288	37	78	207	210	0,98
00 200	99	3.124	1.524	48	155	1.251	1.369	0,91
00 500	08	513	305	59	20	229	285	0,80
00 1.000	02	371	215	57	-	44	215	0,20
.000 2.000	03	825	595	72	-	437	595	0,73
.000 5.000	03	1.978	1.826	92	-	1.921	1.826	1,05
+ 5.000	01	484	484	100	-	300	484	0,61
O T A L	155	8.085	5.239	-	255	4.389	4.984	0,88

ONTE: Pesquisa de Campo.

ASSOCIATIVISMO
PÚBLICO PESQUISADO

Estrato de Área (ha)	Nº	F o r m a l				Informal
		Fora de Rondônia		Em Rondônia		Em Rondônia
		Cooperativas	Sindicatos	Cooperativas	Sindicatos	Grupo de Produtores (ASTER)
	Inf.					
- de 20	02	-	-	-	-	01
20 — 50	01	-	-	-	-	01
50 — 100	36	01	06	01	18	21
100 — 200	99	04	19	02	53	48
200 — 500	08	03	02	06	05	04
500 — 1.000	02	-	-	-	-	-
1.000 — 2.000	03	01	01	01	01	-
2.000 — 5.000	03	-	-	-	-	-
+ 5.000	01	-	-	-	-	-
T O T A L	155	09	28	10	77	76

FONTE: Pesquisa de Campo.

- AIDAR, A. C. Kfourri & PEROSA JÚNIOR, R. M. (1981), Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura, in: Revista de Economia Política, São Paulo, Brasiliense, vol. 1, nº 3, 2.^a edição.

- ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO (1843), Câmara dos Srs. Deputados, 2.^o ano, 5.^a Legislatura, segunda Sessão.

- ASTER-RO (1982); (Relatório BIRD), Porto Velho

- ——— (1983), 12 Anos ao lado do Produtor Rural, Porto Velho.

- ——— NIDAC (1983), Preços Pagos e Recebidos Pelos Produtores - 1979/83, Porto Velho.

- ASSOCIAÇÃO DOS SOLDADOS DA BORRACHA (s/data), Vida dos Soldados da Borracha, Ji-Paraná, mimeografado.

- CÂNDIDO, Antônio (1977), Os Parceiros do Rio Bonito; Estudos Sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus meios de vida; São Paulo, Duas Cidades, 4.^a edição.

- CEPLAC (s/data), CEPLAC 12 Anos ajudando Rondônia Crescer, Belém.

- CHAYANOV, Alexander V. (1981), Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas, in A Questão Agrária, GRAZIANO DA SILVA, José, et alli, São Paulo, Brasiliense.
- COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL (1851), Decreto nº 600 de 17.09.1850, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional.
- ——— (1854), Decreto Lei nº 601, de 18.09.1850, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- EMBRATER (1981), Extensão Rural; Redução de Perdas na Colheita; Resultados de uma campanha, Brasília.
- ——— (1982), Relatório de Crédito, 1972/82. Brasília.
- ESTATUTO DA TERRA (1980), São Paulo, Sugestões literárias S/A
- FIBGE, GCEA (s/d), Calendário Agrícola de Rondônia, Porto Velho.
- FIBGE (1981), Tabulações Avançadas do Censo Demográfico; IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, Rio de Janeiro, Vol. 1, Tomo 2, Resultados Preliminares.
- ——— (1982), Sinótese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, Rondônia, Roraima, Amapá, Rio de Janeiro, Vol.2, Tomo 1, nº 2.

- ———(1982a), Censo Demográfico; Dados Distritais; IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980; Rondônia-Roraima-Amapá, Rio de Janeiro, vol. 1, Tomo 3, nº 1.

- ———(1983), Monografia Municipal: Jarú - Versão Preliminar, Porto Velho.

- ———, CEPAGRO, LSP (1983), Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; Pesquisa Mensal de Previsão e Acompanhamento das Safras Agrícolas no Ano Civil, (outubro), Rio de Janeiro.

- FOWARAKER, Joe (1982), A Luta Pela Terra; A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais; tradução de Maria Júlia Goldwasser, Rio de Janeiro, Zahar.

- GRAZIANO DA SILVA, José, et alli (1980), Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, HUCITEC, 2ª edição.

- ———(1981), Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, São Paulo, HUCITEC.

- ———(1982), A Modernização Dolorosa; Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil; Rio de Janeiro, Zahar.

- GRAZIANO NETO, Francisco (1982), Questão Agrária e Ecológica; Crítica da Moderna Agricultura; São Paulo, Brasiliense.

- GORENDER, Jacob, (1979), Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro, in Sindicato e Política, São Paulo, Global Editora.

- GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA-AIRP, (1976), Conheça Rondônia, Porto Velho, Rondônia Gráfica Ltda.

- ———/SEPLAN, (1980), Dois Anos de Migração em Rondônia, Porto Velho, mimeografado.

- ——— SEAGRI (1979), Sistema Agrícola de Rondônia - 1980/85, Porto Velho.

- GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/SEPLAN E SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL, (1981), Boletim Migração, Porto Velho.

- ——— CEPA, (1981), Prognóstico Agropecuário de Rondônia, 1981/2 - Porto Velho.

- ——— SEPLAN; (1981), Anuário Estatístico de Rondônia, Porto Velho.

- ——— CEPA (1983), Relatório Preliminar; Estudos Básicos Para o Desenvolvimento Agrícola de Rondônia; Porto Velho.

- GUERRA, Antônio Teixeira (1975), Dicionário Geológico-Geomorfológico. Rio de Janeiro, IBGE, 4.^a edição.
- HARNECKER, Marta (1983), Os Conceitos Elementares de Materialismo Histórico, São Paulo, Global Editora, 2.^a edição.
- HEBETTE, Jean e ACEVEDO MARIN, Rosa (1979), Colonização Para Quem ? UFPa-NAEA, Belém.
- IANNI, Octávio (1981), A Ditadura do Grande Capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (1979), Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia, Rio de Janeiro, Vozes.
- KAUTSKY, Karl (1980), A Questão Agrária; Tradução de C. Iperaig; São Paulo, Proposta Editorial, 3.^a edição.
- LENIN, Vladimir Ilitch (1980), O Problema Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, Coleção Histórica e Política, n° 11.
- _____ (1980 a) Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América; Novos dados Sobre as Leis do Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura; Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima; São Paulo, Brasil Debates.

- ~~————~~ (1982), O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia; O Processo de Formação do Mercado Interno para a Gran de Indústria; tradução de José Paulo Neto, São Paulo, Victor Civita.

- LIMA, Rômulo de Araújo (1983), Em Busca da Dialética; Apontamentos Acerca do Conceito de Modo de Produção; Campina Grande, Editora da FURNe.

- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (1979), Frente de Expansão e ' Conflitos Sociais na Amazônia; Rondônia Como Objeto de Reflexão, FGV, Rio de Janeiro, Mimeografado.

- ~~————~~ (1983), Colonização Agrícola em Rondônia; A Relação' Parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação; Dissertação de Mestrado - Rio de Janeiro.

- LOUREIRO, Maria Rita Garcia (1977), Parceria e Capitalismo, Rio de Janeiro, Zahar.

- LUXEMBURG, Rosa (1983), A Acumulação do Capital; tradução de Moniz Bandeira; Rio de Janeiro, Zahar, 3^a edição.

- MANDEL, Ernest (1978), Tratado de Economia Marxista; tradução de Francisco Díez del Corral; Mexico, Edições Era, vol. 2.

- MARX, Karl (1980), O Capital; tradução de Reginaldo Sant'Anna; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6.^a Edição, livro 1, vol. II.

- ——— (s/d), O Capital, tradução de Reginaldo Sant'Anna; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 3.^o, Vol. VI, 3.^a edição.

- ——— (1981), Formações Econômicas Pré-Capitalistas; tradução de João Maia; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3.^a edição.

- MARTINS, José de Souza (1981), O Cativo da Terra, São Paulo, LECH, 2.^a edição.

- ——— (1983), Os Camponeses e a Política no Brasil, Rio de Janeiro, Vozes, 2.^a edição.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA-INCRA-CEER (1982), Informações e Dados Gerais, Porto Velho.

- MINTER/SUDECO (1982), Estado de Rondônia; Uma Visão Sintética, Brasília.

- ——— (1983), A SUDECO e o Desenvolvimento do Centro-Oeste, Exposição na ADESG, Porto Velho.

- MIRANDA NETO, Manoel José de (1979), O Dilema da Amazônia, Rio de Janeiro, Vozes.

- MOREIRA, Roberto José (1981), A Pequena Produção e a Composição Orgânica do Capital, in Revista de Economia Política, São Paulo, Brasiliense, vol. 1, nº 3, 2ª edição.
- NAKANO, Yeshiaki (1981), A Distribuição da Renda da Terra e a Taxa de Lucro na Agricultura, in Revista de Economia Política, São Paulo, Brasiliense, vol. 1. nº 3, 2ª edição.
- PEREIRA DA SILVA, Dione Craveiro (1982), A SUDECO E O PDRI'S DO POLONOROESTE - II Seminário Latino-Americano sobre Planejamento Regional e Estadual; Desenvolvimento Rural; Recife.
- SORJ, Bernard (1980), Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- SOUZA, Itamar de (1980), Migrações Internas no Brasil, Rio de Janeiro, Vozes.
- TOPALOV, Christian (1978), Estruturas Agrárias Brasileiras; tradução de Waltensir Dutra; Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- TURCHI, Lenita M., (s/data), Estratégia de sobrevivência da

- VELHO, Otávio Guilherme (1979), Capitalismo Autoritário e Campesinato, São Paulo, Difel, 2.^a edição.

- ——— (1981), Frente de Expansão e Estrutura Agrária; Estudo do Processo de Penetração numa área da Transzamazônia; Rio de Janeiro, Zahar, 2.^a edição.

- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (1979), O Camponês: Um Trabalhador Para o Capital (versão Preliminar) Campinas, São Paulo, Mimeografado.

- ——— (1979 a), O Capital e a Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira, in Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira, ARAÚJO Braz José (coordenador), Rio de Janeiro, Paz e Terra.